

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

Priscila Pereira Ferreira

**MULHERES CATÓLICAS DA MICRORREGIÃO DE
GOVERNADOR VALADARES: representações sociais sobre
sexualidade e prática sexual**

Governador Valadares
2012

PRISCILA PEREIRA FERREIRA

**MULHERES CATÓLICAS DA MICRORREGIÃO DE
GOVERNADOR VALADARES: representações sociais sobre
sexualidade e prática sexual**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Dias

Governador Valadares
2012

PRISCILA PEREIRA FERREIRA

MULHERES CATÓLICAS DA MICRORREGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES:
representações sociais sobre sexualidade e prática sexual

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre pelo Mestrado em
Gestão Integrada do Território da Universidade
Vale do Rio Doce.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Dias - FHS/UNIVALE – Orientador

Prof^a. Dra. Suely Maria Rodrigues – FACS/UNIVALE

Prof^a. Dra. Maria Cristina Smith Menandro – CCHN/UFES

Dedico à minha família e amigos pelo incentivo e apoio na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, no qual confio fielmente, em todos os momentos de minha vida, pois sei que Ele está sempre ao meu lado.

A minha família, que representa o que possuo de mais precioso no mundo. Não tenho palavras para agradecer o apoio incondicional recebido.

A todos os amigos do SAIS, que, direta ou indiretamente, ajudaram-me a concretizar esta tarefa.

Especialmente, agradeço a pessoa que foi essencial no desenvolvimento deste trabalho, meu orientador, Carlos Alberto, o qual, além de se mostrar atento a minhas dificuldades, tornou-se um amigo de todas as horas, com o qual pude contar em diversas situações.

A Agnes, que me acolheu, por diversas vezes, em sua casa, até mesmo nos finais de semana, permitindo que as orientações pudessem ocorrer de forma mais tranquila.

A todos os meus colegas do Mestrado, que contribuíram para a realização deste trabalho. Principalmente, Luana e Cíntia, as quais considero mais que colegas.

“A sexualidade assume diferentes significados de acordo com a cultura na qual está inserida. Esses significados também variam dentro da mesma cultura, podendo diferir de acordo com as ideologias, posturas e vivências”.

SEIXAS

RESUMO

A sexualidade humana não é determinada somente pelos instintos, ou seja, não é definida *a priori*. Suas formas de expressão atuais são provenientes de representações, desenvolvidas ao longo dos tempos e a partir de variações histórico-sociais. Nesse contexto, relaciona-se a diversos atores e forças, não podendo ser entendida como uma manifestação individual. A sexualidade humana se constitui um território sobre o qual incidem as mais diversas formas de poder, sendo, o corpo, seu espaço de manifestação. Na contemporaneidade, diversas instâncias de poder buscam obter o controle desse território. Esta investigação procura verificar se as orientações, fornecidas pela Igreja Católica da Microrregião de Governador Valadares, exercem influência sobre suas fiéis em relação a sua sexualidade e as suas práticas sexuais, tal como preconizado por Foucault (1988). A Teoria das Representações Sociais (TRS) é o referencial teórico-metodológico utilizado no processo de apreensão da realidade e de análise dos dados, tendo sido considerados os de natureza quantitativa e qualitativa, fornecidos pelos sujeitos participantes. A apuração dos resultados qualitativos foi realizada segundo a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin. Consideraram-se como fonte de informações as bibliografias sobre a sexualidade, assim como as contribuições discursivas de 80 mulheres católicas, participantes da pesquisa, e de oito padres da Diocese de Governador Valadares. As informações extraídas do discurso coletado nas entrevistas foram agrupadas em categorias temáticas relativas as dimensões que se pretendia avaliar, sobretudo aquelas influenciadas pelo discurso católico e aquelas pelo discurso contemporâneo. Obteve-se que no primeiro caso, em termos de representações sociais as entrevistadas entendem que a prática sexual antes do casamento é impura, devendo ser vivenciada apenas dentro do matrimônio e com o objetivo de procriar, sendo proibido o uso de métodos artificiais para controle da natalidade. Tais representações divergem daquelas que se enquadram no segundo caso, segundo o qual o momento propício para iniciar tal prática é quando se sentem preparadas ou quando encontram alguém que amem, servindo para aumentar a cumplicidade e a fidelidade do casal bem como obter e produzir prazer sexual. Os dados indicam que embora não em sua totalidade, o pensamento foucaultiano, relativo à influência dos valores católicos sobre as práticas e as representações das fiéis, em torno da sexualidade, não é de todo infundado na conjuntura atual. O discurso cristão sobre o sexo ainda produz efeitos sobre as representações e as práticas sexuais das fiéis, modificando a forma de os indivíduos vivenciarem sua sexualidade.

Palavras chaves: Sexualidade. Prática sexual. Território da sexualidade. Catolicismo. Representações Sociais.

ABSTRACT

Human sexuality is not determined by instincts, nor is defined Priore. Its current forms of expression are developed from the representations of it, over time and from historical and social changes. In this context, it is linked to different actors and social forces that cannot be understood as an individual manifestation. Therefore, human sexuality is in a territory which concerns the most diverse forms of power, the body being your space of manifestation. Currently, several instances of power seek to obtain control of this territory. The main bodies are religion, state, medicine and civil society, Its rules, many of them contradictory, seek guidance of individuals as the best way to experience their sexuality. This research sought to identify the discourse of the Catholic Church about sexuality influences in the practices and representations of their faithful on this issue, as advocated by Foucault. The Social Representations Theory (SRT) was the theoretical framework used in the process of apprehension and analysis, and data was considered quantitative and qualitative supplied by the subjects. The determination of the qualitative data was performed using the technique of the content analysis of Bardin. It was considered as a source of bibliographies on sexuality, as well as the contributions of 80 Catholic women research participants, and eight priests of the Diocese of Governador Valadares. The information contained in the interviews was grouped into thematic categories for each dimension. Data analysis revealed that although not in its entirety Foucault thought about the influence of Catholic values, that the practices and representations of the faithful around sexuality is not entirely unfounded today. The Christian discourse about sex still exerts influence on the sexual practices and representations of the faithful, influenced by the way individuals experience their sexuality.

Keywords: Sexuality. Sexual practice. Territory of sexuality. Catholicism. Social Representations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das participantes.....	89
Tabela 2 – Opiniões das fiéis em relação às orientações fornecidas pela Igreja sobre sexualidade e prática sexual	90
Tabela 3 - Opiniões das fiéis a respeito das qualidades que devem fazer parte da moral feminina e masculina na atualidade.....	91
Tabela 4 - Opiniões das fiéis sobre a função do homem e da mulher na sociedade.....	91
Tabela 5 - Práticas não recomendadas pela Igreja e dificuldade das fiéis em cumpri-las.....	92
Tabela 6 - Opiniões das fiéis a respeito da prática sexual.....	93
Tabela 7 - Influência das orientações da Igreja sobre o modo das fiéis de pensar e vivenciar a sexualidade	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA MORAL CRISTÃ SOBRE A SEXUALIDADE.....	13
2.1.1 <i>Sexualidade humana na visão greco-romana</i>	13
2.1.2 <i>Formação da moral cristã</i>	16
2.1.3 <i>Instauração do catolicismo em território brasileiro</i>	19
2.2 A IGREJA CATÓLICA NA MICRORREGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES.....	23
2.2.1 <i>História e configuração atual da microrregião</i>	23
2.2.2 <i>História e organização da Igreja Católica na microrregião</i>	26
2.3 O ATUAL DISCURSO CATÓLICO SOBRE O SEXO	29
2.3.1 <i>Sexualidade humana na perspectiva católica</i>	29
2.3.2 <i>O discurso católico aplicado à condição feminina</i>	34
2.4 DIREITO E SEXUALIDADE: EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL.....	39
2.4.1 <i>A subordinação feminina no início do século XX</i>	40
2.4.2 <i>Os primeiros passos para o surgimento de uma nova mulher</i>	43
2.4.3 <i>Avanços da medicina e do direito na liberação da sexualidade feminina</i>	45
2.4.4 <i>A Constituição Federal de 1988 e o surgimento de uma mulher de direitos</i>	48
2.5 A SEXUALIDADE ENQUANTO TERRITÓRIO	53
2.5.1 <i>Atributos da sexualidade</i>	54
2.5.2 <i>Diversos entendimentos sobre território</i>	57
2.5.3 <i>Sexualidade humana na perspectiva foucaultiana</i>	62
2.5.4 <i>Território da sexualidade</i>	65
2.6 PERTINÊNCIA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DA SEXUALIDADE NUM CONTEXTO CATÓLICO.....	69
3 QUADRO DE REFERÊNCIA	74
3.1 PROBLEMA.....	74
3.2 OBJETIVOS	74
3.3 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL DO ESTUDO.....	75
3.4 VINCULAÇÃO À ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO MESTRADO	76
3.5 METODOLOGIA.....	77
3.5.1 <i>Abordagem do estudo</i>	77
3.5.2 <i>Tipo de estudo</i>	78
3.5.3 <i>Universo</i>	79
3.5.4 <i>Amostra</i>	79
3.5.5 <i>Coleta de dados</i>	80
3.5.6 <i>Análise dos dados</i>	82
3.5.7 <i>Aspectos Éticos</i>	82
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	83
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	83
4.1.1 <i>Posicionamentos de líderes católicos da MGV sobre sexualidade e prática sexual</i>	83
4.1.2 <i>Representações sociais de mulheres católicas da MGV sobre sexualidade e prática sexual</i>	88
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDO	110
REFERÊNCIAS	112
ANEXO.....	120

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as representações sociais de sexualidade e práticas sexuais de mulheres católicas, com o intuito de descobrir se tais representações se relacionam, ou estão ancoradas, no discurso da Igreja Católica a respeito do tema. Nele, desenvolve-se um estudo descritivo, de natureza transversal, que tem, por finalidade, registrar e analisar fenômenos ligados à sexualidade e prática sexual das fiéis – sem a interferência do pesquisador – na tentativa de descobrir se o discurso católico influencia, ou não, suas atitudes nesta área.

Esta pesquisa considerou duas fontes de informações, que servem como referência teórica e empírica, a saber: bibliografia; e pesquisa de campo, da qual participaram padres e fiéis católicas de diversas paróquias da Microrregião¹ de Governador Valadares. O levantamento bibliográfico foi o ponto de partida, o qual, além de fornecer os pressupostos teóricos, que embasam o presente estudo, também permitiu a revisão dos instrumentos de coleta de dados, contribuindo para que a fase de pesquisa de campo fosse realizada com objetividade e com maior probabilidade de acerto. Já a pesquisa de campo contou com uma entrevista em profundidade realizada junto aos padres, e com a aplicação de questionários junto às fiéis. A entrevista em profundidade foi guiada por um roteiro semi-estruturado. O questionário teve por objetivo identificar o perfil dos participantes do estudo; as orientações fornecidas pela Igreja a seu público a respeito da sexualidade e da prática sexual; as experiências das mulheres nessa área; e as Representações Sociais (RS) das mesmas sobre o tema.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) constitui o referencial teórico-metodológico utilizado no processo de apreensão e de análise do objeto em estudo. Para a interpretação dos dados recolhidos nas entrevistas, foram considerados tanto os de natureza quantitativa, quanto os de natureza qualitativa. A associação dessas duas modalidades de informações produziu uma complementaridade, trazendo significativas contribuições à investigação. A análise quantitativa serviu para estabelecer o perfil dos participantes, bem como os percentuais de indivíduos que se enquadram nas variáveis ou situações investigadas. Por sua vez, a análise qualitativa, com base na Análise de Bardin (2009) focada no caráter identitário da população estudada, permitiu levantar as orientações fornecidas pelos padres a respeito da sexualidade e da prática sexual em conformidade com a religião católica; o entendimento das

¹ Por Microrregião, entende-se um agrupamento de municípios limítrofes, tendo, em geral, um que é considerado centro de referência. Essa forma de territorialização visa integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Efetivamente, o termo é mais conhecido em função de seu uso prático pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

fiéis sobre essas orientações; a forma como são vivenciadas as orientações sexuais no cotidiano matrimonial e nas relações entre namorados ou solteiros; as RS acerca desse tema; e o entendimento de como se dá influência do discurso católico no pensamento e nas atitudes femininas.

Para melhor orientar o leitor, esta dissertação se apresenta em cinco capítulos: Revisão bibliográfica; Quadro de referência; Apresentação e discussão dos resultados; Conclusão; e Limitações do estudo e perspectivas.

Os pressupostos teóricos do capítulo inicial foram seccionados em seis partes. A primeira trata de como se deu a construção de uma moral cristã sobre a sexualidade, mostrando sua origem, na visão greco-romana, e o modo como ela foi estruturada na Bíblia, tanto no Novo Testamento quanto no Velho. Ainda nessa parte, faz-se uma pequena referência à instauração do catolicismo no Brasil. Já a segunda secção resgata a história da Igreja Católica na Microrregião de Governador Valadares (MGV), o que passa pelo processo de formação e de atual configuração física desse território. Na terceira parte, encontra-se uma descrição contemporânea do discurso católico a respeito do sexo, o qual é baseado nos ensinamentos do Novo Catecismo da Igreja Católica Romana e no seu entendimento aplicado às mulheres. A quarta parte trabalha com a evolução da condição feminina ao longo do século XX, destacando os avanços alcançados pelas mulheres no que se refere à liberdade sexual nos âmbitos da sociedade e do Direito. Na quinta parte, por sua vez, descrevem-se os significados de sexualidade e de território. Nela, a sexualidade é mostrada como um território, sobre o qual incidem diversos tipos de poderes. Vale lembrar que o corpo é quem serve como espaço de tal manifestação de força. Por fim, na sexta e última secção, realiza-se uma análise dos pressupostos teóricos da TRS, revelando sua importância para o estudo da sexualidade feminina.

O segundo capítulo também foi dividido em partes. A primeira enuncia o problema de pesquisa com base no contexto apresentado nos pressupostos teóricos. Já a segunda delimita, de forma geral e específica, os objetivos dessa investigação. A terceira parte demonstra a relevância profissional, científica e social para a elaboração deste estudo. Na quarta parte, é exposta a vinculação do estudo à área de concentração do Mestrado. E, finalmente, na quinta, descreve-se todo o processo metodológico, que norteou a realização deste trabalho.

No terceiro capítulo, a apresentação e a discussão dos resultados foram realizadas em conformidade com a ordem manifestada nos objetivos específicos. O primeiro subitem desta parte qualifica a sexualidade e a prática sexual na perspectiva de líderes católicos da MGV. No segundo subitem, esse mesmo tema se apresenta de acordo com a perspectiva das mulheres católicas da MGV. O terceiro, que constitui a discussão propriamente dita, analisa até que ponto as mulheres católicas seguem as orientações oferecidas pela Igreja e colocam-nas em prática no seu dia-a-dia.

No quarto capítulo, há uma síntese da investigação realizada, esboçando possíveis respostas às questões propostas no início deste trabalho.

Por fim, o último capítulo procura sinalizar as dificuldades encontradas na realização desta pesquisa, assim como os direcionamentos para estudos futuros, que deem continuidade a esta linha de investigação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA MORAL CRISTÃ SOBRE A SEXUALIDADE

Ao falar de sexualidade² humana, deve-se levar em consideração que ela não é definida *a priori*, como nos animais; os instintos não a determinam. Ao contrário, a sexualidade humana é definida pelas representações desenvolvidas sobre ela, o que passa por variações histórico-sociais, as quais influenciam a forma como os indivíduos se comportam na atualidade. A exemplo do que ocorreu com os vestígios arqueológicos, traços comportamentais se sedimentaram ao longo de diferentes eras, estruturando as representações sobre sexualidade. Dentro dessa perspectiva, para um melhor entendimento do contexto no qual se situa o objeto aqui estudado, faz-se necessária uma reconstrução do processo histórico, que deu origem ao atual pensamento católico a respeito da sexualidade e da prática sexual³ humanas.

2.1.1 Sexualidade humana na visão greco-romana

O estudo da sexualidade cristã ocidental remete às raízes morais da civilização greco-romana. As representações relativas a esse tema sofreram interferências do estoicismo⁴ e, posteriormente, dos primeiros filósofos cristãos. A moral vigente, a partir do século IV a.C, ao mesmo tempo que caracterizava a sexualidade como inerente à espécie humana, relegava a mulher a um papel secundário, identificado até os dias atuais na cultura ocidental. Vigorou, nesse período, uma moral de dois pesos e de duas medidas, como, por exemplo, na questão da infidelidade. Pode-se considerar que a infidelidade feminina era condenada, ao passo que a masculina era relevada e ainda o é. A mulher, portanto, era simplesmente identificada como um objeto que possibilitaria ao homem dar continuidade a sua descendência.

² O termo sexualidade se refere “[...] ao impulso e à emoção que a proximidade do sexo pode produzir, transcende definições físicas e se coloca como algo mais difuso permeando todos os momentos da vida” (DIAMANTINO et al., 1993, p. 1154).

³ Práticas sexuais ou atividades sexuais correspondem ao conjunto de atividades que visam concretizar as relações entre os indivíduos, objetivando a obtenção do prazer sexual, tais como: as carícias, a masturbação, a leitura de revistas e de livros eróticos, a visita a *sites* eróticos, dentre outros. Essas práticas não são uniformes para o conjunto da espécie humana nem para todos os membros de uma mesma sociedade. Elas variam em função dos valores que orientam os indivíduos e uma cultura particular; e a educação formal e informal prevalente no curso de desenvolvimento pessoal. Além disso, sofre influência das experiências vividas junto a outros indivíduos (DIAS, 2007, p.18).

⁴ O estoicismo é uma escola filosófica fundada pelo filósofo grego Zenão de Cítio, no início do século III a.C.. Os estóicos ensinavam a indiferença e o desprezo pelos males físicos e morais.

Outra característica da moral greco-romana era a de imputar aos indivíduos um freio às suas paixões. Não a paixão com o sentido que hoje é conferido a ela, mas como sinônimo de excesso, perturbação, apetite, impulso e desejo. Os homens deveriam se abster dessas paixões através do controle e do equilíbrio – características que só podem ser possuídas por quem é senhor de si mesmo. O que distinguia os homens entre si, tanto para a medicina quanto para a moral, não era exatamente o tipo de objeto em direção aos quais são orientados, nem o tipo de práticas preferidas; era, antes de tudo, a intensidade dessa prática. A divisão entre o menos e o mais: moderação ou incontinência (FOUCAULT, 1984).

Platão, filósofo do período clássico Grécia antiga, considerava o ato sexual como algo extremamente relevante. Por meio dele, garantia-se a procriação do homem que, por sua vez, mantinha a força de trabalho vital para a manutenção do Estado. Desse modo, o matrimônio era valorizado por possibilitar um número mais elevado de filhos, assim como uma vida comunitária mais ordenada.

No mundo romano, a moral e a vivência da sexualidade pareciam não se distinguir do que ocorria no mundo grego. As atividades sexuais eram vistas com naturalidade, de forma que, mesmo no campo da religiosidade, tal fato se fazia refletir (DIAS, 2007).

Entre os séculos I e IV d.C., sob a influência do estoicismo, surgiu uma moral rigorosa em relação ao matrimônio. Ela foi descrita por Musonius Rufus, em seu tratado sobre a “Finalidade do Casamento”, e lembrada por Foucault (1984,.) como a união que possibilitava não somente a obtenção de uma descendência – essa poderia ser alcançada fora do casamento –, mas também uma vida a dois, na qual os cônjuges poderiam ser suporte um para o outro.

Concomitante às discussões das possibilidades que o casamento oferecia, nesse período, houve também debate relativo aos papéis a serem assumidos pelos cônjuges na vida matrimonial. Muitos entendiam que o casamento, enquanto instituição, implicava divisão de funções conferidas a cada membro em particular: “O homem tem que fazer o que a mulher não pode realizar, e ela, por seu lado, efetuará a necessidade que não é da competência de seu marido [...]” (FOUCAULT, 1984, p. 213).

Ainda nesse período, por considerar que o casamento tinha, por interesse, de constituir uma descendência legítima, foi estabelecido que tudo deveria ser feito para que não houvesse herdeiros fora dessa relação. Além de evitar que fosse gerada uma prole em relações

extraconjugais, considerava-se que o homem deveria buscar o prazer carnal apenas junto de sua esposa. Citam-se aqui duas passagens que ilustram essa proposição: “[...] é a natureza da relação sexual que deve excluir que se recorra a ele fora do casamento; [...] é a natureza do casamento e da relação que se forma entre os esposos que deve excluir os prazeres sexuais que se poderia encontrar fora do matrimônio” (FOUCAULT, 1984, p. 222).

No interesse de fazer com que todas as relações sexuais se dessem dentro do matrimônio, intencionando preservar a legitimidade do mesmo, aquelas realizadas fora desse âmbito foram consideradas “fora-da-lei”. Assim, ou eram enquadradas como adultério (no caso de se manter relações extraconjugais com mulheres casadas) ou como fornicação (no caso de se manter tais relações com mulheres não casadas). Deve-se ressaltar que, neste período, o parâmetro para tais considerações baseavam-se no estado civil das mulheres, e não dos homens que cometiam o ato.

Musonius Rufus considera que [...] ou as relações extraconjugais são mantidas através do adultério, e nesse caso são o que há de mais contrário à lei, pois no caso, o homem está lesando o direito de um outro homem ao estar com sua esposa; ou tais relações ocorrem sem que seja adultério e nesse caso, embora sejam de acordo com a lei, essas são vergonhosas e tem sua origem na libertinagem (DIAS, 2007, p. 149).

Tendo em vista a necessidade de proteger uma prole legítima e de preservar a família futura, os solteiros também deveriam se manter castos. Daí a necessidade da abstinência sexual dos solteiros. Segundo Foucault (1984), o imperador Marc Aurèle (121-180 d.C.) se orgulhava por ter se resguardado, na sua mocidade, e de ainda ter tido tempo para começar sua vida sexual. Isso indica o quanto tais valores eram enaltecidos.

Segundo os estoicistas, além de o prazer sexual ser exclusividade do casamento, mesmo dentro dele era importante certa abstinência. Através da ação de se abster, obtinha-se o controle dos impulsos e a elevação da moral. Plutarco⁵ valorizava o prazer sexual devido ao fato de esse promover a aproximação dos cônjuges, tornando sólido o relacionamento. E Heródoto⁶ admitia a busca do prazer, desde que pautada no respeito e na dignidade. Segundo este último, o pudor abrilhantava e solidificava todas as esferas da vida conjugal: “[...] o pudor de uma esposa não deve cair com a roupa que ela retira, nem deve a obscuridade encobrir não importa qual licença” (apud FOUCAULT, 1984, p. 238).

⁵ Filósofo e prosador grego do período greco-romano (46 a 126 d.C.).

⁶ Geógrafo e historiador grego, nascido no século V a.C. (485?-420 a.C.).

2.1.2 Formação da moral cristã

A História é testemunha de que a moral sexual cristã, sobretudo no tocante à prática sexual dentro do matrimônio, encontra-se atrelada e embasada nas proposições acima apresentadas. Tais proposições, através do cristianismo, contribuíram para que se criasse um maior controle da sexualidade, alicerçado por critérios ainda mais rígidos. Isso é observado na reincidência do discurso religioso sobre a importância da moderação e da continência, e do cultivo das virtudes por meio da reflexão e do pensamento. Mesmo objetivando a procriação, a prática sexual é vista com reticências. A moderação se faz necessária, porque, segundo a visão cristã da sexualidade, todo ato sexual traz em si a mancha do pecado.

A atividade sexual, na Bíblia, do Velho ao Novo Testamento, é entendida como a forma criada por Deus para dar ao homem a possibilidade de uma descendência, e não como maneira de lhe proporcionar prazer. No Velho Testamento, a atividade sexual não foi incentivada, mas também não foi reprimida. Deus instituiu a finalidade do ato sexual, não permitindo-o ser divinizado tampouco oferecido a algum deus do plano espiritual. Além disso, quando praticado, não deveria invocar qualquer divindade. Segundo o livro de Gênesis, Deus abençoou Noé e seus filhos, dizendo-lhe: “Sede fecundos, [...] multiplicai-vos e enchei toda a terra” (Gn, 9: 1).

Outra passagem bíblica que trata da supremacia da procriação sobre o prazer é encontrada na história de Ló. As filhas de Ló, na ânsia de ter descendentes, embebedaram o pai e tiveram com ele relações sexuais, dando à luz dois futuros patriarcas: Moabe e Bem-Ami. Nessa situação, vivenciada pelas filhas de Ló, o valor da procriação estava acima da interdição do incesto (Gn, 19: 30-38).

A partir do Novo Testamento, a sexualidade assumiu uma conotação negativa, de pecado e de culpa, passando a ser reprimida, em nome da valorização da castidade e da pureza. O apóstolo Paulo, seguindo a linha estoica do cultivo das virtudes e da disciplina das paixões, em suas cartas aos Coríntios, admoesta os cristãos quanto à valorização do celibato. O casamento é relegado a segundo plano, sendo indicado aos incapazes de abster-se da vida sexual. Nessa passagem, percebe-se uma mudança em relação à ordem primeira de Deus, “enchei a terra, multiplicai-vos”. A abstinência começa a ser um valor em si, e o casamento, indicado somente para frear o desejo carnal: “[...] é melhor casar-se do que abrasar-se” (I Co, 7: 9). Ariès e Ebéjin (1982, p. 52) apresentam uma subdivisão dos pecados em relação à sua natureza, elaborada por Paulo:

[...] os pecados contra Deus, contra a vida do homem, contra seu corpo, contra os bens e as coisas e aqueles das palavras. Os pecados contra o corpo, definido como o templo do Espírito Santo, refere-se aos pecados da carne, que por sua vez se dividem em quatro sub-grupos: fornicação, adultério, o coito entre homens e finalmente, “*mollities*” (molície) que pode, por sua vez, ser entendida como sendo a masturbação, a passividade masculina durante o ato sexual, o retardamento do gozo com vistas à obtenção do prazer.

Encontram-se também, na Bíblia, recomendações ao casal, que explicitam uma relação de poder desigual dentro do casamento. Novamente Paulo, em sua carta aos Efésios (Ef, 5: 22-24), faz a seguinte exortação aos fiéis:

As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos.

Subentende-se que tal recomendação se deve ao fato de que, naquelas condições sociais e históricas, sendo submissa a seu marido, a mulher encontraria, dentro da obediência, um amparo, isto é, uma responsabilização do marido em relação a ela. Mas, com o passar do tempo, essa conotação histórica e social foi se transformando, tornando-se difícil dimensioná-la no passado. Na atualidade, guardam-se apenas as orientações que preconizam a submissão feminina.

De acordo com o livro de Gênesis, Deus criou o homem e fez para ele uma companheira. Uma mulher capacitada a dar à luz a sua descendência através do ato sexual – o que demonstra a continuação da obra do Criador. Assim, na perspectiva cristã, grande valor deveria ter a relação sexual, uma vez que tal prática fora instituída por Deus para dar ao homem a possibilidade de perpetuar a espécie. Contudo, a História apresenta uma realidade que não se fundamenta nessa valoração.

De acordo com a tradição cristã, Cristo foi “concebido sem pecado”, ou seja, sua concepção ocorrera sem que seus pais, José e Maria, mantivessem relações sexuais. Aqui, fica explícita a natureza pecaminosa da sexualidade. O filho de Deus não pode vir ao mundo, trazendo a mácula do pecado, representado pela conjunção carnal. Mais tarde, o celibato de Cristo se constitui um modelo que incita os cristãos a não fazer uso de sua sexualidade, para que possam, como Ele, alcançar algum grau de santidade: “Sede santos como eu sou Santo” (I Pe, 1: 16). Nesse contexto, o nascimento, a castidade e o celibato de Cristo estabeleceram valor oposto ao que é descrito no livro do Gênesis, garantindo repercussões que, ainda na atualidade, aparecem no discurso a favor da virgindade e da abstinência.

Posteriormente, Paulo reforçou o modelo de castidade pela própria escolha; pronunciou-se a favor dela; e exortou os primeiros cristãos a caminharem nesse sentido:

Agora, a respeito das coisas que me escrevestes. Penso que seria bom ao homem não tocar mulher alguma. Todavia, considerando o perigo da incontinência, cada um tenha sua mulher, e cada mulher tenha seu marido. O marido cumpra o seu dever para com a sua esposa e da mesma forma também a esposa o cumpra para com o marido (I Co, 7: 1-3).

Nessa perspectiva, o homem se encontra em uma encruzilhada. Não sabe se, para servir a Deus, deve obedecer às suas primeiras recomendações: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra [...]” (Gn, 1: 28), ou abrir mão de sua descendência, atendendo a vontade de Cristo, seu filho. Seja qual for sua decisão, não deixará de estar em débito.

Na criação humana, Deus viabiliza a união prazerosa de dois corpos que se completam e aprazem-se para perpetuar sua descendência. Com o passar do tempo, o cristianismo salienta que o prazer proporcionado por essa união tem de ser negado, ou pelo menos, afastado, na busca de maior comunhão com o Criador. Nesses termos, Dias (2007, p. 156) faz a seguinte reflexão:

Vemos que nessa proposição a união sexual do homem e da mulher, dentro ou fora do casamento, não deixa de ser uma anomalia. Se o melhor é que o homem não toque uma mulher, significa que tal ação é já em si repugnante. O casamento, mais do que um valor dentro dessa perspectiva é de fato um remédio para um mal a que os indivíduos estão sujeitos a cometer. Se por um lado existe nas cartas de Paulo uma tolerância à atividade sexual, por outro, vemos nas mesmas, o surgimento de um discurso que propõe a negação do gesto natural, próprio aos seres sexuados. A nova concepção cristã relativa à sexualidade humana estabelece, no seio das relações sociais, uma espécie de conflito.

Nesse sentido, é relevante destacar o pensamento de Novatien sobre o qual as virgens obtinham vitória contra a própria carne ao se manterem como tal. Por isso, elas conquistavam um lugar mais elevado que os anjos, no tocante ao grau de sua santificação, uma vez que as tentações carnis eram por eles desconhecidas (DIAS, 2007).

Em termos globais, os valores cristãos⁷, sob a guarda do catolicismo, preconizam que a procriação é a finalidade unívoca do matrimônio. Em caso de separação, a abstinência dos ex-cônjuges deve ser obrigatória. O aborto se torna totalmente proibido; a contracepção condenada; o homossexualismo entendido como possessão demoníaca, a exemplo da prostituição. As relações pré-conjugais passam a ser entendidas como atos que maculam o corpo, e o adultério, um pecado grave (DIAS, 2007).

⁷ Por *valores cristãos*, entendem-se as idéias e os dogmas defendidos pelas religiões cristãs, apreciados pela sociedade e que servem para orientar as atitudes individuais, grupais e institucionais. Tais valores se constituem objetos de escolha, de seleção e de preferências, sendo transmitidos culturalmente às novas gerações (DIAS, 2007, p. 17).

Como a sexualidade foi o alvo da condenação cristã, na Idade Média, a Igreja instituiu a confissão uma forma de controle da prática sexual. Tudo que fugia às estritas leis, no tocante à vida sexual dos fiéis, era considerado demoníaco, devendo, portanto, ser confessado ao padre, na tentativa de se obter o perdão dos pecados e, conseqüentemente, estar apto a receber o Reino dos Céus. Na concepção de Foucault (1988), o homem ocidental se transmutou no animal da confissão. O prazer de confessar substituiu o prazer da prática sexual, da alegria, da vida.

2.1.3 Instauração do catolicismo em território brasileiro

O Brasil, descoberto por uma expedição ultramarina comandada por Pedro Álvares Cabral que, em 1500, estava em missão pela coroa portuguesa, passa a ser posse de Portugal, iniciando, em seguida, seu processo de colonização e de conquistas religiosas.

A carta de Pedro Vaz de Caminha ao rei D. Manuel é o documento mais detalhado e fiável que descreve o início da história da sociedade brasileira em si. Nessa carta, são narrados: a viagem do descobrimento; o primeiro contato dos portugueses com as terras e com os nativos das terras descobertas; a passividade e a hospitalidade dos nativos; a percepção dos conquistadores quanto ao corpo e aos órgãos sexuais; a primeira missa; e a ideia de evangelização dos índios.

A implicação da Ordem de Cristo⁸, nos planos de expansão portuguesa, e as descrições contidas na carta de Pedro Vaz de Caminha ao rei de Portugal são marcos representativos das futuras relações entre o poder religioso e o poder civil a ser colocado em ação nas novas terras descobertas, bem como da interação do homem com sua sexualidade na sociedade que estava por surgir (DIAS, 2007).

Era exemplar a convicção religiosa presente entre os primeiros viajantes. Embora houvesse grande interesse na descoberta de ouro e de prata e de todas as riquezas que a colônia pudesse proporcionar à Coroa, ideologicamente, esse objetivo foi descrito como secundário. Mais ao final de sua carta, Caminha escreve:

Esta terra [...] nos pareceu, vista do mar, muito grande, a estender olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela até

⁸ É uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de Março de 1319, pela Bula Papal *Ad ea ex-quibus* de João XXII. Em 1454 e 1456, através de bulas do Papa Nicolau V e do Papa Calisto III respectivamente, foi concedido a esta a obrigação de estabelecer o direito espiritual sobre todas as terras descobertas.

agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos [...] Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ele deva lançar (CAMINHA, 1974).

O processo de conversão (“salvação”) dos nativos e a expansão da Igreja, que deveriam ser organizados pelo governo português, começaram efetivamente com a nomeação do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza. Ele desembarcou na Bahia em 29 de março de 1549, levando 1500 homens, entre colonos, degredados, funcionários, artífices e engenheiros. Acompanharam-no seis jesuítas, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega (VAINFAS, 1997).

A Ordem dos Jesuítas, criada em 1540, tinha, como uma de suas principais metas, a difusão da fé católica. Nessa empreitada, fundaram-se escolas para moldar os espíritos ainda maleáveis das crianças; controlou-se o comportamento dos colonos; e atraíram-se os índios para a realização de seus propósitos de evangelização. Com isso, a Igreja, no Brasil, mostrou-se a força de coesão em um cenário de variedade cultural.

No intuito de impor uma moralidade e uma fé cristã a todos, os jesuítas perseguiram pajés, padres seculares casados, indivíduos vivendo em concubinato. Eles também foram os maiores concorrentes dos colonos na obtenção de mão-de-obra indígena. Além disso, construíram templos e escolas; controlaram engenhos e comércio; e criaram as bases para a formação religiosa brasileira (VAINFAS, 1997).

Para a constituição da nova sociedade, os portugueses não se preocuparam com unidade ou com pureza de raças. Todo estrangeiro era admitido na colônia. A fim de que fosse garantida a política portuguesa e sua aliança com Roma, a única exigência feita, ao longo do século XVI, era de que os candidatos professassem a fé cristã, ou seja, que fossem católicos.

Para os portugueses, apenas os imigrantes não-católicos poderiam representar um perigo à ordem e à paz que, até então, fazia-se em Portugal. Assim, todo navio que aportava na colônia portuguesa, trazendo novos imigrantes, devia aguardar que um padre subisse à bordo, no intuito de examinar a consciência, a fé e a religião do adventício. Para entrar, bastava saber rezar o Pai-Nosso e a Ave-Maria, dizer Creio-em-Deus-Pai e fazer o Sinal-da-Cruz (VAINFAS, 1997).

Gilberto Freyre (1933), em “Casa Grande e Senzala”, explica porque era tão difícil, naquele tempo, separar o brasileiro do católico. De fato, a partir da carta de Caminha, considera-se o

catolicismo o cimento da sociedade brasileira. Até mesmo os cultos africanos, trazidos pelos escravos, foram integrados, de forma popular, às práticas católicas.

Nesse período, dava-se muita importância à procriação e ao casamento, fato que contribuiu para que inúmeras práticas, antes pertencentes a cultos pagãos, passassem a fazer parte do folclore popular, misturando-se a temas católicos. Nas crônicas coloniais do Brasil, uma das primeiras festas já descritas, salienta Freyre (1933), é a festa de São João, com as fogueiras e as danças. Dessa forma, percebe-se que o território brasileiro, desde a sua formação, é marcado pelo sincretismo religioso e pela tolerância em relação aos pecados da carne, visto que, até mesmo os padres, que tinham concubinas, eram perdoados pela Coroa.

Nota-se que não foi tão fácil para a Igreja impor suas normas em uma colônia que necessitava ser rapidamente povoada. Os colonos e o baixo clero nem sempre acatavam as regras religiosas de forma integral. Embora se considerando católicos, esses indivíduos não deixaram de cometer certos atos contrários aos ensinamentos da Igreja, como, por exemplo, as relações sexuais, que se estabeleciam entre solteiros, assim como entre os senhores e suas escravas.

Em todo o período colonial, havia a crença disseminada pelos moralistas⁹ a respeito da inferioridade da mulher, em matéria intelectual, assim como sua propensão a gastar irracionalmente os recursos da casa; sua debilidade em tarefas de comando; e, principalmente, sua tendência à infidelidade. Isso divulgava a ideia de que a administração do lar competia ao marido (VAINFAS, 1997).

A Igreja, por sua vez, no intuito de tornar as mulheres mais agradáveis a seus esposos, aconselhava-as a seguirem o exemplo de Maria. Elas eram exortadas à fidelidade, à submissão, à observância dos preceitos morais e religiosos (como possibilidade de condução a uma vida digna e santa), ao zelo na educação de seus filhos e ao cuidado da casa e dos bens de seus maridos. No imaginário católico, Maria, a mãe de Cristo, é aquela que, através do caminho da obediência e da dor, pode, enfim, alcançar o paraíso e a glória. E esse caminho deveria ser trilhado pelas mulheres em geral (DEL PRIORE, 1995).

O sacramento do matrimônio ganhava destaque na nova colônia como maneira de afirmar o poder da Igreja no Novo Mundo, ao mesmo tempo que se justificava a instalação de um

⁹ Por moralistas, entende-se, aqui, diversos escritores, herdeiros de uma tradição misógina da escolástica, que se dedicavam a defender o casamento; reforçar a autoridade patriarcal; e arquitetar a sujeição das esposas que, segundo eles, eram sempre suspeitas de trair, desonrar e arruinar os maridos.

aparelho burocrático. Ele difundia as vantagens de uma falsa relação igualitária no interior da qual o equilíbrio residia na dominação masculina e na consentida submissão feminina.

Nessa época, a situação das mulheres não era fácil. Muitas viviam em relações ilícitas, sujeitas ao sofrimento devido à discriminação e aos maus-tratos. Por tal motivo, a ideia de realização dentro do matrimônio era sedutora. A possibilidade de ocupar o papel de santa-mãezinha, recebendo a atenção do marido (sendo, portanto o alvo do amor conjugal), fez dessas mulheres um campo fértil à divulgação do matrimônio como um modelo a ser assumido na sociedade. Embora tenha sido a mulher quem pagou o ônus maior no interior do matrimônio, ela própria se tornou o terreno mais fecundo, onde o pensamento de estabilidade, proposto pelo casamento, floresceu e permaneceu na sociedade brasileira desde os tempos de colônia (DEL PRIORE, 1995).

Em relação à legislação do período colonial brasileiro, observa-se que existia uma forte influência dos valores católicos sobre as leis estabelecidas. Exemplificando, vale citar o “Direito de Família”, escrito por Lafayette Rodrigues Pereira e editado, em 1869, durante o Primeiro Reinado. O “Direito da Família” privilegiava claramente o Direito Canônico que, por sua vez, constitui-se o conjunto de normas e de princípios fundamentais reguladores da ordem jurídica da Igreja. Para essa instituição, a mulher era quem detinha o poder de instaurar o mal no seio do casamento. Em decorrência, quando faltosa, suas penas deveriam ser mais severas (DEL PRIORE, 1995).

Destarte, durante o período colonial brasileiro, as mulheres viveram em condições adversas, sendo vítimas de estereótipos sociais, formulados sob os auspícios do catolicismo, instaurado no território. Elas eram mantidas em isolamento relativo e vistas como cidadãs de segunda classe. Também não tinham direito ao voto e permaneciam sob severas restrições quanto ao acesso à escola e a sua inserção no mercado de trabalho (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Conforme observado, a Igreja exerceu forte pressão sobre o “adestramento” da sexualidade feminina. Em sua concepção, a mulher carregava o peso do pecado original e, por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Dessa forma, a mulher praticamente não gozava de liberdade. Quando solteira, devia respeito ao pai e tinha de se submeter a suas decisões. Ao se casar, deveria ser submissa ao marido que, de certa forma, assumia parte do papel anteriormente desempenhado por seu pai. E, quanto à sua educação, essa era dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos (ARAÚJO, 2000).

2.2 A IGREJA CATÓLICA NA MICRORREGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES

2.2.1 História e configuração atual da microrregião

Em 1818 surgiu, às margens do Rio Doce, um povoado chamado “Figueira”, atual Governador Valadares, região que, até então, era povoada pelos índios botocudos. Os primeiros expedidores a esse território estavam interessados em riqueza rápida e farta através das chamadas pedras preciosas. Eram pessoas que vinham forçadas para o sertão por medidas governamentais de degredo ou por recrutamento para as divisões militares.

Figueira, também conhecida como “Porto da Figueira” ou “Cachoeira da Figueira”, pertencia ao Município de Peçanha, e teve início como quartel da Sexta Divisão Militar do Rio Doce, responsável pela segurança da navegação de canoas e encarregado de dar auxílio aos comerciantes que iam buscar sal em Linhares. Não havendo estradas de Figueira até Peçanha, apenas trilhas, grande parte dos deslocamentos era realizada por canoas, que navegavam o Rio Doce. O desbravamento do Distrito de Figueira, realizado por migrantes oriundos de várias regiões de Minas Gerais e de outros estados do país, tinha, por meta, o alcance de melhores condições socioeconômicas (ESPÍNDOLA, 2005).

De acordo com Espíndola (2005), a fundação do município de Governador Valadares teve início a partir da construção da ponte sobre o Rio Doce e da inauguração da estação da Figueira no dia 15 de agosto de 1910. Com a estrada de ferro, chegaram os primeiros comerciantes compradores de café e de madeira, além de aventureiros em busca de riquezas. O crescimento do município, em especial da cidade de Governador Valadares, então Figueira do Rio Doce que, no início, foi lento, teve uma aceleração no período de 1920 a 1940, atingindo seu auge no período de 1940 a 1960, graças à exploração da mica¹⁰ e à implantação do SESP¹¹.

Em relação aos números populacionais, em 1940, a população de Governador Valadares chegou a 5.734 habitantes – quando se iniciou o grande *boom* da economia regional. O

¹⁰ Empregada na fabricação de materiais elétricos e de instrumentos de precisão, servindo de matéria-prima para a indústria bélica (ESPÍNDOLA, 2005).

¹¹ Órgão resultante do “Acordo *Washington*”, responsável por sanear o Vale do Rio Doce e erradicar as endemias regionais (ESPÍNDOLA, 2005).

município se beneficiou da crescente exploração dos recursos naturais, tais como: madeira, pedras preciosas, mica e solos férteis. Em 1950, a população atingiu a marca de 20.357 e, dez anos depois, de 70.494 habitantes. Desde então, embora em ritmo menos acelerado, a população continuou a crescer, alcançando 125.174 habitantes em 1970 e 230.524 em 1991 (ESPÍNDOLA, 1998). Segundo o IBGE (2010), a população atual de Governador Valadares é de 263.594 habitantes.

Desde o início, a localidade de Governador Valadares se destacou como posição estratégica para o comércio, o que configurava um entreposto comercial (ESPÍNDOLA, 1998). Com o desenvolvimento das rodovias, essa posição geográfica se tornou ainda mais relevante, por ser um ponto no qual se entrecruzam três importantes rodovias: BR-116, BR-381 e BR-259. Essas rodovias dão acesso a grandes centros, tais como: Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. Além dessas rodovias, há a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que viabiliza considerável fluxo das importações e de exportações do país. Tal rota cruza o território desde 1910, sendo um dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessa região (ESPÍNDOLA, 2005).

Apesar do rápido desenvolvimento vivenciado pela cidade, na década de 1960, sua economia sofreu o impacto da acentuada queda da produção da mica e da extração e beneficiamento da madeira. Essa década foi marcada pelo início de involução demográfica e econômica, ou seja, perda contínua de população e de atividades produtivas, encerrando o ciclo expansionista. A região, que antes era chamada de “promissora”, passou a ser mencionada como “região problema”, em documentos oficiais do Estado de Minas Gerais (ESPÍNDOLA, 1998). A partir desse período, a cidade entrou em um ciclo de estagnação, que prejudicou o seu crescimento e influenciou, de forma decisiva, o perfil de sua economia e o seu crescimento urbano (SANTOS; ABREU, 2009).

A partir de então, iniciou-se um período de estagnação e de decadência, que se estendeu pelas décadas seguintes, ganhando maior intensidade nos anos 1980. Essa estagnação é resultado de uma série de fatores, conjugados ao longo das décadas. Dentre eles, podem-se destacar: o caráter predatório da exploração dos ciclos extrativistas não-sustentáveis; a falta de investimentos em infraestrutura; a baixa taxa de investimento industrial; e as crises, que atingiram a região e prejudicaram o desenvolvimento da economia local.

A estagnação da economia regional, iniciada na década de 1960, levou a população de Governador Valadares a um crescente processo de migração para outras regiões do país e para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. A emigração surgiu como alternativa econômica; cada vez mais acentuada à medida que se agravava a crise financeira, tendo os anos 1980 como o ápice desse processo (SANTOS, ABREU, 2009). Em 1993, calculou-se que cerca de 27.000 valadarenses haviam emigrado para o exterior. Os dólares por eles enviados movimentaram a indústria da construção civil e o comércio e propiciaram a abertura de muitos negócios. Esses recursos foram fundamentais para manter a dinâmica da economia nos anos 1980 e princípio dos anos 1990 (ESPÍNDOLA, 1998).

De acordo com Souza e Dias (2010), todos esses contínuos movimentos e, ao mesmo tempo, desconexos, pelos quais a região passou, desde sua fundação até os dias atuais, contribuíram para que fossem estabelecidos entre os habitantes da região, sentimentos de não-pertencimento a esse território. Para muitos, Governador Valadares e a microrregião se tornaram lugares de passagem que, após a extração de seus recursos, veem o habitante galgar para outros horizontes.

A Microrregião de Governador Valadares (MGV) possui área total de 11.327,403 km² e tem como polo a cidade de Governador Valadares, atualmente considerada uma das maiores do Estado de Minas Gerais. A MGV abrange 27% do Vale do Rio Doce, que se perfaz em 41.809,873 km² (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). Além de sua cidade principal, Governador Valadares, ela congrega ainda 24 municípios, a saber: Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galileia, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia. Atualmente, a população total da MGV é 415.610 habitantes, sendo que a maior parte desse conglomerado, 63%, reside na cidade de Governador Valadares (IBGE, 2010).

A história da MGV coincide com a fundação do município de Governador Valadares. Por ser um polo comercial de produtos e de serviços das mais variadas espécies, atrai habitantes dos demais municípios da MGV para sua praça comercial que, nela, procuram realizar bons negócios e solicitar diversos serviços, em especial os de saúde e de educação.

Vale destacar que, hoje, a cidade de Governador Valadares apresenta forte tendência econômica para a prestação de serviços, além de ser um centro agropecuário. Dentre os ramos da prestação de serviços, os que mais se destacam são o comércio logístico e o de pedras preciosas e semipreciosas, o turismo para a prática de voo livre, e a educação de nível superior (SOUZA; DIAS, 2010).

2.2.2 História e organização da Igreja Católica na microrregião

Conforme apresentado, desde sua fundação, Governador Valadares e sua zona de influência sempre se apresentaram como uma realidade caracterizada por incertezas. Em outros termos, constituiu-se um território propício para o afloramento e a efervescência religiosa. Dessa forma, a presença e a influência de cristãos podem ser observadas já no início da consolidação desse território.

De forma diferente do ocorrido em grande parte do país, bem como nas cidades da microrregião, na formação histórica da cidade de Governador Valadares, a Igreja Católica não foi a primeira a fundar as bases da moral cristã, embora, mais tarde, tenha expandido sua influência. Independentemente de qual religião exerça na atualidade presença mais marcante, as questões envolvendo religiosidade e sexualidade, sobretudo, sob a perspectiva cristã, mostram-se importantes à determinação do modo como são estabelecidas as representações, as relações entre os sujeitos e a convivência dos diferentes valores, que organizam determinado território.

O primeiro templo católico de Governador Valadares, denominado Igreja de Santo Antônio, foi construído em 1912, com a colaboração dos fiéis residentes na região. A assistência religiosa prestada a sua freguesia era de responsabilidade do vigário de Peçanha, Pe. Júlio. Sendo Santo Antônio o padroeiro desse templo, tornou-se também o padroeiro da cidade, motivo pelo qual o dia 13 de junho fora instituído como feriado municipal pelo prefeito Raimundo Albergaria em 12 de junho de 1951 (SOARES, 1983).

De acordo com o Anuário da Diocese de Governador Valadares (2009), as igrejas da região faziam parte da Arquidiocese de Diamantina e das Dioceses de Araçuaí e Caratinga. Em 01 fevereiro de 1956, pela Bula *Rerum Usu*, do Papa Pio XII, foi instituída a Diocese de Governador Valadares. O primeiro bispo, Dom Hermínio Malzone Hugo (+ 2002), governou

até 1977, quando tomou posse Dom José Heleno, hoje Bispo Emérito. Desde o ano 2002, o bispo responsável pela Diocese passou a ser Dom Werner Siebenbrock.

A Diocese Governador Valadares é formada por 31 municípios¹², dos quais 17 fazem parte do território da MG. Geograficamente, está situada no Leste de Minas Gerais, limitando-se com as Dioceses de Guanhães, Caratinga, Itabira, Coronel Fabriciano, Vitória, Colatina, São Mateus e Teófilo Otoni. A Diocese tem como foco de assistência espiritual uma população de 490.617 habitantes, inseridos em uma área de 14.373 Km² (ANUÁRIO, 2009).

Atualmente, a Diocese de Governador Valadares possui 39 pastorais e movimentos eclesiais, coordenados por leigos e por padres. Dentre as pastorais e os movimentos, citam-se os mais representativos: Pastoral da Sobriedade, Pastoral da Saúde, Pastoral Afro-brasileira, Pastoral da Juventude Rural, Movimento Fé e Luz, Oficinas de Oração e Vida, Peregrinos Leigos Cristãos e o Movimento Familiar Cristão.

Estruturalmente, a Diocese conta com o Seminário Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido pelo Reitor Pe. Anderson José de Paula; com quatro Casas de Encontro e Formação, todas à disposição das pastorais e dos movimentos eclesiais; com seis Centros de Instrução e de Educação, sendo três, centros de formação, e três, colégios de primeiro e de segundo graus. Toda essa estrutura está localizada na cidade de Governador Valadares. No que diz respeito à ajuda aos mais necessitados, a Diocese possui 18 obras sociais e alguns centros de caridade (lares, creches, entre outros), distribuídos pelo território da Diocese (ANUÁRIO, 2009).

Além da atuação desses movimentos, é relevante constatar que não é rara, na cidade, a divulgação da fé dos católicos através de grandes reuniões feitas em praça pública, em especial para a comemoração de datas consideradas relevantes, como a Semana Santa. Dentre alguns exemplos, estão as festividades de padroeiros e as vias-sacras, realizadas por diversas igrejas católicas das cidades da Microrregião, na tentativa de demonstrar publicamente a fé e de promover um convite à renovação espiritual dos fiéis; e os movimentos realizados pela Catedral de Santo Antônio, pela época de comemoração de seu padroeiro, em 13 de junho. Nessa ocasião, a Igreja realiza a Trezena de Santo Antônio. Barraquinhas para a venda de comidas típicas são montadas na porta da instituição e ocorre também a realização de bingos e

¹² Açucena, Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Itanhomi, Itueta, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Naque, Periquito, Resplendor, Santa Efigênia de Minas, Santa Rita do Ituêto, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, Sardoá, Sobralia, Tumiritinga E Virgolandia.

leilões, além de uma cavalgada, partindo do parque de exposições da cidade até a Catedral, na qual participam inúmeros cavaleiros. A festa do padroeiro movimenta toda a cidade e é um exemplo de ação de resgate do etos¹³ católico à agregação de fiéis e à restauração de práticas tradicionais.

Outro elemento comum na cidade são os *shows* de música católica, que atraem os jovens fiéis de diversas cidades. Como exemplo, vale citar o *show* do Pe. Fábio de Melo, ocorrido no ano 2010 no parque de exposições da cidade de Governador Valadares. As paróquias da Diocese também promovem encontros de jovens, ao longo do ano, sendo alguns com tempo de duração de apenas uma tarde e outros, chamados de “retiros”, em que os jovens ficam até três dias reclusos para reflexão e fortalecimento da fé. Dentre tais encontros, existe um específico ao ensino da vivência da sexualidade conforme os ensinamentos da Igreja, realizado pelo Ministério Jovem da Diocese de Governador Valadares. Tem como tema: “Afetividade e sexualidade: projeto juventude, construindo família”; e como lema: “Castidade: Graça de Deus, esforço seu” (MINISTÉRIO JOVEM, 2010). Tais movimentos objetivam animar os jovens católicos a vivenciar as normas e os mandamentos da Igreja, abrindo mão de práticas seculares modernas não recomendadas pela instituição, que colocam em risco a fé e a moral religiosa.

Nesse mesmo contexto, dois movimentos de grande repercussão, criados pela Renovação Carismática Católica Nacional, devem ser referenciados: “Por Hoje Não vou mais pecar” (PHN) e “Santos de Calça Jeans”. Os referidos movimentos, que servem como inspiração aos demais movimentos regionais, procuram incitar os fiéis a se absterem das paixões da carne através do controle e do equilíbrio, os quais só são tidos por aquele que é senhor de si mesmo. A apelação é feita, partindo-se do pressuposto de que o praticante do ato sexual, por entregar-se ao prazer, é um ser humano de segunda categoria, isto é, inferior. De forma similar à mentalidade do século IV a.C., a superioridade do indivíduo se encontra na abstinência para os solteiros e na moderação para os casados.

Tais movimentos católicos, incorporados ao contexto regional, acentuam a divisão entre aqueles que são capazes de se abster do sexo e os demais. E, embora intencionem resguardar os valores cristãos mais do que proteger uma prole legítima, aproximam-se do objetivo de persuadir o fiel a se manter casto, para preservar sua família futura – tal como preconizava o

¹³ Aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

cristianismo no final da Idade Antiga. Daí a necessidade da abstinência sexual dos solteiros, apesar da existência de variados métodos contraceptivos disponíveis na atualidade. Essa forma de pensar a sexualidade e as práticas sexuais possui sua origem na posição oficial da Igreja Católica sobre esse tema, conforme será explicitado no próximo item deste trabalho.

2.3 O ATUAL DISCURSO CATÓLICO SOBRE O SEXO

2.3.1 Sexualidade humana na perspectiva católica

No intuito de melhor compreender a perspectiva católica a respeito da sexualidade humana, fez-se uma pesquisa bibliográfica a partir da Encíclica *Humanae Vitae*, escrita pelo Papa Paulo VI sobre a regulação da natalidade; e a partir do Catecismo da Igreja Católica (CIC). Esses documentos representam, de forma exemplar, a doutrina da instituição a respeito do objeto estudado.

A Encíclica foi publicada em 1968. Ainda que sua data seja relativamente antiga, seu conteúdo se mostra atual na esfera da Igreja Católica, sendo considerada um marco sobre a visão da família na doutrina social da Igreja. Antes de sua publicação, a Igreja, através dos papas anteriores, já havia se manifestado sobre o tema. Contudo, foi a *Humanae Vitae* que regulamentou a natalidade, tratando-a de modo orgânico e com referência ao método contraceptivo permitido pela Igreja, a saber, o método *Billings*¹⁴. Além disso, ela serviu de base para outros documentos da Igreja, que se ocupam do mesmo tema, como o CIC e as instruções *Donum Vitae* (RATZINGER, 1987) e *Dignitas Personae* (LEVADA, 2008).

Na *Humanae Vitae*, as características do amor conjugal são definidas como sendo não apenas humano, mas também espiritual e sensível, recomendando que “os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana” (PAULO VI, 1968). Tal amor deve também ser fiel, exclusivo e fecundo, visto que está destinado a “continuar-se, suscitando novas vidas”.

O matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos. Sem dúvida, os filhos são o dom mais excelente do matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos pais (PAULO VI, 1968).

¹⁴ Método de ovulação *Billings* é um método de planejamento natural da família, em que a mulher identifica os seus padrões de fertilidade e infertilidade, com base nas observações diárias sobre seu corpo, feitas ao longo do dia.

Tal fecundidade, segundo a Igreja, “requer nos esposos uma consciência da sua missão de paternidade responsável”. Nesse sentido, homem e mulher não devem exercer o poder de transmitir a vida de forma desordenada e inconsequente, usando-o de acordo com as “tendências dos instintos e das paixões” (PAULO VI, 1968). Ao contrário, a encíclica relembra que os “atos” próprios da procriação devem ser vivenciados apenas dentro do matrimônio e de acordo com a “paternidade responsável”. Portanto, o casal não deve usufruir do dom de transmitir a vida conforme sua própria vontade, mas de acordo com os ensinamentos da Igreja.

Na missão de transmitir a vida, eles não são, portanto, livres para procederem a seu próprio bel-prazer, como se pudessem determinar, de maneira absolutamente autônoma, as vias honestas a seguir, mas devem, sim, conformar o seu agir com a intenção criadora de Deus, expressa na própria natureza do matrimônio e dos seus atos e manifestada pelo ensino constante da Igreja (PAULO VI, 1968).

No que se refere ao controle da natalidade, o casal é convidado a respeitar a natureza e a finalidade do ato matrimonial, sendo-lhe expressamente proibido recorrer a meios artificiais para evitar a fecundação – ressaltando casos graves e justificados. Assim, a Igreja relembra a exigência de que os esposos estejam sempre abertos à procriação quando houver união dos corpos.

Estes atos, com os quais os esposos se unem em casta intimidade e através dos quais se transmite a vida humana, são, como recordou o recente Concílio, “honestos e dignos”; e não deixam de ser legítimos se, por causas independentes da vontade dos cônjuges, se prevê que vão ser infecundos, pois que permanecem destinados a exprimir e a consolidar a sua união. De fato, como o atesta a experiência, não se segue sempre uma nova vida a cada um dos atos conjugais. Deus dispôs com sabedoria leis e ritmos naturais de fecundidade, que já por si mesmos distanciam o suceder-se dos nascimentos. Mas, chamando a atenção dos homens para a observância das normas da lei natural, interpretada pela sua doutrina constante, a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida (PAULO VI, 1968).

A *Humanae Vitae* aponta, de forma explícita, as vias ilícitas e lícitas para a regulação dos nascimentos. As vias ilícitas se referem ao aborto, à esterilização e aos métodos artificiais. No que se refere ao aborto, fica expressamente proibido recorrer a essa prática, mesmo quando se tratar de situações em que a continuidade da gestação representa riscos para a mãe: “[...] é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas” (PAULO VI, 1968). A utilização da esterilização, feminina ou masculina, com fins de se evitar a geração de filhos, mostra-se também proibida no documento: “É de excluir de igual modo, como o Magistério da Igreja repetidamente declarou, a esterilização direta, quer perpétua quer temporária, tanto do homem como da mulher” (PAULO VI, 1968). Os métodos artificiais são lembrados e, em conformidade com

os demais meios de controle da natalidade, têm sua utilização proibida: “É, ainda, de excluir toda a ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação” (PAULO VI, 1968).

Segundo a Encíclica, o motivo de tal posicionamento se deve ao fato de não se poder invocar um eventual benefício indireto como consequência de um ato moralmente ilícito, desejado diretamente. Nesse sentido, o casal que, por livre vontade, impede a geração de filhos, no momento do ato sexual ou depois da realização dele, age por malícia, não havendo para eles justificativa válida.

Não se podem invocar, como razões válidas, para a justificação dos atos conjugais tornados intencionalmente infecundos, o mal menor, ou o fato de que tais atos constituiriam um todo com os atos fecundos, que foram realizados ou que depois se sucederam, e que, portanto, compartilhariam da única e idêntica bondade moral dos mesmos. [...] É um erro, por conseguinte, pensar que um ato conjugal, tornado voluntariamente infecundo, e por isso intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda (PAULO VI, 1968).

A Encíclica ressalva a validade dos tratamentos de doenças do organismo que possam ter como efeito colateral indesejado o impedimento da procriação; mas, esse impedimento não pode ser, de forma alguma, diretamente buscado nem querido por nenhum motivo.

A Igreja, por outro lado, não considera ilícito o recurso aos meios terapêuticos, verdadeiramente necessários para curar doenças do organismo, ainda que daí venha a resultar um impedimento, mesmo previsto, à procriação, desde que tal impedimento não seja, por motivo nenhum, querido diretamente (PAULO VI, 1968).

No que se refere aos meios lícitos de regular a natalidade, o documento propõe, como único recurso moralmente válido, a limitação das relações conjugais aos períodos infecundos, de acordo com o ciclo de fertilidade da mulher. Contudo, mesmo tal recurso deve ser utilizado em momentos específicos da vida matrimonial.

Se, portanto, existem motivos sérios para distanciar os nascimentos, que derivem ou das condições físicas ou psicológicas dos cônjuges, ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras, para usar do matrimônio só nos períodos infecundos e, deste modo, regular a natalidade, sem ofender os princípios morais que acabamos de recordar (PAULO VI, 1968).

Com efeito, é afirmada, na Encíclica, a diferença entre os meios lícitos e os meios ilícitos de controle de natalidade, destacando a disposição natural no primeiro e o impedimento dos processos naturais no segundo.

A Igreja é coerente consigo própria, quando assim considera lícito o recurso aos períodos infecundos, ao mesmo tempo que condena sempre como ilícito o uso dos meios diretamente contrários à fecundação, mesmo que tal uso seja inspirado em razões que podem aparecer honestas e sérias. Na realidade, entre os dois casos, existe uma diferença essencial: no primeiro, os cônjuges usufruem legitimamente de

uma disposição natural; enquanto que no segundo, eles impedem o desenvolvimento dos processos naturais (PAULO VI, 1968).

Como consequência do uso dos métodos artificiais de contracepção, o pontífice alerta para os riscos da infidelidade conjugal, da deterioração do relacionamento e da perda do respeito do homem para com sua mulher. Interessante observar a diferenciação que é feita entre o comportamento do homem e da mulher. O homem é apresentado como mais vulnerável às fraquezas humanas e propenso a perder o respeito para com sua mulher, no caso do uso de métodos contraceptivos. De certa forma, a Encíclica deixa transparecer a ideia de que a busca pelo prazer sexual é algo quase exclusivo do homem. Nesse contexto, a mulher estaria mais voltada para o amor e a maternidade, dando reduzido valor à prática sexual em si – vista como degradante para a mulher quando praticada de forma contrária aos preceitos da Igreja.

[...] Considerem, antes de mais, o caminho amplo e fácil que tais métodos abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade. Não é preciso ter muita experiência para conhecer a fraqueza humana e para compreender que os homens - os jovens especialmente, tão vulneráveis neste ponto - precisam de estímulo para serem féis à lei moral e não se lhes deve proporcionar qualquer meio fácil para eles eludirem a sua observância. É ainda de rezear que o homem, habituando-se ao uso das práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, sem se preocupar mais com o equilíbrio físico e psicológico dela, chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como a sua companheira, respeitada e amada (PAULO VI, 1968).

Outro importante documento utilizado, nesta pesquisa, é o CIC, o qual, devido a seu alcance doutrinário, tornou-se objeto de consulta de todos os bispos católicos; de Conferências Episcopais ou de Sínodos; e dos institutos de teologia e de catequética. Sendo fruto de todo o episcopado católico, o CIC foi elaborado em seis anos de intenso trabalho, graças à vasta colaboração de todas as instituições praticantes dessa religião, espalhadas pelo mundo. Em 1986, uma comissão presidida pelo Cardeal Joseph Ratzinger (atual Papa) e por mais 12 cardeais e bispos, recebeu o encargo de preparar um projeto para o catecismo, requerido pelos padres do Sínodo. Uma comissão de redação, composta por sete bispos diocesanos, peritos em teologia e em catequese, auxiliou a primeira comissão nesse trabalho.

O CIC inclui doutrinas novas e velhas, e para responder a essa dupla exigência, retoma à antiga ordem, articulando o conteúdo em quatro partes, ligadas entre si: o Credo; a Sagrada Liturgia, com os sacramentos em primeiro plano; o agir cristão, exposto a partir dos mandamentos; e, por fim, a oração cristã. Embora o CIC trate, de forma minuciosa, de diversos assuntos referentes à doutrina católica, faz também um apanhado de seus ensinamentos, que ajudam compreender a visão institucional sobre a sexualidade humana. Tal parte corresponde ao artigo sexto, do capítulo segundo, da segunda seção da terceira parte.

Para o CIC, o homem é criado à imagem de Deus e, em sua natureza, une os mundos material e espiritual. Ao se criar o homem e a mulher, estabelecem-se complementaridade entre os sexos e amizade orientada um para o outro, de maneira similar àquela que Deus estabelece com suas criaturas. O CIC expressa essa ideia nos seguintes termos: “[...] na qual cada um dos dois pode ser “ajuda” para o outro, por serem ao mesmo tempo iguais enquanto pessoa (“osso de meus ossos...” Gn 1) e complementares enquanto masculino e feminino” (CIC, 2000, p. 107).

Homem e mulher possuem sua identidade sexual, que precisa ser reconhecida por ambos. Para o CIC, a sexualidade afeta vários aspectos da pessoa humana. Ela não está só ligada ao caráter procriador ou sensual, mas a toda capacidade de relacionamento interpessoal. Homem e mulher foram criados para viver a diferença e a complementaridade dos sexos, reconhecendo-se como são.

A diferença e a complementaridade física, moral e espiritual estão orientadas para os bens do casamento e para o desabrochar da vida familiar. A harmonia do casal e da sexualidade dependem, em parte, do modo como se vive entre os sexos a complementaridade, a necessidade e o apoio mútuos (CIC, 2000, p. 605).

Para o CIC, é no casamento que homem e mulher irão imitar, na carne, a generosidade e a fecundidade do Criador, ou seja, poderão desfrutar o prazer de sua sexualidade. Contudo, para fazê-lo, homem e mulher devem estar unidos segundo as leis (do casamento), o que atende o sexto mandamento, “Não cometerás adultério” (Ex 20,14). Em outros termos, a prática sexual e o casamento estão intrinsecamente ligados ao conjunto da sexualidade humana.

A Igreja Católica também acredita que a sexualidade, quando executada desordenadamente, vai contra o sexto mandamento, constituindo-se ofensa à castidade. Dentre as diversas ofensas possíveis, destacam-se: a luxúria, que é o gozo desregrado do prazer venéreo; a masturbação, que é a excitação voluntária do órgão sexual para a obtenção de um prazer venéreo; a fornicção, que é uma união carnal entre um homem e uma mulher livres, fora do casamento; a pornografia, que se trata em retirar os atos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros para exibí-los à terceiros de maneira deliberada; a prostituição, a qual fere a dignidade da pessoa que se prostitui ao prazer venéreo; e o estupro, que resume na penetração à força, com violência, na intimidade sexual de uma pessoa. No conjunto de práticas sexuais

que atentam contra o sexto mandamento, são também citados a homossexualidade e o incesto (relações íntimas entre parentes ou pessoas afins).

Em síntese, a Igreja entende que a sexualidade deve ser vivida com pudor, que é uma parte integrante da temperança. A temperança é considerada uma virtude humana, capaz de moderar a atração pelos prazeres, objetivando o equilíbrio no uso dos bens criados. Através dela, o indivíduo controla suas paixões e seus apetites, raciocina com sobriedade e assegura o domínio da vontade sobre os instintos. Dessa forma, os desejos são mantidos dentro dos limites da honestidade; e os apetites sensíveis são dirigidos para o bem, contribuindo para que o indivíduo não se torne escravo dos instintos.

O termo “temperança” vem do latim *temperantia*. Para o mundo católico, é necessária uma purificação do clima social para que se chegue à pureza cristã.

[...] o pudor protege o mistério das pessoas e de seu amor. Convida à paciência e à moderação da relação amorosa; pedem que sejam cumpridas as condições da doação e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre si. O pudor é a modéstia (CIC, 2000, p. 648).

Além dos documentos supracitados, a Igreja recomenda também a leitura de outros livros, escritos por padres ou mesmo por leigos, que traduzem para uma linguagem mais acessível à maioria da população a doutrina da Igreja sobre a sexualidade humana. Como exemplos, citam-se os livros: “Quando o casal reza...” de Ricardo e Eliana Sá (2009); “Namoro” do Prof. Felipe Aquino (2010); “Quem me roubou de mim” do Pe. Fábio de Melo (2008); e as palestras do Pe. Léo, disponíveis via internet, “Jovens Sarados” e “Sede Fecundos”; entre outros.

2.3.2 O discurso católico aplicado à condição feminina

Conforme exposto no item 2.1 deste trabalho, já no período greco-romano existia uma hierarquia sexual. Homens e mulheres desempenhavam papéis e funções diferenciadas na sociedade e na família. Esse contexto sociocultural influenciou boa parte do discurso oficial do cristianismo e das interpretações dadas à figura da mulher, gerando uma série de justificativas teológicas para uma ordem social anteriormente estabelecida (MOTA-RIBEIRO, 2000). Como exemplo, vale citar a Encíclica *Mulieris Dignitatem*, escrita por João Paulo II, em 15 de agosto de 1988. Nela, a hierarquia é reforçada, reafirmando que homens e mulheres

possuem características próprias e distintas entre si, devendo, portanto, exercer papéis diferentes perante a sociedade e a família.

De forma a demarcar as características femininas, o pontífice declara ser a maternidade e a virgindade as duas dimensões da vocação da mulher.

Isso diz respeito a todo ser humano, seja homem, seja mulher; estes o atuam na peculiaridade própria a cada um. No âmbito da presente meditação sobre a dignidade e a vocação da mulher, esta verdade sobre o ser humano constitui o *ponto de partida indispensável*. Já o *Livro do Gênesis* permite entrever, como num primeiro esboço, este caráter sponsal da relação entre as pessoas, terreno sobre o qual se desenvolverá, a seguir, a verdade sobre a maternidade, como também sobre a virgindade, como duas dimensões particulares da vocação da mulher à luz da Revelação Divina (JOÃO PAULO II, 1988, grifos do autor).

Para o catolicismo, essas duas dimensões da vocação da mulher estão presentes na figura da Virgem Maria, que, por ser considerada a única mulher a conseguir vivenciar, de forma plena, sua vocação, sendo virgem e mãe, passou a ser considerada modelo de perfeição feminina. A partir disso, todas as mulheres católicas devem se espelhar no comportamento de Maria para se redimirem do pecado e alcançarem a graça da salvação. Imitar esse modelo implica, para as mulheres, a necessidade de serem puras, santas, castas, além de se doarem aos outros, abrindo mão de suas próprias vontades. Tal doação encontra seu ápice principal na maternidade.

Ao lado da virgindade e da maternidade, a Encíclica atribui também, à mulher, a vocação de cuidar do homem, tendo ele sido confiado a ela pelo próprio Deus. Nesse cuidado é que a mulher se torna “perfeita” e que desenvolve sua feminilidade. Assim, ela encontra sua realização pessoal ao cuidar do “outro”, seja este outro o seu marido, seus filhos ou qualquer ser humano que necessite de sua assistência e de seu amor. Interessante observar que, na visão da Igreja, tais características são tomadas como naturais e definidas *a priori*, ou seja, algo independente da cultura e da educação, algo que já nasce definido a partir da diferenciação dos sexos.

A força moral da mulher, a sua força espiritual une-se à consciência de *que Deus lhe confia de uma maneira especial o homem*, o ser humano. Naturalmente, Deus confia todo homem a todos e a cada um. Todavia, este ato de confiar refere-se de modo especial à mulher — precisamente pelo fato da sua feminilidade — e isso decide particularmente da sua vocação. [...] Deste modo, a « mulher perfeita » (cf. *Prov* 31, 10) torna-se um amparo insubstituível e uma fonte de força espiritual para os outros, que percebem as grandes energias do seu espírito. A estas « mulheres perfeitas » muito devem as suas famílias e, por vezes, inteiras Nações (JOÃO PAULO II, 1988, grifos do autor).

A explicação teológica utilizada para legitimar a construção social em que a mulher aparece depois do homem e para o homem se encontra na ordem da criação, descrita no livro de Gênesis: “O Senhor Deus disse: ‘Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma

auxiliar semelhante a ele” (Gn. 2: 18). Esse versículo se tornou, na Teologia Cristã, a prova necessária para a manutenção da hierarquia sexual nas famílias e nas instituições eclesiais.

O pontífice afirma, ainda, que o significado completo da feminilidade se define pelo dom de doar-se aos outros, via pela qual a mulher encontraria a si mesma. Tal afirmação demonstra que, para a Igreja, o papel da mulher é de cuidadora, ou daquela que abre mão de si mesma em benefício do outro. Nesse sentido, a mulher deve ser viver para ajudar e para servir os outros, como forma plena de doação pessoal.

As presentes reflexões, que agora chegam ao fim, são orientadas a reconhecer, no interior do « dom de Deus », aquilo que Ele, criador e redentor, confia à mulher, a toda mulher. No Espírito de Cristo, com efeito, ela pode descobrir o significado completo da sua feminilidade e dispor-se desse modo ao « dom sincero de si mesma » aos outros, e assim « encontrar-se » (JOÃO PAULO II, 1988).

Esse texto do Magistério da Igreja revela uma tendência a idealizar a figura de mãe perfeita e isso não é muito positivo para a identidade feminina, já que a mulher é, assim, sempre vista em função do outro e das necessidades do outro – e apenas dessa forma, suas ações adquirem sentido. Portanto, o papel social da mulher se identifica com a maternidade, o que consequentemente a remete ao domínio do lar e do privado. A redução do papel da mulher à prioridade da maternidade também a impede de se dedicar sem culpa a qualquer outra atividade, visto que, segundo a Igreja, não há outra ação de maior importância do que o cuidado dos filhos (MOTA-RIBEIRO, 2000).

O discurso da Igreja, em relação à mulher, é povoado de imagens justificadoras, apresentadas como se fossem naturais e de origem divina. Dois textos bíblicos, escritos por Paulo, servem como confirmação para esse discurso. O primeiro, em I Coríntios (11: 7-9), reforça a ideia de que a mulher é um segundo ser, criado para servir ao homem: “O homem (...) é imagem e glória de Deus; a mulher, porém, é glória do homem. O homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem; nem o homem foi criado para a mulher, mas a mulher para o homem”. O segundo texto, encontra-se em 1º Timóteo (2: 3). Baseando na ordem da criação, reafirma-se o papel de submissão feminina frente à figura masculina: “Não permito à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem; convém que permaneça em silêncio, pois Adão foi formado primeiro e depois, Eva” (1 Tm. 2: 13). As passagens definem como devem ser as tarefas sociais e as relações de poder entre homens e mulheres, dando a essa hierarquia uma justificativa divina.

Além de Maria, a Igreja Católica apresenta a figura de Eva como outro modelo do feminino. Os dois modelos são apresentados a partir de um paralelo antitético, no qual Eva, por sua

desobediência às ordens de Deus, é a representante de conceitos ligados ao pecado, ao demoníaco, à desobediência e à ruptura com o divino. Já Maria, por sua obediência incondicional a Deus, é colocada como uma “Nova Eva”, cheia de virtudes e relacionada ao divino (MOTA-RIBEIRO, 2000).

Tal representação de Eva se deve ao fato de ela, segundo a Bíblia, ter comido o fruto da árvore proibida, no Jardim do Éden, e ter persuadido seu companheiro, Adão, a comer também. Eva teria sido seduzida pela serpente, provocando a queda original. Uma significativa parte das imagens do feminino, difundida na sociedade ocidental, deriva dessa generalização de atitudes, de traços e de características de Eva a todo o sexo feminino. Desse modo, tendo o mal entrado no mundo por via do corpo feminino, apresenta-se a ligação da mulher ao pecado e ao mal. Pela via corporal, ratificam-se as ligações entre o corpo feminino e o pecado.

Como forma de evitar o mal, o discurso católico apela à renúncia do corpo e do prazer corporal por parte da mulher, devendo essa ter aparência casta e modos contidos. Caso contrário, não seria apenas ela que pecaria contra o pudor, mas levaria igualmente os homens a pecar. Assim, a Igreja Católica apresenta, na figura de Maria, o modelo de perfeição feminina a ser seguido pelas mulheres, realçando os papéis de virgem, de esposa e de mãe (MOTA-RIBEIRO, 2000).

Por muito tempo, as mulheres receberam modelos de representação do feminino, de forma passiva, como sendo naturais e não como histórica e socialmente construídos. Porém, com o advento da modernidade, todas as verdades absolutas passaram a ser questionadas e, dentre elas, o caráter natural do discurso religioso. Aliado a isso, os novos papéis atribuídos à mulher, no último século, suscitaram questionamentos quanto ao significado do *ser mulher* dentro da sociedade atual, sobretudo entre as católicas, gerando conflitos internos e sociais na busca feminina por adequação à modernidade. Os conflitos decorrem do fato de que as transformações no universo feminino são contrárias ao esforço da Igreja Católica pela conservação dos valores e dos costumes (RODRIGUES, 2003).

Segundo Rodrigues (2003), a alteração da identidade feminina, ocorrida nos últimos anos, mudou a estrutura social da Igreja, despertando um novo jeito de ser católica. Contudo, essas transformações não significaram a destruição das tradições, mas desconstrução e reformulação dos valores com a produção de uma intimidade mais rica e consciente. Isso só

foi possível a partir da promoção da capacidade de intercâmbio e de flexibilidade adaptativa, que deu às pessoas maiores condições de enfrentar a labilidade que a realidade moderna traz em si. De acordo com Mardones (1996), um exemplo desse processo consiste nas novas possibilidades de a mulher vivenciar sua sexualidade, o que é proporcionado pelo uso de contraceptivos, desvinculando a prática sexual da reprodução.

Nessa perspectiva, o tema sexualidade está mais vinculado a valores morais que religiosos, levando as mulheres católicas a agir de modo consciente, defendendo uma postura sexual diferente do discurso da Igreja e mais condizente com seus valores reflexivos sobre o ser humano.

Um exemplo seria o da sexualidade humana, especialmente no que se refere à condição que proporciona para mulheres o carecer de meios contraceptivos, frente às possibilidades que lhe oferece agora o acesso a novas técnicas relacionadas à reprodução. Este aspecto – prescindindo agora de todo juízo moral - está afetando a forma da família, o comportamento dentro dela, o número de filhos e o modo de tê-los, etc. A sexualidade, realmente, está desligada da reprodução (MARDONES, 1996, p. 111).

Na atualidade, as mulheres católicas presenciam uma distância entre suas necessidades afetivas de realização pessoal no campo da sexualidade e as orientações da Igreja nesse aspecto. Os preceitos morais do Catolicismo restringem de tal forma as experiências de amor e de sexualidade que não têm cabido na vida prática das mulheres católicas do contexto cultural moderno. Sem lhes fazer sentido, tais valores são questionados e refletidos por elas, e, posteriormente, adaptados às suas realidades (RODRIGUES, 2003).

No entanto, essa adaptação não é vivenciada sem a presença de conflitos psicológicos quanto à validade do seu comportamento sexual com base nas crenças religiosas. Tal discrepância entre a doutrina católica e os modelos atuais de vivência da sexualidade tende a gerar desequilíbrio emocional, afetando, sensivelmente, a saúde sexual feminina, em especial, com o surgimento das disfunções sexuais (DIAS, 2007; RODRIGUES, 2003). As fiéis católicas passam por um processo conflitante, com grande esforço emocional, a fim de ampliar a consciência e de integrar em suas vidas a sexualidade, de forma saudável, sem perder a identidade religiosa. Esse processo é rico em fantasias, sentimentos de culpa, temores e insegurança (RODRIGUES, 2003).

Para Rodrigues (2003), mesmo conscientes da necessidade de mudanças no Catolicismo sobre as questões da sexualidade, em relação às suas realidades, e de que suas condutas não são aceitas como lícitas pela Igreja, as fiéis continuam a se identificar com o catolicismo. A

religião passa de uma esfera social a uma dimensão pessoal e individual, e, a partir de novos caminhos e de novas interpretações, faz com que as mulheres criem um novo jeito de serem mulheres católicas na atualidade.

O que podemos perceber na análise do discurso dessas mulheres é que ocorre uma adaptação pessoal do Catolicismo às suas vidas modernas, onde encontramos, inclusive, citações bíblicas como justificativas às suas condutas sexuais adversas ao Catolicismo. Criam um novo jeito de serem ‘mulheres católicas modernas’, passando por um processo de crise interna quanto à sua identidade pessoal e religiosa, processo esse que é lento, doloroso, cheio de incertezas e inseguranças, mas que vai dando um novo vislumbre sobre o que significa ser católica para elas (RODRIGUES, 2003: 47).

A modernidade, com seu espírito de liberdade e de reflexão crítica, legitima as atitudes e as escolhas para a realização sexual, uma vez que “destradicioniza” o Catolicismo. Portanto, o comportamento sexual e a identidade religiosa da mulher católica contemporânea podem ser compreendidos através da reavaliação da tradição religiosa, assumindo valores do Catolicismo enquanto Cristianismo; reinterpretando as questões referentes à sexualidade; e aproximando seus conceitos aos valores presentes na sociedade atual.

2.4 DIREITO E SEXUALIDADE: EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

No período da colonização brasileira, não só as normas vigentes na sociedade estavam sujeitas aos ensinamentos católicos a respeito da “fragilidade” feminina, como também as leis do Direito haviam sido construídas segundo os moldes desses ensinamentos. Nessa perspectiva, para uma melhor compreensão da relação existente entre as leis do Direito e a condição feminina no Brasil, este item faz uma discussão entre a posição/função da mulher na sociedade ao longo do século XX. Nele, destacam-se as mudanças ocorridas nas leis do Direito sobre a posição da mulher dentro da família e da sociedade e, principalmente, sobre sua vivência da sexualidade e da prática sexual. Em outras palavras, objetiva-se compreender o momento contemporâneo em que se inscrevem as mulheres, a partir tanto de uma leitura histórica das formas como a sexualidade feminina foi vista, desde o início do século XX, pela sociedade, quanto das leis que, sancionadas, nesse período, contribuíram para a autonomia da mulher – tal como se observa hoje.

2.4.1 A subordinação feminina no início do século XX

A sexualidade e as práticas sexuais sempre estiveram inscritas nos códigos civis brasileiros com medidas de controle de sua expressão e de garantia da constituição da família heterossexual e a procriação legítima. De acordo com Corrêa (2006), as mulheres foram e continuam predominantemente inscritas nos códigos civis brasileiros por ocuparem uma função nuclear no contrato social – a reprodução, que traz uma série de implicações relevantes à sociedade, como: o patrimônio, a herança, a filiação, a manutenção da vida cotidiana e, até mesmo, a manutenção da economia.

Ainda em conformidade com Corrêa (2006, p. 111), no início da modernidade, o sexo se tornou “o pivô de articulação entre o mundo da vida e administração do corpo político”, o que fez com que as mulheres não fossem excluídas do contrato social, mas “posicionadas desigualmente e confinadas *de jure* ou *de facto* à esfera privada”. Essa desigualdade de posição foi justificada pelo pensamento predominante, na época, de que havia a necessidade de domesticar a impregnação sexual do corpo feminino, o que também determinava a diferença radical das mulheres em relação aos homens.

Baseado nesses pressupostos, foi elaborado, em 1916, o Código Civil Brasileiro, em substituição às Ordenações Filipinas – base do direito português –, que regiam o país. Essa codificação propunha um ordenamento adequado aos moldes de uma sociedade patriarcal, em que a mulher era vista e tratada como ser inferior ao homem. O código, no Art. 6 do Capítulo I – Das Pessoas Naturais –, afirmava que as mulheres casadas não tinham condições de exercer certos atos, sendo declaradas relativamente incapazes, ao lado dos menores púberes, pródigos e silvícolas.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas (BRASIL, 2011).

O Código Civil dava plenos poderes ao marido, como descreve o Art. 233 nos incisos I, II, III e IV, e ainda ratificava que, ao esposo, cabia a representação legal familiar, a administração dos bens comuns e particulares da mulher, o direito de fixar o domicílio da família e de autorizar a profissão da esposa, respectivamente.

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres do Marido

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. O direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV).

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277 (BRASIL, 2011).

A prática sexual feminina também foi alvo das normas do Código. No inciso IV do Art. 290, foi consentido ao marido pedir a anulação do casamento, até dez dias após a cerimônia, caso descobrisse que sua mulher não era mais virgem, alegando, para isso, erro essencial sobre a pessoa.

Art. 218. É também anulável o casamento, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

[...]

IV. O defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

Art. 220. A anulação do casamento, nos casos do artigo antecedente, nºs I, II e III, só poderá demandar o outro cônjuge e, no caso do nº IV, só o marido (BRASIL, 2011).

A supervalorização da virgindade, como observada acima, ocorria também no seio familiar. Aparentemente, a submissão da mulher às expectativas do marido se construiu ao longo da educação que lhe foi imputada pelos genitores. Isso explica o fato de o pai ter o direito de deserdar a filha solteira sob a alegação de ela ser desonesta, isto é, já ter sido deflorada:

CAPÍTULO XV

DA DESERDAÇÃO

[...]

Art. 1.744. Além das causas mencionadas no art. 1.595, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

[...]

III - desonestidade da filha que vive na casa paterna; (BRASIL, 2011).

Como se pode perceber, essa legislação concedeu ao homem amplos poderes para limitar as ações das mulheres, impossibilitando-as de alcançar uma autonomia pessoal ou mesmo de exercer livremente sua sexualidade. Ao mesmo tempo, reforçou a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres, cabendo a eles ocupar o espaço social público e, a elas, restringirem-se ao espaço privado do lar como responsável pelo bem-estar dos membros da família.

Mesmo com essas restrições, no início do século XX, e com a instituição do trabalho livre na República, parte do proletariado passou a ser constituído por mulheres e por crianças

pertencentes às classes menos favorecidas (RAGO, 2000). Para os industriais, empregar essa parcela da população era um negócio bastante lucrativo, porque deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência às ordens dirigidas era considerada baixa.

Apesar de algumas mulheres terem saído para o mercado de trabalho, não conseguiram mudanças fundamentais, capazes de reverter o quadro de subordinação existente desde o período colonial (BELTRÃO; ALVES, 2009). Essas trabalhadoras foram alvo de inúmeras investidas sexuais de contramestres e de patrões. Não foram poucas as denúncias realizadas por aquelas que se revoltavam contra as situações de humilhação a que eram expostas no trabalho. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a forma de pensar o papel da mulher na sociedade e a sua sexualidade não sofreu mudanças. Elas continuaram a ser vistas como algo a serviço do homem. A tais ocorrências se somava o fato de que a sociedade, em si, não encorajava o engajamento da mulher no mercado de trabalho, por se entender que ela não estaria, dessa forma, em condições de cumprir adequadamente com suas atribuições no seio da família.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 2000, p. 585).

A incorporação da mulher ao mercado de trabalho passou a ser amplamente discutida nesse período. Além das preocupações citadas, surgiram outros temas em debate, relacionados à sexualidade, tais como: adultério, virgindade, casamento e prostituição. No imaginário vigente, o mundo do trabalho era desvalorizado e tinha uma conotação negativa, representada pela metáfora do cabaré. Diferentemente, o lar era valorizado e tido como o ninho sagrado, que abrigava a “rainha do lar” e o “reizinho da família” (RAGO, 2000). Dessa maneira, as profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.

Também nesse período, foi grande o número de autoridades e de homens da ciência, os quais defendiam que a permanência da mulher deveria se restringir ao mundo privado, ou seja, ao lar. Eles consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a constituição biológica das mesmas. Existiam, dessa forma, diversos tipos de afirmações a respeito do amor e da sexualidade feminina, que serviam para justificar tais opiniões. A medicina da época fundamentava essas concepções em bases “científicas”, mostrando que o

crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família. Outro exemplo é o argumento do médico italiano Cesare Lombroso: “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior” (RAGO, 2000, p. 592).

Os médicos ainda foram mais longe, ao procurarem definir padrões adequados de práticas sexuais entre os casais, divulgando novas concepções sobre a sexualidade feminina em seus manuais de higiene sexual. Rago (2000) traz o exemplo do Dr. Olavarrieta que, em 1929, orientava os maridos sobre como deveriam tratar suas esposas:

[os homens devem evitar] com sua mulher toda classe de refinamentos durante o ato sexual, crendo deste modo cumprir mais fielmente as obrigações de marido, já que a alegria, a satisfação, a recreação ficaram nos braços de suas amigas anteriores. Repetilas com sua própria mulher, com a que vai ser ‘mãe de seus filhos’, seria insensato, equivaleria a tanto como insultá-la, ofendê-la, quiçá, prostituí-la (OLAVARRIETA, 1929 apud RAGO, 2000, p. 594).

Nesse sentido, pode-se observar que a sexualidade feminina e as práticas sexuais foram de interesse de toda a sociedade; estiveram presente nas leis, no discurso médico e dos homens em geral. Entretanto, o interesse pelo assunto não se relacionou ao bem estar feminino; ao contrário, a preocupação foi sujeitar o comportamento das mulheres a fim de que elas fossem capazes de atender os interesses dos homens.

2.4.2 Os primeiros passos para o surgimento de uma nova mulher

Na década de 1930, a situação da mulher brasileira começa a mudar de forma mais significativa. O direito ao voto, alcançado em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Código Eleitoral, foi, sem dúvida, o primeiro passo para a efetivação das mudanças sofridas pela mulher ao longo desse século. Ele levou à conquista de parte da cidadania feminina, através da qual a mulher teve mais condições de lutar por seus direitos e por melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, a participação da mulher brasileira no mundo político data de 1934, quando foi eleita para a Câmara Federal uma única deputada, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Com o Estado Novo (1937-1945), no entanto, as eleições foram suspensas. A expansão do eleitorado feminino ocorreu somente após a redemocratização de 1945 (BELTRÃO; ALVES, 2009).

No período da Segunda Guerra Mundial, ocorreu, tanto no Brasil quanto no exterior, o que Bassanezi (2000) chamou de “modernização e emancipação feminina”. Em função do grande envolvimento dos homens na guerra, houve necessidade de aumentar a participação feminina em alguns setores que, tradicionalmente, eram masculinos. Já com o fim da Guerra, surgiram campanhas, estrangeiras e nacionais, que defendiam o retorno das mulheres ao mundo privado, ou seja, ao lar, e a volta aos valores tradicionais da sociedade. Entretanto, essas campanhas não obtiveram muito sucesso.

A industrialização pela qual passou o Brasil, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, também foi um fator que contribuiu para as mudanças acontecidas na história das mulheres brasileiras. Como resultado dessa industrialização, houve crescimento urbano e aumento das possibilidades educacionais e profissionais para ambos os sexos. Com a melhora da situação econômica, uma parcela da sociedade passou a ter mais oportunidades de lazer e mais acesso aos bens de consumo e à informação. As condições de vida nas cidades e todas essas transformações possibilitaram maior proximidade entre homens e mulheres, levando a mudanças nas relações amorosas de solteiros e na intimidade familiar. Além disso, a escolha do futuro cônjuge, que antes era fortemente influenciada pelos pais, tornou-se cada vez mais arbitrada pelos próprios filhos (BASSANEZI, 2000).

Apesar de o trabalho feminino ainda ser pouco incentivado nesse período, era cada vez maior o número de mulheres que buscava remuneração fora de casa. Em geral, elas estavam inseridas no setor de prestação de serviços, em escritórios, no comércio ou em empregos públicos. Entretanto, o exercício profissional da mulher fora do lar ainda sofria preconceitos e desvalorizava-se, quando comparado ao trabalho masculino. Havia, no imaginário social da época, a crença de que o casamento e a vida profissional feminina eram incompatíveis. Nos casos em que a esposa precisava trabalhar fora para completar o orçamento familiar, o marido sentia-se, na maioria dos casos, envergonhado, por não conseguir, sozinho, sustentar sua família.

Faz-se importante ressaltar que os papéis femininos e masculinos continuavam bem definidos e delimitados, embora houvesse muitos outros avanços sociais. Na década de 1950, a moral sexual era diferente aos homens e às mulheres. Para eles, as experiências sexuais eram incentivadas, enquanto que, para elas, restringiam-se aos parâmetros do casamento convencional. A educação das meninas se voltava para que fossem boas mãe e donas de casa exemplares, como nos mostra Bassanezi (2000, p. 610):

As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como ‘o objetivo’ de vida de todas as jovens solteiras.

Visto que a escolha do futuro esposo já não era mais função dos pais, as mulheres solteiras deveriam se dedicar a arrumar um bom casamento. Isso significava que elas deveriam ser consideradas “moças para casar”. Para tanto, não deixou de ser importante conservar a virtude; conter-se sexualmente; e mostrar-se virgem.

A virgindade da mulher solteira era muito valorizada, pois representava o símbolo de sua honra e de sua pureza. E, na maioria dos casos, era considerada pelo rapaz um fator decisivo no momento de escolher sua noiva. Essa valorização reforçava o controle social sobre a sexualidade feminina e previa, como já foi descrito no Código Civil Brasileiro, que o casamento poderia ser anulado, caso o noivo fosse enganado e descobrisse, após ter se casado, que sua esposa não era mais virgem (BASSANEZI, 2000).

2.4.3 Avanços da medicina e do direito na liberação da sexualidade feminina

A busca por igualdade de direitos levou a uma importante conquista jurídica, em 1962, com a Lei 4.121, conhecida como “Estatuto da Mulher Casada” (BRASIL, 2011). Essa lei significou uma abertura no Código Civil para a emancipação feminina, pois revogou 14 artigos do Código Civil de 1916. Porém, não foi completamente alterada na década de 1960. Algumas partes, que continham discriminações de gênero, persistiram até a Constituição de 1988 e outras, até 2001, quando foi formulado o novo Código Civil.

Um grande avanço da Lei 4.121 foi a revogação do dispositivo, que equiparava o *status* civil da mulher casada ao dos menores, dos silvícolas e dos alienados. Esse ato possibilitou que a mulher passasse a ter capacidade jurídica plena, deixando de ser civilmente incapaz (SEIXAS, 1998; BELTRÃO; ALVES, 2009). Soma-se a essa conquista a liberação da tutela do marido à esposa que almejasse ter uma profissão. Isso permitiu que ela ingressasse, de maneira livre, no mercado de trabalho, possibilitando-a, em decorrência, tornar-se economicamente produtiva e autônoma:

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DO MARIDO

IV - Inciso suprimido pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962:

Texto original: O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III) (BRASIL, 2011).

Para Marques e Melo (2008), a Lei de 1962 representa um avanço aparente na condição legal das mulheres, pois trata de um algo cheio de restrições. O ponto mais conservador da lei está em manter o homem como chefe do lar e conservar, como sua responsabilidade exclusiva, a administração dos bens comuns ao casal.

Além dos avanços na legislação, na década de 1960, ocorreram diversas mudanças na estrutura da sociedade. A autorrealização passou a ser um estilo de vida. Além disso, as pessoas buscaram constantemente a autonomia e a expressão cultural das necessidades individuais e sociais.

Até 1960, existiu uma grande diferenciação entre o universo masculino e feminino (SEIXAS, 1998). Entretanto, diversos avanços científicos e médicos dessa época contribuíram para a liberação da mulher. Por exemplo: ela teve acesso a contraceptivos eficientes. A pílula anticoncepcional começou a ser comercializada e desenvolveram-se o método do DIU (Dispositivo Intrauterino) e a laqueadura. Essa última implica o bloqueamento cirúrgico das tubas uterinas, impedindo os óvulos descenderem pelas trompas e serem fecundados pelos espermatozoides. A regulação da fecundidade, dessa forma, permitiu maior autonomia feminina no que diz respeito ao número de filhos e ao momento mais oportuno para tê-los. A mulher pôde planejar sua permanência nos estudos e sua entrada no mercado de trabalho.

Segundo Catonné (2001, p. 83), a possibilidade de controlar a concepção é um ponto fundamental para a igualdade entre homens e mulheres:

A pílula confere muito mais que o direito ao prazer feminino. [...] O horizonte, desanuviado da preocupação com uma maternidade não desejada, permite que se projete de outra forma o futuro. É colocar a mulher em igualdade de projeto existencial com o homem.

Nesse período, a situação da mulher brasileira melhorou significativamente. Houve maior participação feminina em todos os níveis de ensino, e sua presença no mercado de trabalho foi cada vez mais expressiva (BELTRÃO; ALVES, 2009). Tendo acesso a esses setores profissionais, as mulheres lutaram contra a discriminação econômica, reivindicando postos de decisão na política, nas empresas e nos sindicatos. Em casa, elas dividiram o trabalho doméstico com o marido, bem como as despesas da família e a criação dos filhos. Assim, ocorreu maior integração entre o público e o privado para ambos os sexos.

Em conformidade com Beltrão e Alves (2009), a confluência de condições objetivas e subjetivas contribuiu para a mudança desse cenário. As condições objetivas são representadas

pelos processos de modernização das estruturas produtivas do país. Já as subjetivas, referem-se às novas posturas culturais e ideológicas das mulheres. Nessa perspectiva, os fatores subjetivos foram fortemente influenciados pela revolução sexual, iniciada nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos. A partir desse movimento, existiu uma maior liberação da sexualidade, em relação ao controle anteriormente exercido pelas normas e pelos códigos sociais. Mais do que no campo da sexualidade, foi ainda favorecida a liberação dos rígidos costumes, que segregavam a mulher ao lar e ao papel de esposa e de mãe.

No cenário político, com a ditadura militar, a ação conjunta das mulheres e o movimento feminista não conseguiram se impor, de maneira mais efetiva, diante das políticas restritivas da época. Nos anos 1970, o movimento de mulheres retornou com mais força, passando a influenciar a política nacional através de mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nasceu, assim, o “Movimento Custo de Vida”, um protesto contra a carestia, de repercussão nacional, que reuniu principalmente mulheres pobres ou dos estratos médios, organizadas em associações de bairros e sindicatos, para lutar contra a alta da inflação, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar. Mais tarde, surgiram os “Centros da Mulher Brasileira” (São Paulo e Rio de Janeiro), os quais reuniram basicamente mulheres profissionais, e o “Movimento Feminino pela Anistia”. Esse último teve sua gênese em São Paulo, em 1975, e espalhou-se por todo o território nacional, obtendo sucesso em 1979, com a conquista da Lei da Anistia (SEIXAS, 1998; BELTRÃO; ALVES, 2009).

O movimento feminista, no Brasil, teve mais representatividade a partir de 1975, lutando contra as desigualdades entre os sexos. Esse mesmo ano foi instituído pela ONU como o “Ano Internacional da Mulher”. Na sequência da evolução legislativa, surgiu novo avanço, com a Lei do Divórcio, nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (BRASIL, 2011). Essa, porém, limitava o pedido de divórcio a uma só vez. Em 1978, as feministas apresentaram aos candidatos documentos, contendo reivindicações de gênero, o que solidificou o quadro nas forças políticas.

Em 1980, com a consolidação do processo democrático, surgiu o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte, e o “SOS Mulher”, em várias cidades do país. Cresceram, também, nacionalmente, pesquisas sobre a mulher, sobretudo na área de ciências humanas, havendo uma explosão de publicações em livros, jornais, artigos e revistas voltadas

para a condição feminina. Outro importante acontecimento foi o “I Festival Nacional da Mulher nas Artes”, realizado em São Paulo em 1981 (SEIXAS, 1998).

Em 1982, por sua vez, houve a mobilização das trabalhadoras rurais, que lutavam pela sindicalização feminina e exigiam o direito ao título de posse da terra, quer fossem casadas, quer fossem solteiras. Em 1985, fundaram-se as Delegacias em Defesa da Mulher, a fim de atender as vítimas de estupro, de espancamento ou de qualquer forma de violência. Instalou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é o primeiro reconhecimento, por parte do Governo Federal, da existência de desigualdade entre os sexos e da importância da atuação das mulheres no país. Em 1983, foram eleitas 26 mulheres para a Assembleia Nacional Constituinte (SEIXAS, 1998).

2.4.4 A Constituição Federal de 1988 e o surgimento de uma mulher de direitos

No ano 1988, entrou em vigor a nova Constituição Federal que, segundo Beltrão (2009), foi uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gênero, pois incorporou e consolidou conquistas nacionais e internacionais, as quais marcaram um século de luta feminista. Com essa Constituição, homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos e obrigações na vida civil, no trabalho e na família. Seu artigo 5º, *caput*, inciso I, estabeleceu a igualdade jurídica entre os sexos:

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 2011).

O artigo 5º provocou profundas mudanças legais na legislação, em especial, no Direito de Família (MATOS; GITAHY, 2007). Após sete décadas de discriminação em relação à mulher, finalmente, o sistema legal foi alterado de forma a proteger os direitos fundamentais femininos, restabelecendo a esse grupo a condição de ser humano que, por muito tempo, foi-lhe negada. A partir do novo Código, a mulher teve acesso aos direitos sociais, como educação, saúde e segurança, além da proteção à maternidade e à infância, tal como determina o Art. 6º do Capítulo II, Dos Direitos Sociais, dessa Constituição.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010). (BRASIL, 2011).

Para um melhor entendimento da importância dos avanços no campo do Direito, no que tange a igualdade de direitos e de deveres entre os sexos, convém proceder a um breve recuo histórico até o período suportado pelas Ordenações Filipinas. As Ordenações Filipinas constituíram a primeira forma de legislação brasileira, que vigorou no país até o ano 1916. Segundo elas, não poderia ser imputado, ao marido, penas por aplicação de castigos corporais à mulher e aos filhos. Ao contrário, o marido detinha o direito de aplicar castigos físicos a sua companheira e, até mesmo, de tirar-lhe a vida, caso a encontrasse cometendo adultério.

Livro 5 Tit. 38: Do que matou sua mulher, por a achar em adultério.

TITULO XXXVIII

Do que matou sua mulher pola achar em adultério.

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assí a ella, como o adultero [...]. (PORTUGAL, 2011).

Pereira (1889, p. 64), em seu livro, “Direitos de Família”, afirmou, em nota de rodapé, que, com base nas novas disposições legais, o marido não possuía mais o direito de punir sua mulher. Sobre isso, redigiu o seguinte texto: “O marido não tem o direito de castigar a mulher. As disposições da lei [...] que permitiam essa prática, são repugnantes em relação à dignidade humana e em relação à moderna civilização. Estes artigos da lei foram derogados pelo Código Criminal”. Apesar dessa nova orientação quanto ao poder do marido sobre sua mulher, tal situação só começou a mudar legalmente em 1916, com a instituição do Código Civil Brasileiro. Mais tarde, a Constituição de 1988 criou as bases para a criminalização de atos violentos do marido contra sua mulher, conforme o Art. 226, § 8º.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (BRASIL, 2011).

A Constituição de 1988 permite que o divórcio seja celebrado mais de uma vez, desobrigando a mulher de portar o patronímico do ex-marido. Além disso, o Art. 20 prevê que, quando os cônjuges estiverem separados judicialmente, devem contribuir na proporção de seus recursos para manter os filhos. A guarda dos filhos pode ser determinada pelos pais e, no caso de não haver consenso entre o casal, a criança fica em poder da mãe.

O artigo 226, § 5º, determina que o homem não é naturalmente o chefe da sociedade conjugal. Ambos devem exercer os direitos e as obrigações conjunta e igualmente, não podendo mais a

mulher ser conduzida a um patamar de inferioridade para que não configure ofensa a sua dignidade.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010). (BRASIL, 2011)

A Constituição Federal de 1988 é considerada um dos maiores avanços em relação aos direitos da mulher, pois reconhece a maioria das reivindicações dos movimentos feministas; amplia a cidadania; e extingue a supremacia masculina e a desigualdade legal entre os gêneros (MATOS; GITAHY, 2007). Uma ocorrência que contribuiu para a adoção dos avanços legais, em relação à mulher, foi o fato de as mudanças acontecidas na Constituição já estarem consagradas pelas normas de conduta e costumes de uso.

Deve-se ainda ressaltar que, na década de 1980, ocorreram transformações não só nas leis, mas também nos comportamentos, tanto dos homens quanto das mulheres, no que diz respeito à sexualidade e às práticas sexuais. Segundo Seixas (1998), as normas vigentes, nesse período, foram a satisfação instantânea dos desejos e a intensidade de um prazer imediato:

Surgem companheiros cambiantes, e rapazes e moças se afirmam individualmente liberados de pressão, de qualquer ética e de qualquer fidelidade. As atitudes, as roupas e a aparência se dessexualizam, a atividade sexual se “libera” e se desenvolve em todos os sentidos – masturbação, relação homossexual, circulação de parceiros, relação heterossexual. [...] A sensualidade aparece também nas tatuagens no corpo e no brinco de argola para os homens (SEIXAS, 1998, p. 93).

As mulheres conquistaram, cada vez mais, o direito de circular pelo mundo público. Desde os 12 anos, as meninas das grandes capitais começaram a ir para a rua encontrar o grupo de amigos e a chegar tarde a casa. As moças já não se preocupavam tanto com os estereótipos de “boa moça” ou de “prostituta”, e passaram a trocar de namorado sem preocupações. O namoro já não foi mais vivido com a obrigatoriedade do casamento. A mulher passou também a exercer diversas profissões que, anteriormente, eram carreiras essencialmente masculinas, como, por exemplo, de advogadas e de economistas.

Na década de 1990, surgiram, em São Paulo, os “Clubes das Mulheres” – casas noturnas frequentadas unicamente por mulheres, entre 18 e 60 anos. Essas casas alcançaram grande sucesso por permitir às mulheres assistir e, até mesmo, tocar em homens musculosos, que dançavam de maneira sensual e faziam *strip-tease*.

Além dos casamentos tradicionais, com cerimônia religiosa e civil, emergiram inúmeras outras formas de união. Entraram em evidência os “casamentos abertos”, nos quais tanto o

homem quanto a mulher têm seu círculo de relações pessoais e, em alguns casos, admitem o adultério consensual ou o *swing*, que é a prática de troca entre casais. Nasceram também uniões em que o casal apenas “vive junto”, sem contrato formal, mas que obedecem às regras de compromisso mútuo. Percebem-se, ainda nesse contexto, casais que moram separados como forma de manter a individualidade; e uniões homossexuais, cada vez mais estáveis. Embora não se configurem casamentos legais, esses casos já são referidos como tal. Conforme Seixas (1998), o que se mostra comum nessas uniões é o compromisso pessoal e a busca do bem-estar, da satisfação, do amor, ou seja, a combinação de sexo com afeto.

À procura de uma adequação às novas realidades, as leis que definem a entidade familiar evoluem, respondendo às demandas sociais. A Lei nº 9.278/96 definiu “Entidade Familiar” como a convivência duradoura pública e contínua, entre homem e mulher, com o intuito de constituição familiar, sem se referir a prazo de convivência; e estipulou que os direitos e deveres são iguais aos conviventes.

Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Art. 2º São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I - respeito e consideração mútuos;

II - assistência moral e material recíproca;

III - guarda, sustento e educação dos filhos comuns (BRASIL, 2011).

Vale lembrar que o uso de anticoncepcionais foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento desses novos tipos de uniões. Agora, o sentido sexual do casamento não está mais atrelado à gravidez, deixando o sexo livre para ser desfrutado e tendo o prazer como único objetivo. Com o sucesso dos anticoncepcionais, as indústrias farmacêuticas lançaram, no mercado, medicamentos de mesmo efeito, adaptados a diversos tipos de situações e condições de saúde de suas usuárias. Camisinhas, pílula ou injeção anticoncepcional, DIU, diafragma, cápsula de hormônio implantada no braço ou na nádega, pílula tricíclica (reduz a frequência da menstruação para quatro vezes ao ano) e cirurgias (laqueadura, vasectomia) compõem um arsenal de combate à gravidez indesejada, favorecendo, assim, o exercício do prazer (SEIXAS, 1998).

O fato de no Brasil a prática do aborto ser proibida, com exceção dos casos em que a gravidez é causada por estupro ou em que traz riscos para a vida da mãe, não impede que muitas mulheres arrisquem a saúde para se livrar de uma gravidez indesejada. A criminalização dessa prática faz com que recorram a medidas abortivas não controladas, em clínicas clandestinas, onde são precários o atendimento e a higiene.

Os motéis brasileiros, por sua vez, são um bom exemplo da liberdade sexual vivenciada na atualidade. Eles se configuram como lugares de privacidade principalmente para os solteiros. Tais ambientes possibilitam, através do recolhimento e do anonimato, o encontro de indivíduos não casados; de casados que buscam sair da rotina; e daqueles que vivem relações extraconjugais, sejam elas heterossexuais ou homossexuais.

O novo contexto sociocultural e a existência de uma incompatibilidade entre os preceitos da Constituição Federal de 1988, com o Código Civil de 1916, justificaram a necessidade de criação de um novo Código (MATOS; GITAHY, 2007). Assim, em 2002, aprovou-se o novo Código Civil Brasileiro, que tramitou por 26 anos no Congresso Nacional, contemplando todas as conquistas dos direitos da mulher, alcançadas ao longo do século XX.

No Código de 2002, a Lei nº 10.406/2002 acolhe os preceitos constitucionais da igualdade de direitos entre homens e mulheres (Artigo 5º, inciso I) e a igualdade de direitos e deveres conjugais (Artigo 226, § 5º), ambos previstos na Lei Maior (BRASIL, 2011). Esse novo ordenamento revoga o Código de 1916, ao mesmo tempo que se mostra contrário à visão patriarcal nele contida, segundo a qual o casamento era a única forma de constituição da família e nele deveria imperar a figura do marido, ficando a mulher em situação de submissão e de inferioridade (MATOS; GITAHY, 2007).

Apesar de todos os avanços, observam-se, ainda, reflexos de uma cultura em que homens e mulheres foram e são criados e tratados de maneira diferenciada, principalmente no campo da sexualidade. Amaral e Fonseca (2006), através de uma pesquisa qualitativa com adolescentes do sexo feminino, buscou compreender as representações sociais das adolescentes em relação à iniciação sexual. A análise do discurso das adolescentes revelou que os pais, mesmo na atualidade, apresentam comportamentos diferenciados sobre a criação das filhas e dos filhos. Essa diferenciação interfere diretamente a formação da identidade dos mesmos e a postura que eles assumem perante a sexualidade. Nessa pesquisa, o autor observou que adolescentes do sexo feminino pensam e agem de forma bem distinta dos adolescentes do sexo masculino. Embora ambos iniciem a vida sexual antes do casamento, os meninos o fazem mais precocemente, geralmente a partir dos 12 anos. Eles são mais desinibidos e não se preocupam com as consequências, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez da parceira. Muitas vezes, são estimulados pelos pais e por grupos de amigos a terem relações sexuais como uma prova de masculinidade. Diferentemente, as meninas são mais controladas pela família, iniciam mais tarde a vida sexual e apresentam muitos temores em relação à gravidez e

a doenças sexualmente transmissíveis, assim como receiam os comentários gerados e a responsabilização pela relação sexual antes do casamento.

Catonné (2001) também observa essa diferenciação de iniciativa na relação amorosa que, na maioria dos casos, ainda é masculina. Segundo ele, o homem propõe e a mulher dispõe; o homem seduz e a mulher oferece sua beleza, mesmo se, em contrapartida, é a mulher quem escolhe. O fato de os homens tomarem a iniciativa se insere na oposição atividade/passividade correspondente ao masculino/feminino, como um sistema multimilênar de correspondência entre os sexos, que perdura até os dias atuais.

A literatura é testemunha de que o século XX foi marcado por mudanças na situação da mulher como um todo, as quais influenciaram significativamente o modo de viver e de exteriorizar sua sexualidade e a prática sexual, em particular. Vários fatores contribuíram para essa nova configuração, tais como as transformações na esfera econômica, no campo político, nos sistemas legais, nas ideologias, na cultura, enfim, na forma de conceber e de pensar a mulher. Entretanto, não se deve deixar de mencionar que as mudanças desse século foram precedidas por um século anterior de lutas feministas (CATONNÉ, 2001).

As concepções feministas, defendidas tanto por homens quanto por mulheres, contribuíram para a defesa de um mundo mais igualitário, permitindo que grande parte das mulheres brasileiras já não se encontre em posição de subordinação e de submissão como se observou no passado.

2.5 A SEXUALIDADE ENQUANTO TERRITÓRIO

Esta seção busca demonstrar que, mais que uma manifestação individual, a sexualidade se constitui um território, sendo, o corpo, seu espaço de manifestação. Aqui, será feita uma reflexão de cunho teórico-conceitual sobre o significado de sexualidade e sobre a noção de território e do corpo, sendo, esse último, visto como espaço em que incidem as mais diversas formas de poder.

Em função das múltiplas formas de se entender a sexualidade, é relevante delimitar o estatuto epistemológico da sexualidade a que este trabalho se refere. Por estatuto epistemológico, entende-se a identificação dos condicionamentos históricos e sociais, as sistematizações das relações, os vínculos e os desdobramentos que condicionam a configuração da sexualidade. O

primeiro pressuposto a ser contemplado, neste estudo, é o de que a sexualidade revela atributos biológicos, psicológicos e socioculturais (CAVALCANTI; CAVALCANTI, 1992). Contudo, deve-se considerar que, apesar da necessidade de se entender, de maneira didática, cada um desses atributos, esses estão continuamente inter-relacionados, sendo, portanto, inseparáveis.

2.5.1 Atributos da sexualidade

De acordo com Melo, Carvalho e Pelá (2006), no que diz respeito ao atributo biológico, a sexualidade se relaciona ao funcionamento dos órgãos sexuais e à fisiologia da resposta sexual humana. Segundo Cavalcanti e Cavalcanti (1992), tal resposta compreende quatro fases, a saber: apetência, excitação, orgasmo e relaxamento.

A fase da apetência corresponde a uma etapa subjetiva, diretamente ligada aos pensamentos e aos sentimentos do sujeito, sendo destituída de manifestações físicas. As demais fases são mais evidentes, pois apresentam manifestações orgânicas objetivas. A fase da excitação tem como característica subjetiva o fenômeno da excitação sexual crescente – objetivamente manifestada pelo binômio vasocongestão/reação miotômica. A fase do orgasmo é marcada subjetivamente pela sensação de prazer sexual, perda da acuidade dos sentidos e sensação de desligamento do meio externo; e objetivamente pelo quadro miotômico das contrações musculares reflexas. Finalmente, a fase do relaxamento se descreve subjetivamente pela sensação de alívio e de cansaço, com restabelecimento da plenitude sensorial. Nela, objetivamente, ocorre um progressivo retorno do organismo às condições basais, proporcionando relaxamento muscular e desobstrução sanguínea (CAVALCANTI; CAVALCANTI, 1992).

Embora o atributo biológico seja importante no sentido de que é sobre ele que se criam expectativas sociais, são essas expectativas que, de fato, contribuirão para o delineamento da sexualidade dos sujeitos participantes de determinada cultura. É por isso que os atributos socioculturais e psicológicos merecem especial atenção.

No que se refere ao atributo sociocultural, percebe-se que o desenvolvimento da sexualidade humana está ligado a parâmetros simbólico-culturais desenvolvidos no interior de cada sociedade. Tais parâmetros atuam como elementos sintagmáticos, capazes de definir, em

grande parte, a futura expressão da sexualidade do indivíduo. Dessa forma, Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p. 616) afirmam que a sexualidade humana é passível de ser influenciada por diversos fatores sociais, tais como “[...] relacionamentos do indivíduo com outros, pelas próprias circunstâncias de vida e pela cultura na qual ele vive [...]”.

Sendo a sexualidade humana fortemente influenciada pelas construções sociais, sua expressão se faz de forma diversificada e determinada por interações complexas, nas quais estão envolvidos: crenças, mitos, valores culturais, formas de relações e identidades sexuais. Marilena Chauí (1991), em seu livro, “Repressão Sexual”, afirma que as práticas sexuais dos seres humanos obedecem a regras e a exigências naturais e cerimoniais. Em decorrência, em cada cultura, pode ser identificado um conjunto de interdições, permissões, normas, valores e regras estabelecidas histórica e culturalmente para o exercício da sexualidade.

Para se compreender o atributo psicológico da sexualidade, opta-se seguir as proposições teóricas de Sigmund Freud, por se entender que esse autor trouxe contribuições pertinentes ao entendimento da sexualidade a partir de sua experiência clínica. Utilizando os métodos de associação livre e de interpretação dos sonhos durante a análise de seus pacientes, Freud descobriu que esses sintomas representavam, na verdade, satisfações sexuais substitutivas. Ou seja, os sintomas dos pacientes nada mais eram do que a manifestação de uma tentativa de satisfação de sexualidade reprimida. Ao fazer tal descoberta, ele percebeu que a sexualidade não é apenas genital, pois se uma pessoa consegue expressar sua sexualidade através de um sintoma físico, tal como paralisia de braço, mudez, obsessões, etc., isso significa que o atributo psicológico da sexualidade extrapola os limites do biológico (FREUD, 1996 a).

Ao observar a sexualidade infantil e dos assim chamados perversos sexuais, Freud chega a outra grande descoberta: a sexualidade específica da espécie humana se constitui uma força desgovernada por não se ater aos parâmetros de seu atributo biológico. Enquanto entre os animais há uma fixidez nos relacionamentos sexuais, na espécie humana, ao contrário, há uma variedade imensa, quase infinita de possibilidades de satisfação sexual, que não se restringe aos objetos da reprodução. A sexualidade humana, portanto, não teria um objetivo fixo, nem uma forma padrão de ser exercida. Nesse sentido, por exemplo, há pessoas que conseguem ter satisfação sexual apenas sendo vistas ou vendo outras pessoas.

Como já o demonstra o nome pelo qual são universalmente conhecidas, elas [as perversões] são inquestionavelmente sexuais. Se descritas como indicações de degeneração, ou o quer que sejam, ninguém ainda teve a coragem de classificá-las como algo que não sejam fenômenos da vida sexual. Apenas em virtude delas, justifica-se afirmarmos que a sexualidade e a reprodução não coincidem, pois é

óbvio que todas as perversões negam o objetivo da reprodução (FREUD, 1996 b, p. 325).

A partir da constatação de que a sexualidade humana é desgovernada, Freud descreve, em sua obra, “Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, como a sexualidade se desenvolve, a ponto de chegar, em determinado momento, à forma de manifestação em que a relação, via órgãos genitais, torna-se a maneira mais comum de satisfação sexual. Assim, o autor afirma que, a princípio, todo corpo é capaz de ser tomado como uma zona erógena; no entanto, há partes específicas, as quais adquirem uma significação mais proeminente. Isso ocorre não em função de uma preordenação biológica, mas da interação do sujeito com o outro – visto que tais partes recebem atenção especial nos primeiros anos de vida pelo fato de estarem ligadas a questões de sobrevivência. As partes do corpo aqui referenciadas correspondem à boca, ao ânus e, posteriormente, aos órgãos genitais (FREUD, 1996 a).

Assim, aprendemos que os bebês executam ações que não tem outro propósito se não ser o de obter prazer. Acreditamos que eles primeiro experimentam esse prazer em conexão com a tomada do alimento, porém logo aprendem a separar esse prazer da condição que o acompanha. Só podemos atribuir esse prazer a uma excitação das áreas da boca e dos lábios. A estas partes do corpo denominamos “zonas erógenas” e descrevemos como sexual o prazer derivado da sucção (FREUD, 1996 b, p. 325).

Resumindo, pode-se dizer que, na perspectiva freudiana, a sexualidade não designa apenas as atividades e o prazer, que dependem do funcionamento do aparelho genital. Ela envolve toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, proporcionando prazer irreduzível à satisfação das necessidades fisiológicas fundamentais, como a fome e a função de excreção, por exemplo. Nesse sentido, tanto as necessidades eminentemente fisiológicas quanto aquelas envolvidas no campo genital se constituem componentes da forma normal de amor sexual (LAPLANCHE, 2001).

Sendo a sexualidade uma realidade cujas expressões singulares, por parte de indivíduos e de grupos, são condicionadas por diversos fatores, este estudo será norteado pela perspectiva territorial. Em decorrência, será preciso analisar as relações entre território, territorialidade e espaço na perspectiva de alguns dos principais autores que abordam essa temática. Isso será feito com o propósito de demonstrar em que sentido a noção de território se associa à sexualidade humana.

2.5.2 Diversos entendimentos sobre território

No tocante às concepções de território, de territorialidade e de seus elementos constituintes, não há ainda, na atualidade, um consenso entre os estudiosos. Apesar das justificáveis ambiguidades no entendimento de tais conceitos, faz-se necessário adotar referenciais teórico-conceituais, que permitam uma compreensão coerente dos fenômenos para os quais se torna imprescindível voltar esse objeto de estudo. Além disso, não se pode negar que, ao optar por essa ou aquela compreensão de território e de territorialidade, são estabelecidas diretrizes as quais, direta ou indiretamente, irão nortear a elaboração de projetos nessa área, bem como as formas de relacionamentos a serem mantidas entre os atores e os espaços.

Objetivando explicitar similitudes e ambiguidades, será feito um agrupamento dos principais conceitos de território para, a partir deles, explicitar aquele que, de certa forma, situa o lugar a ser ocupado pelo objeto aqui em estudo – as relações entre sexualidade e território.

Friedrich Ratzel (1897), Badie (1995) e Paul Allié (1980) desenvolveram estudos nos quais a noção de território é estruturada a partir de uma perspectiva política, vinculada às concepções de Estado e de fronteira. Embora a abordagem desses autores seja conservadora, essencialmente geopolítica, e básica, no campo da Geografia e do território, observa-se que entre eles existem diferenças quanto ao foco de suas reflexões. Friedrich Ratzel e Badie entendem o território como o fundamento para incrementar a potência e a solidez de cada Estado-nação em nível internacional (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). Já Paul Allié entende e define território em uma perspectiva essencialmente jurídico-política, enfatizando a relação entre território e administração, bem como a associação entre soberania e território.

Diferentemente, uma noção de território e de territorialidade foi estruturada por Robert Sack (1986), estabelecendo uma correlação quase direta entre território e poder. Esse autor entende o território como a área de influência de uma autoridade ou de um grupo de atores sociais, que controlam as coisas e as pessoas. Nesse contexto, a territorialidade é definida como sendo “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19).

O controle ocorre em uma determinada área, delimitada por cada grupo social dominante. Dessa forma, a territorialidade cumpriria, ao mesmo tempo, os papéis de classificação, de comunicação e de aprisionamento ou controle. Já o território se constitui como um espaço

utilizado para conter, restringir ou excluir pessoas, objetos ou relacionamentos (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

De forma similar, Claude Raffestin (1993), ao analisar o território, leva em consideração argumentações multidimensionais, nas quais não só o espaço, mas também os atores que nele se inserem, tornam-se essenciais ao processo de formação do território. Para esse autor, o território e a territorialidade são resultantes tanto da atuação do Estado, quanto de outras ações sociais, efetivadas por empresários, por organizações políticas e pelos próprios indivíduos. Na perspectiva raffestiniana, o ator, ao se apropriar de um espaço, seja de forma concreta ou abstrata, territorializa-o, estabelecendo formas de liberdade e de poder. Dentro dessa visão, o território é entendido nos seguintes termos:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Em conformidade com Raffestin (1993), o espaço é físico, concreto, e existe antes de qualquer ação humana, simbólica ou física. O que transforma o espaço em território é justamente a ação humana, a partir das relações de poder e de dominação que se estabelecem. Dessa forma, o território é a expressão concreta do espaço apropriado e produzido por meio da ação dos sujeitos, formando um campo de forças a partir das múltiplas relações de poder que constitui.

No entender de Saquet e Briskievicz (2009), tal concepção é renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular, inspirando compreensões capazes de redimensionar relações de poder e de elaborar políticas e projetos de desenvolvimento, os quais valorizam as identidades simbólico-culturais.

Marcelo Lopes de Souza (2001) aborda o território não a partir do poder centralizador do Estado-Nação, mas como um território autônomo, em que as pessoas demonstram suas escolhas e potencialidades de forma livre, levando à formação de um espaço socialmente equitativo. Seja por iniciativa do Estado, seja por interesse dos próprios grupos humanos, na formação de qualquer tipo de território estão implicadas questões de ordem econômica. Nesse sentido, o autor considera que “[...] em qualquer circunstância, o território encerra a

materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (SOUZA, 2001, p. 108).

Em uma perspectiva política e cultural, entende-se o território um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, que não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território abarca mais do que o território, na visão de Estado-Nação, pois, “[...] todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p. 11). Portanto, os territórios são dinâmicos; podem se construir ou destruir-se em qualquer escala espacial e/ou temporal, e devem ser apreendidos em múltiplas vertentes com diversas funções.

Souza (2001) ressalta as transformações do poder no território e destaca a existência de múltiplos territórios: da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e de outros grupos sociais que estabelecem relações de força, formando territórios de conflito devido às diferenças culturais nas grandes metrópoles. Dessa forma, o território é apresentado como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os **insiders**) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os **outsiders**) (SOUZA, 2001, p. 86, grifos do autor).

Saquet e Briskievicz (2009), por sua vez, estudam o território, ratificando o desenvolvimento territorial com vistas a preservar e a valorizar a identidade simbólico-cultural de determinado lugar. Para tanto, constroem uma argumentação teórico-metodológica do território em relação à economia, à política e à cultura – o tripé EPC, como interfaces do território. Nessa abordagem, articulam-se o tempo, o espaço e o território aos aspectos desse tripé. Assim, o território “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2005, p. 144).

Na visão de Saquet e Briskievicz (2005), para se pensar em desenvolvimento territorial, deve-se ter clareza dos quatro componentes principais, constitutivos do território: “a) as relações de poder; b) as redes de circulação e comunicação; c) as identidades; d) a natureza” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 4). A formação do território se dá a partir da junção dos processos sociais e naturais, permeados pelas relações de poder, que caracterizam toda relação social, econômica, política e cultural.

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2003, p. 24).

Ainda em conformidade com Saquet e Briskievicz (2003), todo território faz parte de uma rede, pois está, inevitavelmente, articulado a outros territórios, com os quais mantém constante interação e complementaridade. No entanto, apesar de intensa ligação, cada território possui singularidades, expressas em sua política, sua economia e suas culturas próprias. Há necessidade de se considerar cada um desses elementos para se desenvolver qualquer projeto referente ao desenvolvimento territorial, valorizando as identidades simbólico-culturais.

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2003, p. 222).

Haesbaert (2005) aborda o território em uma vertente culturalista e política, o que possibilita fazer uma análise multidimensional do termo. Sob uma perspectiva integradora, o território leva em consideração os tradicionais poderes político e simbólico. Nesse contexto, configura-se um espaço dominado, com um sentido político; e também um espaço apropriado, simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade, utilizando-se do espaço como referência:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Haesbaert (2005), citando Lefebvre (1986), distingue apropriação de dominação. A apropriação se refere a um processo simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso. Dessa maneira, a apropriação do território é subjetiva, podendo ser percebida por cada pessoa, individualmente, ou de maneira cultural-simbólica, partilhada por um grupo ou uma sociedade. A dominação, por sua vez, está ligada à posse no sentido político-econômico. Refere-se a um processo mais concreto, funcional, que se vincula ao valor de troca. Percebe-se, assim, que, na visão desse autor, o território deixa de estar associado apenas à idéia de controle e de soberania, adquirindo uma dimensão simbólica.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a

apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

De forma didática, Haesbaert (2004) divide o território a partir de diferentes enfoques, ressaltando três vertentes principais: jurídico-política, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, de poder; culturalista, que prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, onde o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; e a vertente econômica, que destaca o território como fonte de recursos.

Já o filósofo Félix Guattari (1985) possui uma ampla visão de território, considerando-o um conceito fundamental da Filosofia. Para esse autor, o território pode ser físico, psicológico ou subjetivo, sociológico e, até mesmo, um território geográfico, que inclui a relação sociedade-natureza. O teórico também valoriza a dimensão simbólico-cultural da constituição do território, uma vez que o considera como a identificação que cada grupo atribui aos seus espaços de vivência. Nesse sentido, há uma distinção entre as categorias espaço e território.

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita (GUATTARI, 1985, p. 110).

O território corresponde tanto ao espaço vivido quanto aos padrões de interação de um grupo, por meio do qual é assegurada certa estabilidade e localização. Assim, o território é tudo aquilo que é apropriado pelo indivíduo, tudo que se torna subjetivo, íntimo, como, por exemplo, projetos e representações. O conceito de território abarca uma série de comportamentos e de investimentos relacionados ao tempo e aos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos, como afirma Guattari, no livro, “Micropolítica: cartografias do desejo”.

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a Etologia e a Etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

Como se observa, existe uma multiplicidade de entendimentos e de conceitos de território, tornando-se quase impossível agregá-los de forma lógica, com vistas a articular uma definição coerente e adequada ao objeto aqui estudado, que possa ser aceita de forma irrestrita. No entanto, é possível notar que todos os autores, independentemente da afiliação teórica,

trabalham com a perspectiva de que o território não é uma realidade natural, mas resultado de um processo discursivo e prático cujo eixo consiste na ação humana sobre um determinado espaço geográfico. Em especial, as teses de Haesbaert (2005, 1997) e Guattari (1985) corroboram essa definição, mas todos os outros autores citados parecem utilizar, de maneira mais ou menos explícita, tal concepção.

A condição, portanto, para a criação de um território, é a existência de dois elementos principais: o espaço e a ação humana. O primeiro se caracteriza como uma geografia delimitada, capaz de ser tomada individual e distintamente do todo que o cerca. A segunda se constitui de todas as formas discursivas e práticas de apropriação e de representação do espaço.

Dessa maneira, a tarefa a que se consagra este trabalho é a de demonstrar que a sexualidade – tomada não enquanto conceito, mas nas suas manifestações empíricas, singulares por parte de indivíduos e de grupos – preenche as duas condições citadas acima e pode, por conseguinte, ser pensada como um território. O fato de a sexualidade, no caso da espécie humana, não se manifestar somente como um instinto, mas estar na dependência das relações entre os indivíduos, já coloca essa realidade como diretamente afetada pela ação humana. Resta, no entanto, demonstrar, em primeiro lugar, qual é o espaço onde essa ação se dá e, em seguida, de que modo ocorre essa interação entre espaço e ação, que constituirá o que aqui se denomina de território da sexualidade.

O teórico que aponta algumas soluções para tais tarefas é Michel Foucault, justamente por ter, durante boa parte de seu percurso teórico, trabalhado a temática da sexualidade, entendendo-a como algo vinculado a diversos atores e a forças sociais.

2.5.3 Sexualidade humana na perspectiva foucaultiana

Foucault, diferentemente de Freud, não se ateuve aos fatores psicológicos e subjetivos que condicionam as formas como cada indivíduo constrói sua sexualidade. Seu interesse esteve ligado a uma configuração mais ampla: desvendar quais contextos, ou melhor, quais relações de poder se desenvolveram ao longo dos séculos, contribuindo para que a sexualidade e, conseqüentemente, as práticas sexuais, fossem vistas tal como ocorre na atualidade. Em sua obra, “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, de 1988, analisa a transformação da

sexualidade na modernidade, tomando-a como uma criação discursivo-institucional de estratégias de saber e de poder, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Assim, para Foucault, o sexo e as práticas sexuais se comportam como parte do chamado dispositivo¹⁵ da sexualidade, pois existe uma rede estabelecida de saber-poder, atuando sobre os corpos e as populações, ao produzir normatizações e modos de vida. A partir do estabelecimento dessas normatizações e do dispositivo da sexualidade, as populações passaram a ser reguladas e controladas segundo os valores burgueses e capitalistas.

Em uma conferência intitulada “Sexualidade e Poder”, proferida na cidade de Tóquio, Foucault (1978/2006) afirma que o cristianismo desenvolveu um mecanismo de poder muito importante para a história do ocidente e, de forma especial, para a história da sexualidade. De acordo com esse autor, a maior contribuição que o cristianismo trouxe para a moral sexual foi a criação de novos mecanismos de poder que tinham, por objetivo, impor, de forma sutil ou mesmo deliberada, seus princípios morais.

[...] novas técnicas para impor essa moral ou, na verdade, um novo ou um conjunto de novos mecanismos de poder para inculcar esses novos imperativos morais [...]. Portanto, é mais do lado dos mecanismos de poder do que do lado das ideias morais e das proibições éticas que é preciso fazer a história da sexualidade no mundo ocidental desde o cristianismo (FOUCAULT, 1978/2006, p. 65).

Esses mecanismos de poder e de controle, que geram um saber sobre os indivíduos e possibilitam um autoconhecimento, ganham sua conformação máxima no sacramento da confissão, pois ela “[...] foi e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 62). No sacramento da confissão, os fiéis católicos são orientados a confessar seus pecados, examinando suas consciências e revelando tudo o que diz respeito à carne: comportamentos, desejos e imaginações. A leitura foucaultiana enxerga, nesse procedimento, um método utilizado pela religião para ter acesso e controle de fenômenos de cunho eminentemente privado, podendo, assim, exercer poder não apenas sobre os comportamentos dos indivíduos no âmbito público, mas também nas demais

¹⁵ Segundo Foucault (1979, p. 244-246), o dispositivo corresponde a “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] é isto um dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

esferas de sua existência. Formou-se, assim, uma poderosa estratégia de controle social, por parte da religião, sobre os aspectos mais íntimos da vida de seus fiéis, principalmente a respeito de sua sexualidade.

Embora o discurso religioso tenha sido o primeiro a buscar o exercício de um controle sobre a sexualidade dos indivíduos, as transformações ocorridas a partir da passagem da Idade Média para a Modernidade ocasionaram o advento de outros discursos, que atuam de modo semelhante. Se, até o século XVII, a Igreja Católica, com seu discurso, buscava exercer o controle do sexo, foi a partir do século XVIII que esse intento passou a ser compartilhado com o Estado e a Medicina. Nessa época, ocorreu uma proliferação dos discursos a respeito desse tema. No intuito de dar a conhecer as verdades sobre o sexo, o antigo método da confissão passou a ser incorporado pela ciência. No entanto, a confissão utilizada, nesse período, não tratava da tradicional confissão cristã, ligada à penitência, mas a outro tipo de confissão, com motivações e efeitos diversos, sendo utilizada em vários tipos de relações. Deve-se ressaltar que, apesar do novo contexto, o caráter de controle social da confissão permaneceu, uma vez que seu objetivo é provocar a expressão dos sentimentos mais íntimos das pessoas.

[...] pouco a pouco, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, [a confissão] perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos. As motivações e os efeitos dela esperados se diversificaram, assim como as formas que toma [...] (FOUCAULT, 1988, p. 62).

Foucault (1988, p. 26) explica que, a partir do século XVIII, surgiu uma grande “incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo”, fazendo funcionar uma rede sutil de proliferação de discursos, de saberes, de prazeres e de poderes no intuito de alcançar a verdade sobre o tema. Com isso, a vida sexual das pessoas começou a ser regulada por um conjunto de teorias, e o sexo foi dominado e contido pelas forças sociais, tornando-se, também, uma forma de transferência para as relações de poder. Pois, exercendo um controle sobre a sexualidade, exercia-se um controle social – o que objetivava disciplinar a sociedade. Nesse sentido, o sexo é delimitado como um ponto de injunção fundamental entre o corpo e as práticas de controle das populações.

Em sua obra, “Vigiar e Punir”, Foucault (1987) fala que os mecanismos disciplinares agem diretamente sobre os corpos dos indivíduos, produzindo “corpos dóceis”. Segundo esse autor, a partir do “poder disciplinar”, estabeleceu-se uma nova forma de exercício do poder, em que os corpos passam a ser vigiados constantemente por um “saber normativo”, desenvolvido por

diversos campos de conhecimento, tais como: a Medicina, a Psicologia, a Pedagogia, o trabalho e as ciências.

Pode-se dizer que, na sociedade ocidental, existe uma economia política do corpo, manifestada pelas tecnologias do poder e resultantes do conjunto de saberes e de práticas de controle, agindo sobre o corpo. As tecnologias de poder, no mundo contemporâneo, ainda persistem, exprimindo-se com novas roupagens; podendo ser percebidas nos mais diversos formatos; e indo desde a vigilância exercida pelos médicos, professores e líderes religiosos até fenômenos da indústria cultural, como: anúncios comerciais, reportagens sobre moda, etiqueta, saúde, estereótipos físicos vendidos pelos programas de TV, passarelas e revistas. Ocorre, dessa forma, um “adestramento” do corpo, o qual deve aprender a se comportar, a gesticular e, até mesmo, a sentir da maneira determinada pela sociedade. O corpo passa a ser útil e eficiente e, ao mesmo tempo, dócil e submisso a todos esses saberes, que ditam as normas e as regras do que deve ou não ser feito. O corpo precisa

Aprender a comportar-se, movimentar-se, ser preciso e ter ritmo. Gestos são fabricados, e sentimentos são produzidos. Este adestramento é resultado da aplicação de técnicas *positivas* de sujeição baseadas em saberes pedagógicos, médicos, sociológicos, físicos etc. O corpo torna-se útil e eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Giddens (1993, p. 27), em seu livro, “A transformação da intimidade”, ao descrever a sexualidade a partir da visão de Foucault, afirma que “o poder disciplinar supostamente produzia ‘corpos dóceis’, controlados e regulados em suas atividades, em vez de espontaneamente capazes de atuar sobre os impulsos do desejo”. Percebe-se que, para esse autor, assim como para Foucault, a ação do poder disciplinar se faz sentir sobre o corpo dos indivíduos, pois é sobre ele que se voltam as orientações a respeito do permitido e do proibido, do ideal e do desprezível, do que se deve praticar ou do que se deve abster.

2.5.4 Território da sexualidade

Como explicitado no início deste estudo, cada sujeito possui um corpo com características próprias de seu sexo biológico. Em um primeiro momento, toda a ação do corpo é naturalmente projetada para atender, com prioridade, aos impulsos naturais de sobrevivência e de continuidade da espécie. Em um segundo momento, ao longo do processo de estruturação dos grupos e das sociedades, os comportamentos instintivos dos corpos dão lugar a

comportamentos investidos de intencionalidade. Nesse sentido, o corpo deixa de ser um espaço sem lei, tornando-se um lugar regido por normas de uso e de ação. Uma vez sujeito a normas e a características, que podem ser identificadas através de formas particulares de manifestação da sexualidade, o corpo se torna um espaço de apropriação. Em outros termos, sendo o corpo apropriado, mostra-se uma superfície, na qual os prazeres são experimentados segundo regras, “ditadas” por instâncias de poder. Em decorrência, o corpo constitui parte de um território, o qual pode ser denominado “território da sexualidade”.

Foucault (1988) ressalta que as principais instâncias, que se prestam a prescrever normas e regulamentos a respeito da sexualidade, são os saberes religiosos, médicos e do Estado. Esses, ao construírem um saber sobre a sexualidade, buscam exercer um poder sobre os corpos dos indivíduos e, conseqüentemente, interferir a maneira como cada um vivenciará sua sexualidade. Contudo, não se deve entender que tal controle tem como foco a expressão da sexualidade em si. Efetivamente, ao controlar a sexualidade de cada indivíduo, estabelecem-se inúmeros pontos de conexão, formando uma rede através da qual não são os indivíduos, mas toda uma sociedade, que se submete a uma forma de controle.

Nesse sentido, a religião atua, estabelecendo limites para as manifestações sexuais; recomendando aquelas que estariam de acordo com a “vontade divina”; exortando os fiéis de se furtarem àquelas que contrariam os objetivos de toda e qualquer manifestação sexual; e estimulando a reprodução próxima do sentido divino da criação. Trata-se, portanto, da promulgação de limites para o uso e de formas de expressões do corpo, impedindo-o de se manifestar espontaneamente. A criatividade sexual, no domínio religioso, é vista sob o signo do pecado, sendo passível de punições.

Entre as religiões cristãs, uma das que mais se destaca por defender aquilo que seria chamado de “vocação à castidade” é a Igreja Católica Romana. Em seu livro doutrinário, Catecismo da Igreja Católica (2000), explicitado no capítulo 1.3, encontra-se uma lista de práticas sexuais proibidas, por se acreditar que elas promovem o uso da “sexualidade desordenada”. Segundo a doutrina (2000, p. 608), “o prazer sexual é moralmente desordenado quando é buscado por si mesmo, isolado das finalidades de procriação e de união”.

Didaticamente, o Catecismo apresenta um índice das práticas proibidas, subdivididos em dois grupos: ofensas à castidade e ofensas à dignidade do matrimônio. Dentre as ofensas à castidade, encontram-se a luxúria, a masturbação, a fornicação, a pornografia, a prostituição e

o estupro. Já em relação às ofensas ao matrimônio, são citados o adultério, o divórcio, a poligamia, o incesto, o uso de contraceptivos e a união livre. Além desses, o homossexualismo, sobretudo sua prática, é também considerado uma ofensa.

A Medicina, por sua vez, dedica-se a prescrever o ideal em relação ao corpo e ao sexo, identificando o que é saudável, portanto, aconselhável; e o que é prejudicial, devendo, nesse caso, ser evitado. Através de manuais sobre saúde, sexo e sexualidade, consultas particulares e propagandas difundidas nos meios de comunicação, a Medicina imprime sua forma de pensar, aconselhando os indivíduos do que deve ou não ser feito em favor do próprio corpo. As prescrições mais comuns em relação à vida sexual dos sujeitos estão ligadas ao controle e à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's). Dentre as indicações médicas, destacam-se: a proteção durante a relação sexual, através do uso de preservativos; a realização de exames periódicos para identificação de tais doenças; e a evitação de parceiros ocasionais e desconhecidos. Em caso de mulheres com vida sexual ativa, os médicos indicam o uso de anticoncepcionais e de preservativos, e a realização periódica de exames preventivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008, p. 11).

O Estado apresenta uma forma peculiar de abordar o corpo e a sexualidade de seus cidadãos. Como descrito na Política Nacional de Promoção da Saúde (2006, p. 13), o Estado tem, em relação ao corpo, o objetivo de “reduzir a vulnerabilidade ao adoecer, assim como as chances de que ele seja produtor de incapacidade, de sofrimento crônico e de morte prematura de indivíduos e população”. Em relação à sexualidade, o Estado se ocupa de controlar a natalidade das populações, através de campanhas sobre planejamento familiar; de distribuição de preservativos e de anticoncepcionais; e de disponibilização de cirurgias de vasectomia e de ligadura de trompas; entre outras. Em épocas como o Carnaval, fica mais evidente a preocupação do Estado com a transmissão de doenças sexuais. Assim, são realizadas campanhas de conscientização e de distribuição de preservativos em vários locais públicos.

Além dessas instâncias de poder, citadas por Foucault (1988), Louro (2008) afirma que a sociedade civil também se mostra preocupada e vigilante quanto às atitudes em relação à sexualidade e às práticas sexuais desempenhadas por seus membros. Pode-se dizer que, atualmente, houve uma ampliação e uma diversificação das normas de conduta sexuais aceitáveis e das formas de regulação utilizadas pelas sociedades. Como instrumentos sociais de regulação, podem-se citar a mídia, os *sites* de relacionamentos e os *blogs*, o cinema, a televisão, os *shopping centers*, a música popular, dentre outros, configurando-se como

componentes de uma “pedagogia cultural” a respeito do sexo e da sexualidade. Tal pedagogia produz um volume cada vez maior de saberes e de discursos sobre o sexo, de forma similar ao que ocorre com as três instâncias anteriores, preconizadas por Foucault (1988).

Nessa nova “pedagogia cultural”, os relacionamentos afetivo-sexuais são considerados corriqueiros. Eles fazem parte da vida cotidiana das pessoas e devem ser buscados incansavelmente. Nota-se que há um tipo de liberalismo e, até mesmo, certo incentivo, por parte dos meios de comunicação, configurando uma nova norma sexual, que poderia ser descrito como a necessidade e a importância de as pessoas terem um conhecimento maior da vida sexual, ou seja, de possuírem experiência antes de fazer qualquer escolha definitiva em seus relacionamentos.

Sobre essa prática, Bauman (2004, p. 8) afirma que os relacionamentos amorosos se tornaram “bênçãos ambíguas”, oscilando entre o sonho e o pesadelo. Ao mesmo tempo que se procura encontrar um parceiro amoroso ideal, tem-se a sensação de que o preço para manter tal relacionamento é alto demais, ou que poderá haver outro relacionamento ainda melhor e mais satisfatório. Em uma sociedade regida pelo consumismo, os relacionamentos são tratados como artigos de consumo, devendo estar sempre prontos para uso imediato. Além disso, precisam oferecer prazer passageiro e satisfação instantânea, trazendo resultados que não exijam esforços prolongados. Nesse sentido, o corpo se mostra veículo para obtenção de prazer e de satisfação imediata, fruto de mais uma forma de controle, que incide sobre o território da sexualidade.

Segundo Giddens (1993, p. 42), o corpo é um foco do poder disciplinar e também um “portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida”. Assim, na atualidade, as preocupações tidas com o corpo e com a sexualidade ultrapassam as orientações religiosas, médicas e do Estado, associando-se à aparência física, à auto-identidade e à experiência descartável da sexualidade. Embora reconhecendo as contribuições desse autor, existe um fato que não pode ser desconsiderado. Sendo parte de um território, tal corpo não se rege por si só, mas pelas regras “ditadas” pelas instâncias de poder, podendo haver primazia daquela que mais incide sobre sua realidade.

2.6 PERTINÊNCIA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DA SEXUALIDADE NUM CONTEXTO CATÓLICO

Conforme explicitado na secção anterior, a sexualidade humana se tornou um território sobre qual incidem as mais variadas formas de poder. Tal poder é exercido por diversas instâncias sociais, cada qual representando um determinado pressuposto ou visão a respeito de como os indivíduos devem vivenciar sua sexualidade. De acordo com Louro (2008), tanto as novas quanto as tradicionais instâncias se dispõem a dar conselhos e preceitos sobre como produzir modos de ser e de viver, enfim, a ordenar os gêneros e a vivência da sexualidade. Em relação a tais orientações, a autora afirma que:

[...] Não há uniformidade em suas diretrizes. Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade (LOURO, 2008, p. 19).

Desse modo, ao se pensar as Representações Sociais (RS) sobre sexualidade e prática sexual existentes nas sociedades, pode-se dizer que elas se organizaram em verdadeiros emaranhados de conhecimentos e de significados, aglomerados ao longo do tempo.

Essa ocorrência justifica o objetivo do presente estudo de levantar as orientações, a respeito da sexualidade, oferecidas pela Igreja Católica da Microrregião de Governador Valadares (MGV), e de identificar se tais orientações influenciam, ou não, as ações e as representações de fiéis sobre sexualidade e práticas sexuais.

O acesso às representações e os ensinamentos oferecidos pela Igreja Católica sobre o sexo permitem entender os acontecimentos da vida diária, os tipos de escolhas realizadas pelos fiéis e as formas de poder estabelecidas em um determinado contexto social (na tentativa de exercer o controle sobre o território da sexualidade). Tal acesso possibilita a identificação da maneira como a sexualidade é socialmente representada; o conhecimento do modo como as pessoas e a sociedade se organizam em relação às representações; a avaliação do quanto as práticas refletem as representações; e, a identificação de até que medida as representações e as práticas estão em acordo ou em desacordo com as novas e as tradicionais instâncias reguladoras.

É nesse contexto ou nesse desafio que está a pertinência da adoção da Teoria das Representações Sociais (TRS) no estudo da sexualidade de mulheres católicas da MGV. A TRS se apresenta como uma ferramenta conceitual para conhecer e analisar ângulos da realidade, postos em pauta pelos olhares das pessoas. O campo das RS é o espaço em que os

olhares tomam formas conceituais ou representacionais. No entender de Arruda (2002), isso se constitui o lugar onde se movimentam os corpos e as imagens, onde se expressam as ambiguidades humanas, os pensamentos, as sensações, as ações e as atitudes. Mendes (2011, p. 271) explica que as RS “[...] funcionam como um “mapa” cognitivo, tornando a realidade social compreensível, ordenando as relações sociais e os comportamentos de cada um ante os outros e servindo para que cada um se localize, a si e aos outros, no seio da comunidade”.

A TRS surgiu no seio da Psicologia Social graças ao trabalho desenvolvido por Moscovici (1961), a partir dos escritos de Durkheim sobre Representações Coletivas. Enquanto Durkheim acreditava que as Representações Coletivas eram um estável resultado do acúmulo e do consenso obtido no âmbito social, Moscovici entendia que as RS se mostravam, ao mesmo tempo, o resultado do acúmulo e do consenso. Para Moscovici, as RS se encontram sensíveis à instabilidade do social, da diversidade de atos e de ideias presentes no mundo moderno (CAVEDON, 2005).

A TRS adquiriu maior estruturação e desenvolvimento teórico a partir dos estudos sobre a representação da loucura, desenvolvidos por Denise Jodelet (1997). Atualmente, sua utilização se estende como importante ferramenta para outros campos de pesquisa, tais como nas áreas da saúde, da educação, da didática e do meio ambiente (MENDES, 2011).

De acordo com Moscovici (1961), as RS refletem, por um lado, o modo como os indivíduos e os grupos formam seu conhecimento a partir de suas experiências na sociedade e na cultura. Por outro lado, também refletem o modo como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com a participação dos indivíduos. Ao mesmo tempo que uma RS estabelece formas de pensamentos sempre ligados à ação e à conduta individual e coletiva, serve também para estabelecer categorias cognitivas e relações de sentido, que são exigidas para o entendimento do objeto. Assim, identificar as RS de um determinado grupo possibilita a compreensão das formas de interações estabelecidas entre os sujeitos e a sociedade, as quais possuem o intuito de construir a realidade, que, por sua vez, é mediada pela comunicação.

As representações sociais, sejam elas individuais ou coletivas, não são cópias, reflexos ou imagens fotográficas da realidade. Ao contrário, constituem-se traduções, versões dessa realidade, que se encontra ao alcance da compreensão daqueles que as criam ou adotam-nas. Por serem criações ou adoções necessárias ao entendimento da realidade pelos indivíduos, as representações sociais estão em constante transformação. Uma vez que não é possível a

apreensão do objeto em si, ao adotar as representações a respeito do objeto como se fossem descrições fiéis dele, cria-se a ilusão de que o objeto também está em constante transformação. Deve-se ressaltar que, quando o objeto em questão é um conhecimento a respeito de algo, esse pode efetivamente estar em transformação. O mesmo não se pode dizer quando se trata de um objeto real, ou seja, um fato ou um fenômeno existente, independentemente do processo de conhecimento (MOSCOVICI, 1961).

De acordo com Jodelet (1993, 1997), as representações sociais estão na interface do psicológico e do social, do individual e do coletivo, visto que são, simultaneamente, coletiva e individual, isto é, a representação de um qualquer e de qualquer um. Ainda segundo essa autora, uma RS é uma forma de conhecimento, que tem três características essenciais. Primeiro, é socialmente produzida e partilhada, constituída a partir da experiência, de informações, de saberes e de modelos de pensamento, recebidos e transmitidos através da tradição, da educação e da comunicação social. Segundo, a RS organiza, estrutura e orienta as condutas e as comunicações humanas. Por fim, estabelece uma visão de mundo partilhada por um agrupamento social e cultural (JODELET, 1993, p. 22).

Em outros termos, Retondar (2007) considera que as RS são os valores, as crenças e as normas que retornam aos indivíduos de forma coercitiva e externa a eles. São produzidas por eles em suas interações sociais e no processo de constituição da sociedade. Entretanto, transcendem-nos: “as representações, portanto, são a manifestação da sociedade sob a forma de atos” (RETONDAR, 2007, p. 40).

Porto (2009) acrescenta outra forma de criação das RS. Em conformidade com essa autora, os ditados, os provérbios e outras frases, continuamente repetidas no dia-a-dia das pessoas, passam a fazer parte do imaginário popular a partir da força da repetição. Uma vez constituídas como verdade, informam condutas e comportamentos dos atores sociais. Os valores e as crenças, inseridos nessas afirmações, formam o conteúdo por excelência do que chamamos RS – noções por meio das quais os indivíduos buscam se situar no mundo, explicá-lo e apreender sua maneira de ser.

Ao descrever como as RS são elaboradas, Mendes (2011) explica que elas surgem das relações de comunicação entre as pessoas e são, simultaneamente, produto e processo de uma atividade mental. Através das representações, os indivíduos e os grupos reconstituem o real, atribuindo-lhe uma significação específica (dimensão simbólica). Nesse processo de

produção, estão presentes fatores, derivados tanto da dinâmica social quanto da dinâmica psíquica. Assim, as RS se configuram modos de reconstrução social da realidade e constroem-se na própria interação social.

Com base no exposto, deve-se entender que, quando se opta usar a TRS em uma pesquisa cujo objetivo é conhecer a realidade, a partir do relato das pessoas que dela fazem parte, automaticamente, assume-se uma série de pressupostos a respeito dessa teoria. Esses pressupostos justificam o uso das TRS para conhecer a realidade vivenciada pelos indivíduos, conforme afirma Porto (2009):

Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se da categoria de representações sociais, significa assumir que elas: a) embora resultado da experiência individual, [...] são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em “b”, apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) em decorrência do exposto em “c”, admitem, nos termos de Michaud (1996), a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria-prima do fazer sociológico (PORTO, 2009, p. 15).

A utilização da TRS, nesta pesquisa, possibilita conhecer o que as mulheres católicas pensam a respeito da sexualidade e das práticas sexuais. Tais pensamentos são formulados através de suas vivências, em contato com a cultura da qual fazem parte e, por esse motivo, revelam-se atreladas a valores, a tradições e a imagens presentes no espaço societário em questão.

A forma que se tem para apreender quais são as RS, inseridas em um dado contexto social, é a coleta de narrativas dos indivíduos a respeito de determinado assunto. A partir do discurso dos sujeitos, torna-se possível identificar os conceitos existentes no meio social do qual fazem parte.

Através das narrativas, que permitem a verificação do senso comum e dos saberes populares – e também dos saberes nas ciências, nas religiões, nas ideologias e em outras instâncias – as representações sociais são identificadas. Ao compartilhar determinadas representações, os sujeitos viabilizam a convivência e a coexistência (CAVEDON, 2005, p.13).

Este estudo parte do pressuposto de que as crenças e as normas relativas à sexualidade e às práticas sexuais podem ser apreendidas através dos dizeres de líderes religiosos e das fiéis, capturados a partir das respostas obtidas nas entrevistas e no questionário. Por meio do discurso, tem-se acesso às imagens dos grupos religiosos e de suas “imposições” sobre como os indivíduos as vivem. Englobada nessas imagens, notam-se as percepções, as representações

e as significações sobre sexualidade, e de tudo aquilo que gravita em torno dela (HERZLICH, 2005).

Uma vantagem em adotar a TRS no estudo sobre a sexualidade de mulheres católicas da MGTV está no fato de que ela produz um conceito para trabalhar o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade, sem distanciar o sujeito social e o seu saber concreto de seus contextos. Assim, apreender o modo de construção do saber das fiéis, relativo à sexualidade e à prática sexual, não se apresenta desvinculado de sua subjetividade.

Conhecer as representações sociais de mulheres católicas da MGTV abre caminhos para entender quais ensinamentos estão sendo transmitidos a elas pela religião e por outras instâncias de saber/poder, tais como a sociedade contemporânea, a medicina, etc. Outra possibilidade oferecida pela TRS é desvendar quais desses ensinamentos têm sido efetivos para influenciar as práticas e as condutas sexuais dos envolvidos na pesquisa. Por fim, tal teoria permite evidenciar a visão de mundo que permeia o imaginário das mulheres católicas da MGTV a respeito da sexualidade.

3 QUADRO DE REFERÊNCIA

3.1 PROBLEMA

Foucault (1988) considera que o discurso cristão a respeito da sexualidade exerce grande influência sobre as práticas e as representações de cristãos ocidentais no que diz respeito à temática do sexo. Efetivamente, o autor considera que a religião funciona como um dispositivo de vigilância e de regulação do corpo e das práticas sexuais.

Partindo dessa ideia, esta investigação procura evidências sobre a possibilidade de que o conceito de Foucault, relativo ao poder disciplinar exercido pelo cristianismo, seja uma realidade contemporânea. Mais especificamente, procura-se verificar se o pensamento foucaultiano é adequado aos valores e às representações a respeito da sexualidade na MGTV. É nesse sentido que se trabalha para responder à questão central deste estudo: “Pode-se afirmar que as atuais orientações a respeito da sexualidade, oferecidas pela Igreja Católica da Microrregião de Governador Valadares, exercem influência sobre as práticas e as representações de suas fiéis sobre esse tema, tal como preconizado por Foucault?”.

3.2 OBJETIVOS

Geral:

Verificar se as orientações, fornecidas pela Igreja Católica da Microrregião de Governador Valadares, exercem influência sobre suas fiéis em relação a sua sexualidade e as suas práticas sexuais.

Específicos:

1. Identificar as orientações relativas à sexualidade e à prática sexual, fornecidas pelos padres católicos às fiéis da MGTV;
2. Levantar as representações de mulheres católicas da MGTV sobre a sexualidade e a prática sexual;

3. Verificar se as mulheres católicas da MGV possuem consciência da inter-relação existente entre os valores católicos e suas representações sobre sexualidade e práticas sexuais;
4. Investigar se as representações das mulheres católicas a respeito da sexualidade e da prática sexual são compatíveis com as orientações recebidas de seus líderes religiosos.

3.3 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL DO ESTUDO

Na formação da sociedade brasileira, o catolicismo se fez fortemente presente, influenciando o modo de pensar e de agir dos indivíduos e dos grupos, tanto nas relações que se estabeleceram quanto nas que se estabelecem em nível público e privado. Em nível privado, os valores católicos incidiram, sobretudo, no âmbito da sexualidade e da prática sexual dos fiéis, definindo a forma de pensar e de agir dos indivíduos. Em nível público, tais valores influíram e continuam a exercer tal influência, como atesta a legislação brasileira, em especial no tocante às controvérsias relativas ao Direito Civil e ao Direito de Família.

Conforme demonstrado, desde o início de sua fundação, a MGV contou com a presença da Igreja Católica, que se desenvolveu na mesma proporção em que este território se desenvolvia. E, como em outras partes do mundo onde o catolicismo se faz presente, as questões envolvendo religiosidade e sexualidade, se constituíram como fatores importantes na determinação dos diferentes valores que, por sua vez, influenciam no modo como as relações entre os sujeitos se estabelecem nesta sociedade.

Vale salientar que, tanto em uma sociedade católica quanto em uma protestante, dentre as várias atividades que fazem parte da vida diária dos indivíduos, a sexualidade continua sendo objeto de vigilância e de controle, quando não se transforma em objeto ou motivo de consumo. Em uma realidade na qual os valores individuais e coletivos se tornam cada vez mais reféns dos paradigmas do mundo globalizado, as religiões passam a utilizar os modernos meios de comunicação para conquistar espaços perdidos, tentando promover o retorno dos indivíduos e da sociedade aos valores que, no passado, foram bases cristãs da sociedade ocidental: fé nos preceitos da Igreja; prática do celibato; e valorização do casamento e da fidelidade conjugal. Em decorrência, o tema religiosidade invade os vários campos da atividade humana, influenciando o modo como os atores sociais conduzem suas decisões desde o espaço privado/familiar até o espaço público.

Assim, ao se estudar como a religião interfere a maneira de comportar e de agir de suas fiéis, a respeito da sexualidade, cria-se a possibilidade de compreensão do impacto que a religião ainda exerce na sociedade. Tal fato contribui para um melhor delineamento dos fatores que perpassam as decisões pessoais dessa parcela significativa de pessoas: as fiéis católicas da microrregião valadarense.

O estudo da sexualidade se relaciona também à questão da saúde, tanto psicológica quanto física da população. Um exemplo disso é que questões relativas à influência de valores religiosos sobre a sexualidade do paciente se constituem temas recorrentes nas sessões de psicoterapia. As dificuldades encontradas em buscar um equilíbrio entre valores e realização dos desejos causam sofrimentos e somatizações na vida de muitos pacientes, levando-as a procurar ajuda. Tal constatação justifica o interesse em ir além do aprendizado obtido na graduação, para conhecer como se dá a influência sociocultural na formação e na expressão da sexualidade dos sujeitos – em especial, em uma sociedade católica, em que a sexualidade é concebida como algo que deve ser vivenciado com restrições.

Outro fator pertinente ao interesse no estudo da sexualidade feminina decorre da experiência pessoal da pesquisadora que, como inúmeras outras mulheres de criação católica, não se furtou em enfrentar os desafios e as contradições existentes entre os valores cristãos e as oportunidades existentes na sociedade moderna.

3.4 VINCULAÇÃO À ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO MESTRADO

Este estudo está vinculado à área de concentração “Território, migrações e cultura”, do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, por se constituir uma realidade que perpassa as relações sociais nos mais diversos níveis: familiar, religioso, profissional, dentre outros.

O território, tal como compreendido no Programa, a partir dos processos sociais e de seus atores, com seus significados e representações, funciona como peça fundamental para o entendimento dos fatores envolvidos nos modos de pensar, na cultura e nos comportamentos emitidos por determinado grupo social. Nos estudos das disciplinas do Mestrado, foi possível entender que existe uma multiplicidade de poderes, que permeia a construção e a manutenção de um território, tal como entendido por Raffestin (1993, p. 152): “Do Estado ao indivíduo,

passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos, que ‘produzem’ o território”. Levando-se em consideração os pressupostos de Raffestin, deve-se atentar para o fato de que a Igreja Católica se mostra uma instância de poder que, além de estruturar territórios de sua própria competência, atua como ator sintagmático de territórios, os quais, aparentemente, não estão sob sua gestão.

A doutrina e os ensinamentos da Igreja Católica sobre a sexualidade e as práticas sexuais que, ao longo dos anos, foram disseminados na sociedade brasileira, ainda servem como conteúdo para compor as representações sociais dos indivíduos a respeito desse tema, contribuindo, assim, para a formação cultural da sociedade. Em decorrência, mesmo em uma sociedade permissiva, em relação à vivência da sexualidade, tal como é a atual sociedade brasileira, a Igreja Católica ainda se configura como um importante ator sintagmático na produção do território.

Partindo dessa perspectiva, busca-se, nesta pesquisa, desvelar sentidos e realidades, ou seja, identificar as representações sociais produzidas e reproduzidas na MGV em relação à sexualidade e práticas sexuais, que dão corpo e estrutura ao território da sexualidade em mulheres católicas.

3.5 METODOLOGIA

3.5.1 Abordagem do estudo

Nesta investigação, foram adotados dois modelos de abordagem, uma qualitativa e outra quantitativa.

A ênfase da pesquisa qualitativa está no contexto e não em um fenômeno isolado, para tentar descobrir, de forma indutiva, algumas situações ou percepções que poderão gerar hipóteses ou teorias. Os métodos qualitativos analisam o comportamento humano do ponto de vista do sujeito, utilizando a observação naturalista e não-controlada. Eles são exploratórios, descritivos, indutivos, dinâmicos, holísticos e não-generalizáveis (SERAPIONI, 2000).

No caso dos estudos quantitativos, eles são descritos como objetivos, inflexíveis, reprodutíveis e generalizáveis, sendo amplamente utilizados para avaliar programas que tenham um produto final estável e mensurável (STECKLER et al., 1992). Podem-se citar como suas vantagens: ser um método dedutivo; permitir o controle estatístico das variáveis; e produzir um banco de dados que pode ser generalizado (SANTOS, 1999).

Segundo Serapioni (2000), os métodos quantitativos são débeis em termos de validade interna, posto que nem sempre se sabe o quanto são capazes de medir o que se pretende. Entretanto, são fortes em termos de validade externa, já que os resultados adquiridos são generalizáveis para o conjunto da comunidade. São métodos orientados à busca da magnitude e das causas dos fenômenos sociais, sem interesse para a dimensão subjetiva, e utilizam procedimentos controlados. Além do mais, são objetivos e distantes dos dados.

A combinação das duas abordagens pode produzir resultados de melhor qualidade, sem esforços excessivos adicionais. Pode, também, ser um meio eficiente de aumentar a compreensão do objeto de estudo. Vê-se que os métodos qualitativos podem ser utilizados para desenvolver ou refinar hipóteses, que serão posteriormente testadas quantitativamente, ou para aprofundar questões verificadas na abordagem quantitativa. Por vezes, os métodos quantitativos podem ajudar a interpretar os achados qualitativos, ou mesmo, serem utilizados, paralelamente, como instrumentos de validação do estudo (SATANGE et al., 1989; STECKLER et al., 1992; SANTOS, 1999). Uma vez que as vantagens de um método poderiam compensar as limitações do outro, há uma complementariedade dos dois e não uma dicotomia (MINAYO, 1994).

3.5.2 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal, considerando que são apropriados para descrever características das populações no que diz respeito a determinadas variáveis e os seus padrões de distribuição em uma determinada época.

Esta pesquisa é um recorte de um estudo maior desenvolvido no Grupo de Pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univale, intitulado “Valores e representações sobre sexualidade na Microrregião de Governador Valadares”. Esse estudo maior, além de descrever as características de determinada

população, estabelece relações entre as variáveis: valores cristãos acerca da sexualidade e da prática sexual; orientação pastoral e ensino na Escola Dominical; e representações e práticas acerca da sexualidade, assumidas pelos fiéis. Deve-se ressaltar também, que tal estudo, abrangeu tanto católicos quanto protestantes, sendo entrevistados padres e pastores, assim como líderes e fiéis dessas Igrejas. A realização da pesquisa compreendeu ao período de março de 2010 a novembro de 2011.

3.5.3 Universo

Foi considerado, como universo de estudo, as fiéis das 46 paróquias católicas em funcionamento na Microrregião de Governador Valadares (MGV). A população total da MGV é 415.610 habitantes (IBGE, 2010).

3.5.4 Amostra

A amostra foi constituída por padres e por mulheres, que frequentam as igrejas católicas da MGV. Entrevistaram-se 8 padres e 80 fiéis. O critério de inclusão, em relação às fiéis é de que estas deveriam ter acima de 18 anos e participar de alguma das pastorais nas paróquias sorteadas. Em relação aos padres, o critério de inclusão foi que este deveria exercer seu ministério em alguma das igrejas sorteadas.

Para a formação da amostra, realizou-se um sorteio aleatório¹⁶ de oito Igrejas. No intuito de identificar possíveis peculiaridades entre práticas e representações de residentes na cidade de Governador Valadares (cidade pólo) e residentes nas demais cidades da microrregião (cidades de influência), o referido sorteio ocorreu “intra-grupo”, a saber: Conjunto de igrejas católicas localizadas na cidade de Governador Valadares (C1); e Conjunto de igrejas católicas localizadas nas demais cidades que compõem a MGV (C2).

À cada igreja pertencente à cidade de Governador Valadares, foi atribuído um número, sendo esse colocado em uma urna própria, chamado de Conjunto 1. Da mesma forma, as igrejas localizadas nas outras cidades da MGV também receberam números, dispensados em uma

¹⁶ O sorteio aleatório é o processo no qual cada elemento de uma população tem a mesma probabilidade de ser selecionado durante o processo de extração, para tomar parte de uma amostra.

urna, formando o Conjunto 2. Os números correspondentes às igrejas, divididas em Conjunto 1 e Conjunto 2, foram extraídos depois de serem misturados cuidadosamente. Não foi possível garantir que todos os municípios do Conjunto 2 se fizessem representar na amostra. Contudo, todas as igrejas, de todos os municípios que compõe o Conjunto 2, tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados para fazer parte da amostra. Vale salientar que, em casos em que o padre responsável pela paróquia sorteada não concordou em participar da pesquisa, foi feito um novo sorteio e, assim, sucessivamente.

Vale considerar que se trata de uma amostra não probabilística e intencional. Nesse caso, não é aplicável a utilização de cálculo amostral. Para definir quantas pessoas participariam da pesquisa, adotaram-se os critérios de estudo de caso, propostos por Gill (2002), que sugere a adoção de quatro a dez casos. Considerando a necessidade de verificar possíveis diferenças entre os fiéis, conforme os cenários de igreja a que pertencem, e ainda realizar um estudo comparativo entre cidade polo (C1) e demais cidades (C2) da MG, optou-se por dez fiéis de cada cenário do C1 e dez do C2, perfazendo um total de 80 fiéis. Quanto aos padres, consideraram-se quatro, que atuam em C1 e quatro em C2, perfazendo um total de oito padres.

3.5.5 Coleta de dados

Para a coleta dos dados, em todas as paróquias sorteadas, a pesquisadora inicialmente se reuniu com o responsável da igreja (Padre), detalhando os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo. Após autorização, agendaram-se dia e horário adequados à coleta.

Na data estabelecida para cada coleta, a pesquisadora se reuniu com os padres e as fiéis, explicando os objetivos do trabalho e os procedimentos aos quais seriam submetidos, assegurando o caráter confidencial de suas respostas e seu direito de não-identificação. Naquele momento, reforçou-se que a pesquisa possuía caráter voluntário e que todos os participantes necessitavam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO A).

Uma entrevista em profundidade¹⁷, a partir de um roteiro semi-estruturado (ANEXO B), foi realizada junto aos padres. Para registro das respostas, utilizou-se, como recurso, um gravador de voz digital. Com o consentimento do participante, a entrevista foi gravada, visando ter o registro de todo o material fornecido, apresentando fidelidade quanto à fala dos mesmos e viabilizando o retorno ao material, sempre que necessário. Salvo alguns casos eventuais em que o entrevistado optou escrever suas respostas.

Em todas as entrevistas, manteve-se caráter informal a fim de que o entrevistado se sentisse à vontade para relatar suas impressões sobre a área da sexualidade. Essas entrevistas foram transcritas imediatamente pela pesquisadora.

As entrevistas se realizaram nas dependências da igreja e nos domicílios dos padres segundo sua disponibilidade. O local escolhido foi uma sala, que apresentava boa iluminação, ventilação adequada, cadeiras confortáveis, tranquilidade e silêncio, procurando assegurar a privacidade dos participantes.

Durante a realização da entrevista, o entrevistador fez as perguntas previstas e assumiu postura de instigador, explorando, ao máximo, a fala do informante, e buscando verificar o entendimento das questões.

Um questionário¹⁸ (ANEXO C) também foi aplicado às fiéis. Esse instrumento foi escolhido por ser de aplicação rápida e capaz de atingir um grande número de indivíduos. Trata-se de uma técnica que possibilita a obtenção de informações a respeito do que a pessoa sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, dentre outros. O questionário foi entregue às fiéis, e pôde ser respondido imediatamente ou em casa. No último caso, foi fornecido um envelope, postado para ser, posteriormente, enviados ao SAIS.

¹⁷ A entrevista individual em profundidade é realizada pessoalmente por um entrevistador com habilidade para extrair do entrevistado suas ideias, opiniões e argumentações, que sustentem suas declarações. Para esse tipo de pesquisa, o entrevistador utiliza um roteiro, que permite investigar o assunto, de maneira livre, e possibilita o aprofundamento dos temas previamente determinados e dos temas identificados no desenrolar da entrevista. Nesse tipo de pesquisa, sugere-se a realização de 10 a 15 entrevistas por segmento de interesse.

¹⁸ Por questionário, entende-se um conjunto de perguntas claras e objetivas, capazes de garantir a uniformidade de entendimento dos entrevistados e a consequente padronização dos resultados.

3.5.6 Análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados através do *software Sphinx*. Primeiramente, foi realizado o cálculo da distribuição de frequência e, em seguida, a verificação de dependência entre variáveis (sexo, idade, escolaridade, local de residência e o modo de entendimento e vivência da sexualidade) através do teste do Chi².

A apuração dos dados qualitativos foi realizada segundo a técnica da “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2009). As informações presentes nas entrevistas foram agrupadas em categorias temáticas relativas a cada dimensão. Os textos não sofreram correções linguísticas, preservando o caráter espontâneo das falas.

A categorização correspondeu a uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento, segundo o gênero (analogia), com os critérios anteriormente definidos. Esse é um processo que consiste em fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos.

3.5.7 Aspectos Éticos

O desenvolvimento deste estudo respeitou todos os preceitos éticos que envolvem pesquisa com seres humanos estabelecido pela Resolução 196/96 do Ministério da Saúde. Assim, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce, sob parecer CEP/UNIVALE 050/2008 (ANEXO D). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, os fragmentos das entrevistas apresentados nesse trabalho foram identificados pelos termos “padres” e “entrevistadas”, sendo que estas últimas receberam, cada uma o número correspondente ao da entrevista.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A apuração dos dados foi realizada segundo a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2009). Tal análise proporcionou agrupar as respostas, tanto dos padres quanto das fiéis, em seis diferentes categorias. A saber: *Orientações fornecidas pelos padres às fiéis; qualidades que devem fazer parte da moral feminina e masculina na atualidade; função da mulher e do homem na atualidade; Práticas comportamentais e de lazer não recomendadas pela Igreja; representações sociais a respeito da prática sexual das fiéis; representações sociais sobre a influência dos padres na vida sexual das fiéis.*

4.1.1 Posicionamentos de líderes católicos da MGV sobre sexualidade e prática sexual

Perfil dos padres

Os oito padres participantes da pesquisa atuam em paróquias da Diocese de Governador Valadares. Destes, metade atua em paróquias situadas na cidade de GV, e a outra em paróquias de quatro cidades da MGV. A média de idade dos padres da MGV é de 43,25 anos, e de GV de 42, 25, ocorrendo uma variação entre 33 e 53 anos. Todos possuem escolaridade de nível superior.

Orientações fornecidas pelos padres às fiéis

Pode-se observar que os padres orientam suas fiéis a viver a doutrina cristã nas práticas sexuais, recomendando que se pautem, sobretudo, pelas orientações bíblicas e pelo Catecismo da Igreja Católica. Outras fontes de orientações também são indicadas, como os livros católicos sobre sexualidade (de Leonardo Boff, de Frei Beto e outros, por exemplo) e o programa do Frei Antônio Moser, na TV Canção Nova. Já outros padres, recomendam que, além das informações e das orientações passadas pelo trabalho pastoral, sejam procurados também os conhecimentos da Psicologia e de outras áreas, que possam contribuir para a tomada de decisões nesse aspecto. Exemplificando, tem-se os fragmentos abaixo.

O namoro é tempo sublime, tempo de preparação para o casamento. A Igreja procura, na medida do possível, conscientizar rapazes e moças para que o namoro seja fecundo, com base bem feita para a construção da família. O casal, como a

Igreja, deve defender a vida. Se os casais procurarem ter o necessário para viver e não o luxo, viver mais em prol da defesa humana seríamos melhores uns para com os outros e poderíamos ter mais filhos. O método recomendado para controle de natalidade é o *Billings* por ser natural e não atropelar a natureza humana. As orientações são fornecidas na missa, nos encontros de jovens, cursos de noivos, encontros de casais e quando solicitado. Recomendamos a encíclica *Humanae Vitae* e livros do Leonardo Boff, Frei Beto, Augusto Cury e fontes bíblicas (Padre, GV, 43 anos).

Nossas orientações são no sentido de educar e informar. Normalmente, são oferecidas nos grupos de jovens, cursos de noivos e encontros de casais. Quando solicitado, abordamos a prática sexual de forma mais personalizada. Recomendamos leitura da Bíblia, de livros de Psicologia e outros que tratem dos temas afetividade e sexualidade (Padre, GV, 53 anos).

Qualidades que devem fazer parte da moral feminina e masculina na atualidade

No que se refere à opinião dos padres a respeito das qualidades, que devem se fazer presentes na conduta moral dos homens e das mulheres, observou-se que a maioria destacou a independência e a autonomia como características fundamentais de ambos os sexos. Ressaltou-se que apenas um, dentre os oito padres, citou o “ser boa mãe” como uma qualidade indispensável à mulher. Contudo, lembrou-se também da independência como um requisito feminino essencial. Tal constatação demonstra que o pensamento dos padres pode ser considerado um indício de que a liberdade e a autonomia conquistadas pela mulher, ao longo do último século, não passaram despercebidos aos olhos da Igreja e de seus representantes, sendo, inclusive, valorizadas.

Atualmente, espera-se que, tanto a mulher quanto o homem sejam autônomos, independentes e companheiros (Padre, GV, 40 anos).

A mulher deve ter como qualidades, na atualidade, a independência, ser boa mãe e ser honesta. Quanto ao homem, este deve ser provedor, religioso e responsável (Padre, GV, 33 anos).

Função do homem e da mulher na sociedade

A opinião dos padres a respeito da função que os homens e as mulheres devem desempenhar na sociedade pode ser dividida em dois grupos. No primeiro, situam-se aqueles que, dentro de uma perspectiva conservadora, conferem às mulheres a responsabilidade de ser mãe e boa esposa e de servir a Deus. De forma semelhante, afirmam que a função do homem é ser pai, provedor e também de servir a Deus. Sobre essa forma de percepção, coloca-se:

Em meu entendimento, a função da mulher é ser força e segurança na vida do marido, ser mãe e servir a Deus. A função do homem não é diferente: este deve ser força e segurança na vida da esposa, ser pai e servir a Deus (Padre, MGV, 43 anos).

No outro grupo, destaca-se um padre que, a partir de uma visão um pouco mais atual, mencionou, além das funções citadas acima, o ser “financeiramente independente” como dever da mulher. No caso dos homens, ele evidenciou que os mesmos devem ser bons maridos, provedores e servidores a Deus.

Cabe, à mulher, ser força, segurança, luz e alegria na vida do marido, ser financeiramente independente, ser mãe, ser provedora e servir a Deus. Quanto ao homem, este deve ser força, segurança, luz e alegria na vida da esposa, ser pai, ser provedor e servir a Deus (Padre, MGV, 45 anos).

Práticas comportamentais e de lazer não recomendadas pela Igreja

No tocante às práticas comportamentais e de lazer não recomendadas pela Igreja, as respostas dos padres também podem ser divididas em dois grupos. Os padres do grupo 1 se esquivaram da afirmação clara sobre o que realmente é proibido. Suas respostas não apresentaram proibições diretas, apenas orientações voltadas à valorização da vida humana, apelando para a consciência do próprio indivíduo como a melhor maneira de tomada de decisões.

Tudo o que interfere na destruição da vida. Portanto, a Igreja tem como objetivo orientar os fiéis para o cuidado com a vida, vida esta que é dom de Deus. Uma vez sendo dom de Deus, então nenhuma prática que interfere na vida humana, a Igreja não acolhe, não defende. A Igreja Católica trabalha muito com a liberdade de consciência, não que a Igreja venha proibir, ela trabalha com a proposta de consciência, cada um trabalhar a sua própria consciência. Até porque, uma vez que ele interfere num bom relacionamento, numa boa convivência familiar [da pessoa] ele é livre para os seus próprios atos (Padre, MGV, 43 anos).

O segundo grupo é composto por padres que apresentaram respostas mais diretas sobre o que é proibido pela Igreja aos fiéis. Em referência à prática sexual, valem-se citar as proibições das relações entre indivíduos do mesmo sexo, ao sexo anal, oral e grupal, ou a qualquer tipo de relação sexual fora do casamento. As proibições referentes às práticas de lazer foram no sentido de condenar a erotização presente em determinadas festas que, através das músicas ou mesmo das roupas utilizadas pelos participantes, tornam o corpo sensual atentando contra os princípios morais da Igreja, em especial ao pudor e à decência no vestir. Os vícios, como a bebida, o cigarro, jogos e as drogas também foram explicitamente condenados por esse grupo. Os fragmentos abaixo demonstram de forma exemplar tais constatações.

Não é recomendável sexo anal, sexo oral e grupal, basicamente isso. A igreja não apresenta as razões mais coloca isso como norma para os fiéis, segundo ela, foge das condições naturais de um ato sexual. Por exemplo, neste mesmo campo, também é condenado pela igreja a prática da homossexualidade porque segundo as orientações isso foge da natureza do ato (Padre, GV, 40 anos).

A Igreja nos aconselha a não beber e não fumar, ou seja, vícios em geral, seja ele de qual tipo for, seja drogas, jogos ou qualquer outro. Também não nos é aconselhável participar de qualquer tipo de festas, especialmente as que escandalizam o corpo, através de roupas ou danças sensuais. A Igreja também é contra a prostituição, pois a

relação sexual é um dom de Deus que deve ser vivenciada apenas dentro do casamento com o cônjuge (Padre, MG, 48 anos).

A postura dos padres de não informar às suas fiéis, de forma direta, as proibições da Igreja, em relação às práticas sexuais e de lazer, pode ser devido à forma de pensar de alguns. Muitos acreditam que a prática de proibir ações de interesse dos sujeitos os induziria a realizá-las. Proibições específicas podem trazer efeitos contrários ao esperado, pois aguçariam a curiosidade das fiéis e, conseqüentemente, seriam criadas maiores oportunidades de realização dos atos proibidos. Abaixo, há um fragmento que sustenta o exposto.

[...], por exemplo, quando saiu o filme: “O Padre”. Esse filme tratava da questão do celibato, onde um padre tinha uma companheira e o outro padre era homossexual. Eu me lembro que eu estava em Caratinga na época e o Bispo proibiu os fiéis de verem o filme, contudo o efeito foi contrário, ele acabou fazendo propaganda. É por isso que a Igreja, às vezes, prefere silenciar, pois ela tem o conhecimento de que quando ela faz uma proibição, o efeito acaba saindo ao contrário (Padre, GV, 40 anos).

Orientações dos padres a respeito da prática sexual das fiéis

As orientações a respeito da prática sexual das fiéis podem ser divididas em três conjuntos de respostas. No primeiro grupo, estão os padres que orientam suas fiéis de acordo com conceitos contemporâneos, tendo como base o próprio indivíduo, seus valores e sua subjetividade. Nesse sentido, as orientações são as seguintes: as pessoas estão aptas a iniciar a prática do ato sexual no momento em que se sentirem preparadas; o ato sexual tem como objetivo contribuir para o equilíbrio emocional do sujeito; o critério para decidir se há, ou não, restrições para a prática sexual, dentro do casamento, deve ser decidido pelo próprio casal; e o casal é quem decide se faz uso ou não de anticoncepcionais para controlar a natalidade, segundo seu planejamento familiar. O fragmento a seguir exemplifica essa forma de percepção:

As pessoas estão aptas para iniciar a prática sexual no momento em que se sentirem preparadas. Quanto ao objetivo deste ato, acredito que deve ser para contribuir com o equilíbrio emocional. A consciência de cada um é que vai determinar se existe ou não restrições para a prática sexual dentro do casamento, pois o critério chave é o amor, desde que lhe ajude a se realizar e a amadurecer. O que não prejudica não faz mal. Em relação ao controle de natalidade, o casal deve planejar em conjunto o número de filhos que desejam ter e controlar a natalidade, fazendo uso dos meios mais eficazes para isso (Padre, GV, 53 anos).

O segundo grupo orienta as fiéis a partir de uma vertente conservadora, segundo a qual as normas da Igreja devem nortear a vida sexual dos indivíduos. Tais ensinamentos são de que a prática sexual deve ser iniciada após o casamento, com objetivo de procriar e de aumentar a cumplicidade conjugal. Para isso, o casal deve se abster de determinadas práticas impuras, como o sexo anal e oral, e não fazer uso de métodos artificiais de controle de natalidade.

Deve-se iniciar a prática do ato sexual apenas após o casamento, sendo este realizado com os objetivos de procriar, segundo as orientações divinas; obter prazer sexual; e aumentar a cumplicidade conjugal. O sexo torna-se impuro quando praticado sem restrições, como, por exemplo, o sexo oral e anal. O casal não deve fazer uso de métodos artificiais para controle de natalidade (Padre, MG, 45 anos).

No terceiro grupo, notam-se os padres que orientam suas fiéis sobre a prática sexual a partir de uma vertente mista. Assim, em alguns aspectos, seus ensinamentos estão de acordo com os ensinamentos da Igreja e, em outros, seguem uma visão mais contemporânea, contextual, em que a subjetividade deve ser o critério de decisão da fiel. O ensinamento que concorda com as orientações da Igreja é de que o ato sexual deve ser iniciado quando o casal estiver disposto a formar uma família, tendo como objetivo a procriação, sendo, o mesmo, impuro, quando fugir ao “natural da pessoa humana”. As orientações voltadas para a decisão pessoal são de que não existem restrições para a prática sexual dentro do casamento, devendo o próprio casal entrar em consenso sobre o assunto e controlar a natalidade também pelo uso de meios artificiais.

O momento de iniciar [a prática do ato sexual] eu acho que, no sentido, assim, mais responsável, seria quando o casal tivesse conscientemente a decisão e a concretização de uma união matrimonial. O objetivo seria de complementar a pessoa do outro, e mais especificamente, formação de família. Na visão religiosa bíblica, a copulação entre o homem e a mulher, tem todo esse sentido de procriar. Eu acho que o sexo torna-se impuro quando foge a essa questão de respeito, de cumplicidade, de valorização da pessoa e da dignidade do outro, e quando foge também da questão natural da pessoa humana. Quanto às restrições [da prática do ato sexual dentro do casamento], considero um campo muito particular, em que deve haver uma negociação muito compreensiva e respeitosa entre o casal para não ferir nenhum princípio, nenhum valor, ou também não forçar a nada. O casal deve planejar em conjunto o número de filhos que deseja ter e controlar a natalidade de forma eficaz, pois dentro do esquema social que a gente vive, eu penso ser uma precaução em relação a maiores problemas (Padre, MG, 37 anos).

Influência das orientações dos padres na vida sexual das fiéis

Todos os entrevistados consideram que as orientações fornecidas pela Igreja influenciam, em maior ou menor grau, dependendo de cada um, o modo como as fiéis pensam e vivenciam sua sexualidade. Abaixo, encontram-se fragmentos que exemplificam esse pensamento.

Muito. Acredito que o padre e o pastor são formadores de opinião dentro da vida da sociedade e o que se fala pode até não ser vivido, mas incomoda. O que é falado nas homilias, nos encontros, enfim; eles podem até depois do “portão do pátio” esquecer tudo, mas incomoda. E as pessoas, mesmo que sejam levadas, adotadas pela sociedade, elas não esquecem daquilo que aprendeu através do formador de opinião (Padre, MG, 43 anos).

Pouco. Pois, como eu já havia dito, a Igreja não toca muito nessas questões, normalmente se transfere para a consciência dos fiéis a vivência da sexualidade, apenas quando isso passa a ser um conflito instalado é que ela “entra” de forma mais decisiva, com a confissão e/ou com o aconselhamento. Graças a Deus, na confissão, ela é bem mais misericordiosa do que as orientações que ela dá em público. [...] Nós teríamos que estabelecer um parâmetro de comparação entre a Igreja Católica e a Protestante. Uma vez que, na Protestante, o pastor é mais diretivo, eles dão orientações claras que os fiéis devem seguir. No caso da Igreja Católica, nós não

somos diretivos, nós transferimos para a consciência dos fiéis essas decisões, obviamente dentro de alguns parâmetros que eles conhecem, dentro de orientações que eles recebem da catequese e orientações que recebem como mandamentos/normas da Igreja. E isso vai depender muito do cenário que o padre/líder religioso se encontra – eu estava lendo hoje a revista “Veja” do caso polêmico de Recife sobre o aborto, em que o bispo se pronunciou; parecia um jogo de palavras, mas há duas alas na Igreja que ora se opõe e ora se complementam, uma tem o amor a doutrina e uma outra ala tem a doutrina do amor. Então, há isso na Igreja: uma ala que é agarrada à doutrina, mesmo gerando uma repercussão internacional, gerando um desgaste para instituição, de sentir que estamos na Idade Média quando temos pronunciamentos desta comunhão, mas ele (o bispo) está convicto de que está correto e que está agindo em nome da Igreja. Contudo, o mesmo está sendo legalista, porque ele está seguindo a orientação da Igreja, mas não está seguindo a orientação maior de Jesus, que é a Lei maior, que ele ensinou que é a lei da misericórdia e do amor (Padre, GV, 40 anos).

4.1.2 Representações sociais de mulheres católicas da MGV sobre sexualidade e prática sexual

Conforme apresentado na Tabela 1, as participantes da entrevista possuem, em média, 26 anos ($\pm 8,4$), sendo, a maioria (66%), solteira; seguida pelas casadas (26%), divorciadas (5%) e em regime de união estável (3%). A média de filhos entre as solteiras é de 0,1; e, entre as demais participantes, 1,2. Quanto à escolaridade, a maior parte (51%) possui nível superior completo ou em curso, seguida pelas que possuem o segundo grau (34%) e o primeiro grau (15%). As participantes, que exercem atividade produtiva, recebem, em média, R\$572,02 ($\pm 328,58$), sendo, a maior parte, formada por trabalhadoras assalariadas. O nível de desemprego neste grupo é de 6%, sendo 3% o número de aposentadas.

Comparando-se as participantes da MGV com as de GV, observa-se que, no primeiro grupo, a maioria é formada por jovens entre 18 e 25 anos (67%), prevalecendo o nível superior de escolaridade (57%). Já o percentual de participantes casadas (33%) e do lar (15%) é maior no segundo grupo.

Tabela 1 – Perfil das participantes

Variáveis	GERAL		MGV		GV	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Idade						
De 18 a 25	45	56	27	67	18	45
De 26 a 32	20	25	6	15	14	35
De 33 a 39	8	10	5	13	3	8
De 40 a 46	3	4	2	5	1	2
47 e mais	4	5	0	0	4	10
Estado Civil						
Solteiro	53	66	28	70	25	63
Casado	21	26	8	20	13	33
Divorciado	4	5	3	8	1	2
União estavel	3	3	1	2	1	2
Filhos						
Sem Filhos	61	76	33	82	28	70
01 filho	8	10	3	8	5	13
De 2 a 3 filhos	10	13	4	10	6	15
04 ou mais filhos	1	1	0	0	1	2
Grau de instrução						
Primeiro Grau	12	15	2	5	10	25
Segundo Grau	27	34	15	38	12	30
Terceiro Grau	41	51	23	57	18	45
Condição de trabalho						
Trabalhador assalariado	39	49	19	48	20	50
Estudante	29	36	17	43	12	30
Do lar	7	9	1	3	6	15
Trabalhador autônomo	5	6	3	8	2	5
Situação de trabalho						
Em exercicio	73	91	40	100	33	82
Desempregado	5	6	0	0	5	13
Aposentado	2	3	0	0	2	5
Renda						
Sem renda	39	49	18	45	21	52
Até um salário mínimo	12	15	4	10	8	20
Até um salário e meio	15	19	10	25	5	12
Até dois salários	7	9	4	10	3	8
Acima de dois salários	7	9	4	10	3	8

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

De acordo com os dados da Tabela 2, abaixo, a maioria das fiéis (83%) entende que os padres da Igreja Católica oferecem orientações a respeito da sexualidade e da prática sexual. Para essas mulheres, tais orientações em relação ao namoro são prioritariamente no sentido de manter um namoro santo e casto (58%), de intensificar o conhecimento do outro com respeito e fidelidade (36%), e de que a prática do ato sexual deve ocorrer de forma segura e responsável (6%). Quanto aos ensinamentos para a vida conjugal, a maior parte das entrevistadas (48%) entende que a sexualidade deve se guiar pela fidelidade e pelo respeito. Em segundo lugar, estão aquelas que consideram o companheirismo, a compreensão e o

diálogo (22%); e, em terceiro, cultivar o amor (14%) como base para uma vida sexual feliz no matrimônio.

Tabela 2 – Opiniões das fiéis em relação às orientações fornecidas pela Igreja sobre sexualidade e prática sexual

Orientações católicas sobre sexualidade e prática sexual segundo as fiéis	Geral		MGV		GV	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Há orientações na Igreja?						
Sim	65	83	36	90	29	76
Não	13	17	4	10	9	24
Orientações em relação ao namoro						
Namoro santo, mantendo-se casto	37	58	26	70	11	41
Conhecimento, respeito e fidelidade	23	36	10	27	13	48
Praticar o sexo de forma segura e responsável	4	6	1	3	3	11
Orientações em relação à vida conjugal						
Fidelidade e respeito	54	48	35	46	19	53
Companherismo, compreensão e diálogo	25	22	18	24	7	19
Cultivar o amor	16	14	11	14	5	14
Servir a Deus e seguir ensinamentos da Igreja	14	13	10	13	4	11
A mulher deve ser sábia para edificar o lar	3	3	2	3	1	3
Orientações em relação à prática sexual						
Após o matrimônio e apenas com o cônjuge	29	61	16	55	13	70
Após o matrimônio e aberto à procriação	7	15	6	21	1	5
Praticar quando se sentir preparada e com segurança	6	12	5	17	1	5
Praticar respeitando o desejo do outro	6	12	2	7	4	20
Momento em que tais orientações são fornecidas						
Nos encontros de jovens	44	22	26	23	18	20
Nos encontros de casais	42	21	24	21	18	20
Nos cursos de noivos	42	21	23	21	19	21
Nas pregações durante a missa	33	15	20	18	13	14
Quando solicitada tal orientação	25	12	12	11	13	14
No trabalho doutrinário	18	9	7	6	11	12

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

Quanto à prática sexual, a maioria das mulheres entrevistadas (61%) entende que o ato sexual deve ser iniciado após o casamento e apenas com o cônjuge. Vale salientar que a recomendação de que o ato sexual deve ser aberto à procriação foi também lembrado pelas entrevistadas (15%). Na opinião das participantes, as orientações fornecidas sobre sexualidade e prática sexual aos fiéis se fazem, sobretudo, nos encontros de jovens e de casais e nos cursos de noivos (64%).

A tabela 3 apresenta as qualidades que devem possuir tanto a mulher quanto o homem na atualidade. Apesar de algumas diferenças percentuais, pode-se observar que existe uma proximidade entre aquelas consideradas indispensáveis para os dois sexos. Inconfundivelmente, a honestidade e a fidelidade despontam como as mais reclamadas pelas participantes. Em outros termos, as duas primeiras qualidades consideradas imprescindíveis na mulher e no homem atual são, respectivamente, a honestidade (26% e 29%) e a fidelidade (16% e 21%) e, a terceira, a independência (12%) para as mulheres e o ser trabalhador (17%) para os homens.

Tabela 3 - Opiniões das fiéis a respeito das qualidades que devem fazer parte da moral feminina e masculina na atualidade

Qualidades essenciais na atualidade					
Mulher			Homem		
Características	Freq.	%	Características	Freq.	%
Honesto	30	26	Honesto	33	29
Fiel	19	16	Fiel	24	21
Independente	14	12	Trabalhador	19	17
Dinâmica	13	11	Carinhoso e compreensivo	12	11
Carinhosa e compreensiva	11	9	Temente a Deus	7	6
Inteligente	8	7	Inteligente	5	4
Trabalhadora	7	6	Educado	4	4
Temente a Deus	5	4	Vaidoso	3	3
Vaidosa	5	4	Empreendedor	3	3
Boa mãe	2	2	Organizado	2	2
Organizada	2	2	Comunicativo	1	1
Dependente	1	1	Humilde	1	1
Total	117	100	Total	114	100

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

Respostas múltiplas.

Na opinião das entrevistadas, as três funções mais relevantes para a mulher e o homem são as mesmas, variando apenas em termos ordinais conforme apresentado na Tabela 4. À mulher, atribuem-se os papéis de: servir a Deus (21%), ser mãe (19%) e mostrar força e segurança na vida do marido (18%). Ao homem, relevam-se: o ser força e segurança na vida da mulher (21%), servir a Deus (20%) e ser pai (20%).

Tabela 4 - Opiniões das fiéis sobre a função do homem e da mulher na sociedade

Função da mulher	Freq.	%	Função do homem	Freq.	%
Servir a Deus	62	21	Ser força e segurança na vida da mulher	62	21
Ser mãe	56	19	Servir a Deus	60	20
Ser força e segurança na vida do marido	53	18	Ser pai	58	20
Ser luz e alegria na vida do marido	52	17	Ser luz e alegria na vida da mulher	48	16
Ser financeiramente independente	40	13	Ser o cabeça da casa	29	10
Ser provedora	16	5	Ser provedor	22	7
Servir ao marido	12	4	Servir a esposa	16	5
Ser submissa	7	2	Ser submisso	3	1
TOTAL	298	100%	TOTAL	298	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

Alternativas fechadas, respostas múltiplas.

Conforme apresentado na Tabela 5, as fiéis apontaram como as principais práticas sexuais e de lazer, não recomendadas pela Igreja, os seguintes conjuntos de comportamentos: atentar contra a vida humana (27%), atentar contra o casamento (22%) e ter hábitos boêmios (20%).

Deve-se ressaltar que esses conjuntos de comportamentos são categorias mais amplas, nas quais estão inscritas práticas correlatas. Assim, a categoria “atentar contra a vida” inclui o aborto; o uso de anticoncepcionais; o ser a favor da pena de morte, do suicídio e da eutanásia. A categoria “atentar contra o casamento” compreende a prostituição, o divórcio e a vida

sexual antes ou fora do casamento. E, finalmente, a categoria “ter hábitos boêmios” contempla fumar, beber, ouvir músicas seculares, jogar e usar drogas.

As práticas não recomendadas pela Igreja, consideradas pelas fiéis as mais difíceis de se abster, são: o ter hábitos boêmios (22%), atentar contra o casamento (20%) e atender à vaidade (20%). Saliente-se que, embora o atentar contra a vida seja a prática menos recomendada, essa ocupa o quarto lugar, tratando-se de dificuldades para dela se abster.

Tabela 5 - Práticas não recomendadas pela Igreja e dificuldade das fiéis em cumpri-las

Práticas não recomendadas pela Igreja	Citadas pelas fiéis		Dificuldade em seguir	
	Freq.	%	Freq.	%
Atentar contra a vida	350	27	54	18
Atentar contra o casamento	272	22	60	20
Ter hábitos Boêmios	250	20	67	22
Atender à vaidade	137	11	61	20
Ter pensamentos ou ações vingativas	59	5	17	5
Ser homossexual ou ser simpatizante	56	5	4	1
Ser materialmente ou financeiramente ambicioso	46	4	8	3
Ler o horóscopo e interpretar sua vida a partir dele	46	4	4	1
Assistir novelas	9	1	20	7
Ter amizade ou namorar com pessoas que não fazem parte de sua comunidade religiosa	8	1	10	3
TOTAL	1233	100	305	100

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

Respostas agrupadas em categorias.

No que se refere à prática sexual, a maior parte das respondentes (33%) concorda que essa deve ser iniciada, principalmente, quando o indivíduo se sentir preparado; somente ao se casar (32%); ou quando encontrar alguém que realmente ame (23%), conforme apresentado na Tabela 6.

Em relação aos principais objetivos para os quais se deve praticar o ato sexual, as fiéis acreditam que ele deve ser para aumentar a cumplicidade entre o casal (23%); procriar, segundo as orientações divinas (23%); e aumentar a fidelidade entre os cônjuges (16%).

Para a maior parte das entrevistadas (42%), o ato sexual se torna impuro quando praticado fora do casamento, sem restrições (29%) e com o único objetivo de obter prazer sexual (17%).

Embora para a maioria das fiéis (54%) não existam restrições à prática sexual dentro do casamento, um significativo grupo (46%) afirma o contrário, sobretudo, no tocante a realização do sexo oral e anal (42%), à vivência de práticas não consentidas por um dos parceiros (36%) e à prática do *swing* (troca de casais) ou do sexo grupal (16%).

Em relação aos métodos contraceptivos, grande parte das entrevistadas (54%) acredita que o casal deve planejar, em conjunto, o número de filhos desejados, além de controlar a natalidade. Seguem-se as mulheres que acreditam que o casal deve fazer uso dos meios mais eficazes de controle de natalidade (37%) e, uma parcela menos expressiva de fiéis, para as quais o casal não deve fazer nenhum uso de métodos artificiais de controle da natalidade (9%).

Tabela 6 - Opiniões das fiéis a respeito da prática sexual

Prática do ato sexual	Geral		MGV		GV	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Iniciação sexual						
Ao sentirem-se preparadas para tal	54	33	29	34	25	31
Ao se casarem	52	32	25	30	27	33
Quando encontram alguém que realmente amam	39	23	19	23	20	25
Ao estabelecerem um relacionamento de namoro ou noivado	10	6	4	5	6	7
Ao encontrarem parceiro (a) que apresente o mesmo desejo	8	5	6	7	2	2
Ao entrarem na puberdade ou adolescência	2	1	1	1	1	1
Objetivo do ato sexual						
Aumentar a cumplicidade conjugal	47	23	28	23	19	23
Procriar segundo as orientações divinas	46	23	26	22	20	24
Aumentar a fidelidade entre o casal	33	16	20	17	13	16
Proporcionar prazer ao cônjuge	30	15	17	14	13	16
Obter o prazer sexual	30	15	22	18	8	10
Contribuir para o equilíbrio emocional	17	8	8	7	9	11
Situações em que o ato sexual torna-se impuro						
Quando praticado fora do casamento	47	42	25	41	22	42
É impuro quando praticado sem restrições	33	29	17	28	16	31
Quando praticado com o objetivo de obter prazer	19	17	12	20	7	13
Quando praticado para garantir a fidelidade conjugal	7	6	5	8	2	4
Nunca é impuro	4	3	1	2	3	6
É sempre impuro	3	3	1	2	2	4
Restrição à prática sexual no casamento						
Não	20	56	19	53	39	54
Sim	16	44	17	47	33	46
Restrições sexuais no casamento						
Sexo oral e anal	13	42	8	38	5	50
Práticas não consentidas pelo parceiro	11	36	6	28	5	50
Swings e sexo grupal	5	16	5	24	0	0
Adultério	2	6	2	10	0	0
Métodos contraceptivos						
O casal deve planejar o número de filhos e controlar a natalidade	64	54	33	52	31	58
O casal deve fazer uso dos meios mais eficazes de controle da natalidade	44	37	26	42	18	33
O casal não deve fazer uso de métodos artificiais de controle da natalidade	10	9	5	8	5	9

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

Alternativas fechadas, respostas múltiplas.

Conforme a Tabela 7, a maioria das entrevistadas (74%) considera que as orientações sobre sexualidade, fornecidas pela Igreja, exercem influência sobre a sexualidade e a prática sexual das fiéis. Entretanto, ao serem questionadas a respeito do que mais interfere em suas decisões, as mulheres, em sua maioria (63%), responderam que são seus valores e sentimentos para com o outro, seguidas de uma parcela menor (30%), para as quais são as orientações fornecidas pela Igreja. Vale ressaltar que uma pequena parcela das fiéis (7%) alega que são seus desejos e impulsos sexuais que motivam suas decisões nessa área.

Na opinião da maioria das fiéis (59%), os ensinamentos da Igreja sobre a sexualidade e a prática sexual são suficientes. As entrevistadas consideram que, a partir deles, elas conseguem decidir quanto a melhor forma de vivenciar suas experiências sexuais. Para outro grupo (17%), tais ensinamentos são neutros, pois, embora sejam importantes, não exercem interferência em sua vida sexual.

Tabela 7 - Influência das orientações da Igreja sobre o modo das fiéis de pensar e vivenciar a sexualidade

Influência das orientações católicas sobre sexualidade e prática sexual segundo as fiéis	GERAL		MGV		GV	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sente-se influenciada pelas orientações da Igreja						
Sim	55	74	30	75	25	74
Não	19	26	10	25	9	26
O que mais influencia suas decisões						
Meus valores e sentimentos para com o outro	68	63	37	64	31	62
As orientações fornecidas pela Igreja	32	30	18	31	14	28
Meus desejos e impulso sexuais	8	7	3	5	5	10
Opinião a respeito das orientações da Igreja						
<i>São suficientes</i> . A partir delas consigo decidir quanto à melhor forma de vivenciar minha sexualidade e prática sexual	41	59	22	58	19	59
<i>São neutras</i> . Embora importantes, não influenciam na forma como vivencio minha sexualidade e prática sexual	12	17	8	21	4	12
<i>São insuficientes</i> . Não me orientam quanto à melhor forma de vivenciar minha sexualidade e prática sexual	9	13	4	11	5	16
<i>São ideais</i> . Respondem perfeitamente minhas expectativas quanto a forma de vivenciar minha sexualidade e prática sexual	8	11	4	11	4	13

Fonte: Pesquisa de campo 2010/2011

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Orientações fornecidas pelos padres às fiéis

Como demonstrado no item 3.1, as orientações fornecidas pelos padres a respeito da sexualidade e das práticas sexuais, têm como base a doutrina católica, que se guia teoricamente pela Bíblia, pelo CIC e por livros religiosos. As orientações em relação ao namoro são de que esse período deve ser vivenciado como tempo de preparação para o casamento e de que, nele, a prática do ato sexual não deve se concretizar. No que se refere aos métodos para controlar a natalidade, os padres orientam o uso do método *Billings*, por ser natural e não ferir os princípios da natureza humana. Tais proposições se mostram conservadoras, preservando valores que, durante séculos, são defendidos pela Igreja Católica.

Os outros padres que recomendam, além das informações e das orientações passadas pelo trabalho pastoral, que suas fiéis procurem também os conhecimentos da Psicologia e de outras

áreas que tratem da afetividade, abrem caminho para que suas fiéis entrem em contato com posicionamentos diversos a respeito deste tema.

Conforme observado no item 1.3, que trata do atual discurso católico sobre o sexo, as transformações sofridas pela sociedade sobre os laços sociais e as formas aceitáveis de se vivenciar a sexualidade não trouxeram mudanças para a doutrina dessa Instituição. Tal discrepância entre a doutrina católica e os modelos atuais de vivência da sexualidade tende a gerar desequilíbrio emocional, afetando, de forma sensível, a saúde sexual feminina, especialmente com o surgimento das disfunções sexuais (DIAS, 2007; RODRIGUES, 2003).

Em relação ao entendimento que as fiéis têm das orientações fornecidas pela Igreja a respeito da sexualidade e da prática sexual, nota-se que a maioria está ciente das normas e dos preceitos defendidos pela instituição. Nesse sentido, entendem que, no namoro, devem manter a santidade e a castidade, marcadas pelo respeito e pela fidelidade, uma vez que essa fase tem por objetivo o conhecimento mútuo. Em relação à prática sexual, a maioria das entrevistadas entende que essa deve ser vivenciada após o matrimônio, sendo aberta à procriação. Ressalta-se que existe uma distinção entre o entendimento das orientações e a vivência da sexualidade. Isso porque, como será mostrado mais à frente, apesar do entendimento, a vivência tem sido diferente das orientações fornecidas pela Igreja Católica.

Qualidades que devem fazer parte da moral feminina e masculina na atualidade

Os padres entrevistados apresentam uma visão distinta a respeito das qualidades que devem fazer parte da mulher e do homem na atualidade. Para o gênero feminino, eles apontam a independência e a autonomia como características imprescindíveis, além do traço de ser boa mãe (neste caso, lembrada por apenas um padre). Já para o gênero masculino, os padres enumeram predicados variados, desde os de caráter mais tradicionais, como ser provedor do lar e responsável, até os que, anteriormente, eram referentes principalmente às mulheres, como ser religioso e companheiro.

No entender das fiéis, a honestidade e a fidelidade são duas qualidades pertinentes aos relacionamentos atuais, tanto para os homens quanto para as mulheres. Essas respostas apontam uma perspectiva feminina voltada, primeiramente, ao caráter pessoal (honestidade), seguida por um traço relacionado à vida amorosa (fidelidade).

Uma divergência de qualidades atribuídas a cada sexo é também apresentada, por se considerar que as mulheres devem cultivar a independência, enquanto os homens, a aptidão ao trabalho.

Essa diferença de características para mulheres e homens, reveladas pelas entrevistadas, mostra uma visão diferenciada ao se conceber aquilo que é próprio do homem e aquilo que é específico da mulher. Para as mulheres, as fiéis apontaram a independência, que significa ausência de dependência, liberdade e, para os homens, enfatizaram ser trabalhador, ou seja, aquele que ama o trabalho, laborioso (FERREIRA, 2009). Dessa forma, infere-se que a mulher contemporânea quer ter liberdade e autonomia para tomar suas próprias decisões, ao contrário do que era vivido no Brasil até o início do século XX. Após muitas décadas de lutas e de transformações sociais, as mulheres gozam, na atualidade, de liberdade e de poder de decisão sobre sua própria vida (DEL PRIORE, 1995; CORRÊA, 2006). Cada vez mais, ocupam posições na sociedade, que, anteriormente, eram destinadas somente aos homens.

A consideração “ser trabalhador”, acentuada como de vital importância ao gênero masculino pelas entrevistadas, demonstra a necessidade de os homens assumirem o papel de provedor do lar. Portanto, apesar dos avanços observados para as mulheres, elas continuam a ver o homem como o responsável principal pelo provimento financeiro da família.

Fazendo-se uma comparação entre as respostas dos padres e das fiéis, pode-se perceber que elas não são muito díspares. Embora os padres não tenham apontado a honestidade e a fidelidade como características fundamentais, concebem diferenças entre o que é próprio do homem e o que é específico da mulher. À mulher, couberam a independência e a autonomia e, ao homem, o ser provedor e responsável. Assim, observa-se que os dois grupos, padres e mulheres católicas, veem o homem como o provedor principal e a mulher como aquela que deve ter autonomia e independência para tomar suas próprias decisões.

Função do homem e da mulher na sociedade

Os padres concordam que a função da mulher é ser mãe, boa esposa e servir a Deus. Apenas um padre atribuiu à mulher, além dessas funções, a condição de se mostrar financeiramente independente e provedora da família. No que se refere à função dos homens, observou-se também como unanimidade entre os padres, a pertinência em ser bom pai, marido, provedor e servir a Deus.

Tal constatação da forma de pensar dos padres sobre a função da mulher na atualidade demonstra que, embora a autonomia feminina seja uma realidade conhecida e aceita pelos representantes da Igreja, esses não a veem como aquela que deve manter financeiramente o lar. Ao contrário, a posição feminina, no âmbito privado, como mãe e cuidadora, continua a ser um ponto valorizado, sendo, inclusive, defendido pela Igreja. Vale ainda ressaltar que, em toda a situação, tanto para a mulher quanto para o homem, a condição de ser praticante da religião cristã não os impede de assumir novas posturas exigidas pela contemporaneidade.

Já na opinião das entrevistadas, as três funções mais relevantes para a mulher e o homem são as mesmas consideradas pelos padres. À mulher, foi atribuído o servir a Deus, ser mãe, força e segurança na vida do marido. Ao homem, atribuíram-se o servir a Deus, ser força e segurança na vida da mulher e ser pai. É interessante notar que, em nenhum momento, as fiéis indicaram o ser financeiramente independente e o ser provedor a qualquer dos dois sexos.

Diante dessas informações, nota-se que, embora a autonomia feminina seja uma realidade conhecida e valorizada pelos dois grupos, conforme observado na discussão anterior, as funções relacionadas a essa característica não foram citadas como fundamentais. Ficou evidente também que as funções ligadas ao casamento e ao ter filhos são fortemente valorizadas pelos entrevistados, bem como a função de servir a Deus. Dessa forma, as orientações defendidas pela Igreja na *Mulieris Dignitatem* (JOÃO PAULO II, 1988), em que o papel da mulher é basicamente o de mãe e o de cuidadora, continuam fortemente presentes nas representações sociais das mulheres a respeito de si mesmas.

No que se refere à função que cada gênero deve exercer, o discurso das fiéis evidencia forte ligação com os valores defendidos pela Igreja, tais como o matrimônio, a paternidade/maternidade e a necessidade de servir a Deus nos trabalhos pastorais. Porém, mesmo que a maternidade remeta a mulher ao domínio do âmbito privado, tal posicionamento não exclui a possibilidade de ela ter outros valores e características relacionadas ao que é apregoado pela modernidade, tal como a ser autônoma, exercer atividades remuneradas, enfim, desempenhar diversos papéis pertinentes à esfera pública.

A valorização da maternidade, por parte das fiéis e dos padres, pode ser um dos motivos pelo qual o homem ainda é visto como o provedor principal do lar. O ser mãe implica, para a mulher, a necessidade de abrir mão de certos compromissos no âmbito público e dedicar-se mais às atividades no âmbito privado. Assim, muitas mulheres não dispõem do tempo

necessário para a construção de uma vida financeira estável, visto que as obrigações no cuidado e na educação dos filhos também demandam muito tempo e dedicação. Apesar de se orgulharem em ter alcançado liberdade e autonomia para dirigir suas vidas, as entrevistadas optam não se dedicar, de forma integral, às suas carreiras profissionais, devendo o homem, portanto, suprir financeiramente as necessidades financeiras da família (SÁ, 2010).

No discurso das fiéis, aparece uma mistura entre os valores tradicionais da Igreja e os novos valores presentes na sociedade atual conforme defendido por Rodrigues (2003). Para a autora, na atualidade, ocorre uma adaptação pessoal do catolicismo às vidas contemporâneas das mulheres, criando um novo jeito de se viver a religião. Essas transformações não significam a destruição das tradições, mas desconstrução e reformulação dos valores, adaptados às necessidades do dia-a-dia dessas mulheres.

Práticas comportamentais e de lazer não recomendadas pela Igreja

Em relação às práticas comportamentais e de lazer não recomendada pela Igreja, alguns padres se esquivaram de afirmar claramente o que seria proibido. Suas respostas não apresentaram impedimentos diretos, apenas orientações voltadas para a valorização da vida humana, afirmando que, desde que suas atitudes não prejudiquem a boa convivência familiar, a pessoa é livre para agir. Para estes, a Igreja Católica não tem o objetivo de proibir, e sim deixar o próprio indivíduo livre para, a partir de sua consciência, escolher a melhor maneira de se tomar decisões. Outros, por sua vez, apresentaram respostas mais diretas sobre o que é proibido pela Igreja. Entre as proibições estão qualquer tipo de relação sexual fora do matrimônio ou distinta do que é considerado próprio da natureza humana (homossexualismo, sexo grupal, oral e anal), os vícios em geral e a sensualidade presente em algumas músicas e em roupas.

Já as fiéis citaram as proibições da Igreja, de maneira mais ampla, lembrando um número maior de restrições. Elas entendem que são proibidas todas as práticas que atentam contra a vida humana, tais como o aborto; o uso de anticoncepcionais; o ser a favor da pena de morte, do suicídio e da eutanásia; todas as práticas que vão contra o sacramento do matrimônio, como a prostituição, o divórcio e a vida sexual antes ou fora do casamento; e os hábitos boêmios, como fumar, beber, ouvir músicas seculares, jogar cartas e usar drogas.

Embora os padres não tenham citado todas essas interdições, elas estão de acordo com a doutrina oficial da Igreja, demonstrando que as fiéis possuem conhecimento adequado a

respeito do que é apregoado pela Igreja. O que poderia justificar o acesso das fiéis a esses ensinamentos, em detrimento dos padres que não os pregam claramente, seria a presença dos livros e dos meios de comunicação, como o rádio, a TV e a internet, utilizados pela Igreja para difundir sua doutrina. Neste sentido, o discurso das fiéis mostra-se mais conservador, reafirmando seu pertencimento ao catolocismo diante do conhecimento de sua doutrina.

Segundo as entrevistadas, dentre as práticas proibidas pela Igreja, as mais difíceis de serem seguidas são as relacionadas aos hábitos boêmios, as que atentam contra o casamento e as que atendem à vaidade. Essa última se relaciona a práticas como: frequentar salão de beleza e academia; usar *piercing*, tatuagem e roupas sensuais; e submeter-se a cirurgias plásticas. Pode-se perceber que o fato de as fiéis possuírem o conhecimento a respeito da doutrina, não significa que elas cumpram integralmente seus ensinamentos. Importante ressaltar ainda que, as repostas sofrem influência das características grupais etárias/geracionais, sendo a maioria das entrevistadas jovens com idade entre 18 e 32 anos, e solteiras (66%).

A esse aspecto pode se relacionar o fato de que, na atualidade, a Igreja compete com diversas outras instâncias sociais, que buscam influenciar as pessoas a partir de valores e de práticas completamente diversas das religiosas, fazendo com que sua força de controle seja cada vez menor (LOURO, 2008). Assim, os hábitos boêmios, principalmente o beber e o ouvir músicas seculares, por exemplo, são práticas comuns no cotidiano das pessoas, sendo, inclusive, consideradas importantes para o lazer e para a distração. Já as práticas relacionadas ao atentar contra o casamento, como o divórcio e a iniciação sexual quando solteiro, são atualmente consideradas como aceitáveis e em, alguns casos, até aconselháveis. Em relação à vaidade, deve-se salientar que a sociedade atual valoriza a beleza, a sensualidade, sendo o cuidado com o próprio corpo uma prática comum. Seja por meio de atividades físicas ou cirurgias plásticas, os indivíduos buscam obter corpos belos e perfeitos.

A partir dessa constatação, pode-se entender que as fiéis da atualidade se distanciam cada vez mais do ideal feminino defendido pela Igreja. Assim, os valores como virgindade, pureza e modéstia no vestir e no se comportar são cada vez menos valorizados e vivenciados por elas.

Orientações a respeito da prática sexual das fiéis

Conforme apresentado, as orientações dos padres a respeito da prática sexual das fiéis foram subdivididas em três grupos de respostas. No primeiro grupo, estão as orientações que não se mostram presas à doutrina da Igreja, ou seja, orientam as mulheres a decidirem

conscientemente quanto a melhor forma de vivenciar sua sexualidade. Tal forma de pensar se distancia dos ensinamentos rígidos e inflexíveis do catolicismo e aproxima-se das proposições da sociedade contemporânea. Contrariamente a esse grupo, há as orientações conservadoras, presas às normas da Igreja no tocante às práticas sexuais. Já no terceiro grupo, notam-se as orientações mistas, que mesclam os valores da Igreja às necessidades atuais, como o uso de contraceptivos para controlar a natalidade.

No que compete às fiéis, uma pequena minoria se mostrou inclinada a seguir somente as orientações da Igreja a respeito do modo de vivenciar sua sexualidade. Ao emitirem opinião sobre o momento certo para iniciar a prática sexual, por exemplo, apenas uma pequena parcela disse ser no momento pós-casamento. Ao contrário, a grande maioria não leva em consideração o ensinamento católico, iniciando a prática sexual quando se sente preparada ou quando se tem certeza de ter encontrado o amado. Essa constatação demonstra que, mesmo tendo conhecimento da doutrina católica, na qual a prática sexual só é permitida a partir do matrimônio, as fiéis preferem ter como parâmetro a essa decisão, os fatores relevantes em sua vida pessoal, como se sentirem confiantes ao ato ou relacionarem-se com alguém que amem.

No item referente ao objetivo do ato sexual, as entrevistadas responderam, em maior proporção, que seria aumentar a cumplicidade e a fidelidade entre o casal, bem como proporcionar e obter prazer. Em menor número, algumas se referiram à norma do Magistério da Igreja, em que a intenção é procriar segundo as orientações divinas (PAULO VI, 1968). Assim, as atitudes das fiéis se desvinculam dos preceitos da Igreja, mostrando-se mais coerentes com a liberdade sexual reclamada pela sociedade contemporânea.

Embora a maioria das fiéis se mostre discordante em relação ao discurso católico sobre sexualidade, notou-se que o ato sexual se representa como impuro para as entrevistadas quando é praticado fora do casamento, sem restrições e/ou com o mero objetivo de obter prazer sexual. Tal constatação pode ser um indício de que, mesmo não seguindo, de forma coerente, os preceitos do catolicismo, as fiéis se mostram conscientes de que estão praticando um “ato impuro” diante da doutrina. Esse antagonismo entre a crença e a prática pode ser um elemento desencadeador de desequilíbrios emocionais provenientes de sentimentos de culpa, de incertezas e de frustrações, levando-as a se sentirem seres inferiores por não conseguirem se assemelhar ao ideal feminino, de pureza e de castidade, defendido pela Igreja (DIAS, 2007; MOTA-RIBEIRO, 2000).

No que se refere às restrições da prática sexual no casamento, a maioria das fiéis as considera inexistentes. Porém, outra parcela, um pouco menor, porém ainda bastante significativa (44%), alega que as restrições existem, referindo-se a qualquer prática sexual diversa do que é próprio da natureza humana, como o sexo anal e oral, o *swing* e o sexo grupal, ou a práticas não consentidas pelo parceiro. De novo, evidencia-se que, mesmo cientes de que para o catolicismo existem limitações ao ato sexual, conforme sugerido pela Encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), nem todas as fiéis desconsideraram tal proibição.

Um dos temas mais polêmicos envolvendo a Igreja, na atualidade, refere-se à restrição ao uso de métodos contraceptivos. Embora havendo uma pressão social para que essa proibição seja abrandada, especialmente pela necessidade do controle de doenças sexualmente transmissíveis, a Igreja se mostra irredutível em desprezá-lo. Apenas uma pequena parcela do grupo entrevistado concorda com o não uso de métodos artificiais de controle da natalidade. A grande maioria, portanto, ratifica que é necessário controlar a natalidade a partir de métodos eficazes. Em consonância com essa ideia, parte dos padres entende a necessidade de controlar a natalidade diante do atual “esquema social”.

As principais justificativas sociais para o uso de contraceptivos têm a ver com o controle das doenças sexualmente transmissíveis; com a necessidade de a mulher contribuir com o orçamento familiar, através de atividade remunerada; e com as dificuldades financeiras encontradas no sustento de um número maior de filhos. Deve-se ressaltar que, mesmo entre as famílias em que o homem consegue arcar sozinho com as despesas do lar, a atividade profissional da mulher constitui fator importante para sua realização pessoal. Nesse sentido, controlar se terá ou não filhos ou quando os terá, coloca a mulher em igualdade de posição com os homens, podendo se programar e desempenhar papéis antes inimagináveis ao feminino (CATONNÉ, 2001).

Sucintamente, o discurso dos padres e das fiéis evidencia forte influência dos novos valores e imperativos sociais, formulados a partir das transformações ocorridas no último século e constantemente divulgados e defendidos pelas mais variadas esferas da sociedade, o que constitui as novas instâncias de poder (LOURO, 2008). O pensamento de Giddens (1993, p. 93) sobre o “fenômeno de reflexividade institucional” toma formas e contornos diante da atitude de padres e de fiéis que, a partir de um processo de reflexão crítica, destradicionaliza o discurso da Igreja e reinterpreta-o à luz de significações mais coerentes à realidade atual.

Influência das orientações dos padres na vida das fiéis

Os padres reconhecem que seus ensinamentos influenciam, de várias maneiras, o modo como suas fiéis pensam e vivenciam a sexualidade. Embora parte do que é ensinado não seja adotado enquanto prática, os conteúdos não caem no esquecimento, mantendo-se presentes nos pensamentos e influenciando, em alguma medida, a vida íntima das fiéis.

A grande maioria das católicas admite sofrer influência das orientações da Igreja. No entanto, poucas consideram que tais ensinamentos são decisivos no momento de tomada de decisões relativas à vida sexual. A grande maioria considera os valores pessoais e os sentimentos para com o parceiro os maiores responsáveis por orientar suas atitudes. Em termos globais, as entrevistadas acreditam que as orientações da igreja são suficientes, pois, a partir delas, conseguem decidir quanto à melhor forma de vivenciar sua sexualidade e sua prática sexual.

Sobre isso, Rodrigues (2003) explica que a alteração da identidade feminina, ocorrida nos últimos séculos, suscitou um novo jeito de ser católica. Nesse perfil contemporâneo, as tradições religiosas não são esquecidas, mas reformuladas em conjunto a novos valores, defendidos pelas demais instâncias de poder, o que proporciona melhor adaptação à realidade vivenciada pelo gênero feminino. Assim, ocorre o processo de reinterpretação das representações sociais, no qual o que era estranho torna-se familiar.

Os dados desta pesquisa ratificam que o processo de reformulação das tradições religiosas também é realizado por alguns padres. Como exemplo, vale citar o padre de GV (40 anos), que fala da existência de duas alas na Igreja. Uma delas, de forma inflexível, defende as normas e as diretrizes católicas, sem levar em consideração o contexto de sua atuação. Em conformidade com o padre, essa ala “têm amor à doutrina”. Já a outra é mais flexível e compassiva, guiando-se pela “doutrina do amor”, segundo a qual “a mais importante orientação de Jesus é a lei da misericórdia e do amor”. O entrevistado explica ainda que, no momento da confissão, a Igreja se apresenta mais compassiva e acolhedora do que determina a doutrina.

Desse modo, no interior da Igreja, existem formas de pensar divergentes do que é estabelecido por suas normas: uma mais rígida e inflexível e outra mais maleável e propícia ao entendimento do contexto atual. A partir dessa constatação, torna-se mais fácil compreender o motivo pelo qual as fiéis, mesmo sem seguirem as orientações da Igreja, no que se refere à

sexualidade e prática sexual, sentem-se acolhidas e satisfeitas com os ensinamentos oferecidos por essa Instituição.

Os dados também revelam que não é apenas a Igreja Católica que controla o território da sexualidade. Outras instâncias de poder, descritas por Foucault (1988) e Louro (2008), tais como a medicina, o Estado e a sociedade civil, também têm imprimido sua marca sobre esse espaço.

A Igreja, no intuito de obter o controle do território da sexualidade das fiéis, estabelece limites para as manifestações sexuais humanas, recomendando que sejam praticados os atos estritamente concordantes com a vontade divina, ou seja, aqueles que reproduzem o ato divino da criação. Nesse sentido, essa instância de poder coloca limites para o uso e as formas de expressão do corpo, impedindo-o de se comportar de forma livre e criativa. Os resultados encontrados na pesquisa apontam que apenas uma pequena parcela das fiéis segue tais prescrições.

As fiéis que almejam agir em conformidade com os preceitos do catolicismo, podem ser subdivididas em dois grupos, caso seus sentimentos sejam tomados como critério. O primeiro grupo se refere àquelas mulheres que buscam vivenciar sua sexualidade em consonância com as normas religiosas, porém, sem apresentar qualquer tipo de incômodo ou conflito devido a isso: “Levo em conta as leis e mandamentos de Deus e procuro praticá-los em meu dia-a-dia” (Entrevistada 69, 21 anos, solteira). Já no segundo grupo, estão aquelas fiéis cuja intenção é seguir os ensinamentos da Igreja, apresentando sentimentos de culpa e de medo quando fogem às normas religiosas: “Entro em pânico só de pensar que posso magoar Deus e minha mãe Maria” (Entrevistada 79, 40 anos, casada) e “Me sinto bem ao praticar [autoerotismo], mas, em seguida, fico com peso na consciência” (Entrevistada 19, 18 anos, solteira).

Para as mulheres deste último grupo, o não cumprimento dos preceitos da Igreja é acompanhado pela possibilidade de punição ou de rejeição, por parte de Deus e de Maria, bem como o surgimento de sentimentos contraditórios, como a satisfação e a culpa. Esses resultados estão de acordo com a literatura (DIAS, 2007; RODRIGUES, 2003), a qual constata que tais fatores levam ao surgimento de conflitos emocionais nas fiéis, provenientes de uma disciplina rígida, em que o erro é considerado sinal de fraqueza e passível de punição.

Existem também fiéis que compreendem, de forma mais saudável, que o território de sua sexualidade é influenciado por diversos fatores, não apenas os religiosos. Dessa forma, para

elas, é natural que não consigam vivenciar completamente o que lhes é ensinado, não demonstrando nenhum tipo de sofrimento advindo de tal prática: “Em toda a minha educação, na escola, família, na catequese e na igreja, sempre me foram transmitidos ensinamentos, os quais tento seguir em minha vida, mesmo não seguindo todos” (Entrevistada 77, 19 anos, solteira). As mulheres que assumem tal atitude são as que conseguiram encontrar um equilíbrio entre sua religião e as necessidades da vida cotidiana, construindo uma nova forma de ser mulher católica (RODRIGUES, 2003).

Nesta pesquisa, a maioria das fiéis não se mostrou inclinada a seguir as restrições do catolicismo pertinentes ao território da sexualidade, deixando claro que optam fazer escolhas diversas e que são influenciadas, principalmente, pelas demais instâncias de poder. Desse modo, puderam-se observar, através do discurso das fiéis, posicionamentos compatíveis com os da medicina, do Estado e da sociedade civil atual.

O objetivo do discurso da medicina é prescrever o ideal em relação ao corpo, bem como sua prática sexual, indicando o que lhe é saudável e o que lhe é prejudicial. Suas principais orientações sobre o território da sexualidade consistem nas formas de controle e de prevenção das DST's, tais como a proteção durante o ato sexual, por meio do uso de preservativos; a realização de exames periódicos para identificar a ocorrência de algumas dessas doenças; e a evitação de parceiros ocasionais e desconhecidos.

Na atualidade, o Estado é o maior responsável por promover a divulgação dos conhecimentos da medicina à população. Seu interesse se refere à necessidade de controle da natalidade e de prevenção de doenças. Assim, ele promove campanhas de planejamento familiar e instrui a população sobre os meios mais eficazes ao controle de natalidade e de doenças sexualmente transmissíveis. Para melhor efetividade dessas campanhas, são distribuídos, gratuitamente, preservativos e anticoncepcionais em postos da rede pública de saúde.

Observa-se que as campanhas promovidas pelo Estado em relação à prática sexual de sua população imprimiram nas fiéis uma forma peculiar de lidar com sua sexualidade. As mulheres católicas se mostram preocupadas com as questões relacionadas ao controle e à prevenção das DST's e com a gravidez indesejada, demonstrando conhecimento das formas de se evitá-las. Alguns exemplos sobre esse fato: “Em casa, nós conversamos sobre como evitar a gravidez e doenças. Mas, principalmente, que o ato sexual aconteça na hora certa e, de preferência, quando me sentir preparada” (Entrevistada 52, 21 anos, solteira); e “[em casa]

conversamos sobre vida sexual; uso de preservativos e sobre as doenças sexualmente transmissíveis” (Entrevistada 73, 20 anos, solteira).

Tal constatação ratifica a literatura da área, segundo a qual, pelo fato de as meninas serem mais controladas pela família, iniciam mais tarde a vida sexual e apresentam muitos temores em relação à gravidez e a doenças sexualmente transmissíveis, assim como receiam os comentários gerados e a responsabilização pela relação sexual antes do casamento. Para Amaral e Fonseca (2006) essas preocupações são reflexo de uma cultura em que homens e mulheres foram e são criados e tratados de maneira diferenciada, principalmente no campo da sexualidade.

A sociedade civil também se mostra preocupada e vigilante quanto ao comportamento de seus membros no plano sexual. Nas últimas décadas, a sociedade ocidental foi gradativamente se desvinculando das normas religiosas, o que levou à ampliação e à diversificação das condutas sexuais aceitáveis. As formas e os instrumentos de regulação da sociedade também se ampliaram, produzindo vasta “pedagogia cultural”, constituída de novos saberes e de novos discursos sobre o sexo (LOURO, 2008). Na fala das fiéis entrevistadas, percebe-se o alcance dessa instância de poder quando as mulheres se referem àquilo que as conduz no momento de tomada de decisões em relação à prática sexual. Os fragmentos a seguir ilustram tal asserção: “Eu sei que estou em desacordo com os princípios bíblicos, só que meus valores falam mais alto” (Entrevistada 26, 21 anos, solteira); e “Minhas decisões são influenciadas pelos filmes, novelas que assisto” (Entrevistada 56, 25 anos, casada).

Este trabalho foi motivado pelo pressuposto foucaultiano de que o discurso cristão exerce grande influência sobre as práticas sexuais e sobre as representações sociais de cristãos a respeito da sexualidade. Embora esse postulado ainda seja aplicável na contemporaneidade, os resultados indicam que o poder de influência dele é cada vez menor. Mesmo presente nas representações das fiéis, esse discurso disputa o controle da sexualidade com diversos outros.

Conforme demonstrado, o fenômeno da destradicionalização, da reflexão e da assimilação dos ensinamentos das diversas instâncias de poder, na atualidade, é realizado pelas fiéis e pelos padres ouvidos nesta pesquisa. Esse fenômeno consiste no processo a partir do qual todas as tradições, inclusive as religiosas, submetem-se à reflexão crítica: “Não desaparecem, repetimos, mas são reinterpretadas, reformuladas, submetidas a uma justificativa” (MARDONES, 1996; 109). Assim, pode-se perceber que as representações sociais das fiéis

justificam suas práticas, bem como sua prática contribui para a reformulação das representações, em um contínuo processo de influência mútua. Nesse processo, parte do que é ensinado pela Igreja é acolhido e vivenciado; já o que é considerado desnecessário ou indesejável para a vida, é descartado.

O conceito de sexualidade, defendido por Giddens (1993), mostra-se pertinente para explicar o comportamento das fiéis. Para o autor, a sexualidade é vivenciada como algo pessoal a ser cultivado e descoberto, o que faz surgir estilos variados, dependentes das peculiaridades de cada um. Assim, os sujeitos não estão mais na dependência de que alguém lhes diga o quê e como fazer; eles criam suas próprias regras. Baseadas nas diversas possibilidades presentes na sociedade atual, as mulheres se apropriam daquilo que mais se adéqua aos seus estilos de vida, descartando aquilo que não lhes traz benefícios.

Hoje em dia a sexualidade tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós 'tem', ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, que tem que ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do eu, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais (GIDDENS, 1993, p. 25).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade humana não é determinada somente pelos instintos, ou seja, não é definida *a priori*. Suas formas de expressão atuais são provenientes das representações, desenvolvidas ao longo dos tempos e a partir de variações histórico-sociais. Liga-se a diversos atores e forças, não podendo ser entendida como uma manifestação individual. Nesse sentido, a sexualidade é um território, sobre o qual incidem as mais diversas formas de poder (e, na atualidade, são diversas as instâncias que buscam o seu controle), sendo, o corpo, seu espaço de manifestação.

A pedagogia cultural contemporânea sobre o sexo, presente na sociedade ocidental, dá a impressão de um total liberalismo de práticas, em que os indivíduos estão livres para vivenciar sua sexualidade da forma como considerem mais adequada. Entretanto, os consultórios médicos e psicológicos são procurados por pessoas que encontram dificuldades em conquistar um equilíbrio dos valores transmitidos pela família e pela religião, com a realização de seus desejos, causando sofrimento e somatizações, especialmente no caso feminino. Assim, em atendimento à questão central desta investigação, procurou-se identificar se as orientações, fornecidas pela Igreja Católica da Microrregião de Governador Valadares, exercem influência sobre suas fiéis em relação a sua sexualidade e as suas práticas sexuais.

Nesta pesquisa, observou-se que as orientações relativas à sexualidade e à prática sexual, fornecidas pelos padres às fiéis da MGV, não possuem um discurso uniforme. Apesar de todos os padres se basearem na doutrina católica para nortear suas orientações, alguns utilizam também conhecimentos advindos de outras fontes, tais como livros de psicologia e de sexualidade em geral. A orientação dessa bibliografia apresenta variações frente ao que é estabelecido pela doutrina, contextualizando seus ensinamentos às possibilidades apresentadas pelos novos discursos sobre o sexo. Nesse contexto, um grupo de padres defende, de forma veemente, a doutrina católica; o outro, por sua vez, abre espaços na doutrina, buscando consonância com a realidade social contemporânea.

Assim, nos critérios relacionados às orientações de alguns padres a respeito da sexualidade e da prática sexual das fiéis, notou-se a influência de valores pertinentes ao atual contexto da sociedade. Interessante ressaltar que, alguns desses valores, incorporados ao discurso dos padres, são, em diversos pontos, divergentes do discurso da Igreja. Esse foi um resultado não

esperado da presente pesquisa, mas que não deve ser ignorado, pois é um forte indicador de que, mesmo no seio do catolicismo, seus valores pertinentes à sexualidade humana têm sido questionados diante das novas possibilidades disponibilizadas aos indivíduos pela sociedade atual.

Em relação às representações sociais das mulheres católicas da MGTV sobre a sexualidade e à prática sexual, verificou-se que a maioria das entrevistadas entende que, para o catolicismo, o sexo antes do casamento é considerado um ato impuro, devendo ser vivenciado apenas dentro do matrimônio e com o objetivo da procriação, sendo-lhe proibido o uso de métodos artificiais para controle da natalidade. No entanto, ao serem questionadas sobre sua própria opinião a respeito de tal tema, elas disseram que o momento propício para iniciar a prática do ato sexual é quando se sentem preparadas ou quando encontram alguém que amem. Nessa condição, o ato deve ser realizado com os objetivos de aumentar a cumplicidade e a fidelidade do casal e de obter e de produzir prazer sexual. Além disso, o casal tem a possibilidade de planejar o número de filhos que desejam ter, bem como de controlar a natalidade. Para essas mulheres, a sexualidade e a prática sexual pertencem à esfera de decisões pessoais, sendo norteadas por sua própria consciência.

Os dados recolhidos a partir das entrevistas também permitiram constatar que as mulheres católicas da MGTV possuem consciência da inter-relação existente entre os valores católicos e suas representações em torno da sexualidade e das práticas sexuais. Para elas, as orientações oferecidas pela Igreja são suficientes, pois, a partir delas, conseguem decidir quanto à melhor forma de vivenciar sua sexualidade e sua prática sexual. Embora o discurso católico não domine totalmente o território da sexualidade, ele interfere a maneira de as fiéis pensarem e agirem nesse campo. O descompasso entre valores e práticas tende a contribuir para o surgimento de dificuldades sexuais, causando sofrimentos e somatizações.

Vale lembrar que as mulheres entrevistadas não são norteadas apenas pelos valores do catolicismo. Elas reconhecem que são perpassadas por diversos outros fatores, tais como a família, as amigas, os programas de televisão. Por consequência, é a síntese de valores compilada e criada a partir de um processo de reflexão crítica entre todas as possibilidades que lhe são oferecidas, que determinam suas atitudes na área sexual. Tal processo não é vivenciado, de forma tranquila, pelas fiéis. Geralmente, ele é acompanhado de medos e de inseguranças. Mas, ao final, essas mulheres encontram uma maneira equilibrada de conciliar os valores de sua religião com seus valores pessoais.

Enfim, os dados mostraram que a tese de Foucault, segundo a qual o discurso cristão exerce influência sobre as práticas e as representações dos cristãos ocidentais, não é de todo infundada. Como evidenciado, neste estudo, tal influência está presente no discurso e na prática das fiéis católicas da MGV, participantes da pesquisa, embora seu âmbito de atuação seja limitado. Trata-se de um discurso que procura exercer controle sobre um território no qual outros discursos se fazem fortemente presentes. Nesse caso, no intuito de melhor vivenciar a sexualidade sem culpa, cada fiel realiza um processo adaptativo, onde os discursos antagônicos sobre o sexo interagem de forma harmônica, gerando satisfação e bem-estar.

LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDO

Uma das principais limitações encontradas, neste estudo, relaciona-se à dificuldade de alguns padres de falar claramente sobre o tema sexualidade. Na entrevista realizada, eles deram algumas respostas superficiais, que implicaram a habilidade do entrevistador para criar um clima de confiança e de proximidade. Foi a partir dessa postura que se obteve dos entrevistados um discurso mais detalhado e rico sobre a forma como entendem as orientações da Igreja em relação à prática sexual das fiéis. Isso permitiu que se evidenciasse, no discurso desses líderes, um melhor entendimento das orientações por eles fornecidas.

Embora menos reticentes no tratar sobre o tema, as fiéis apresentaram uma espécie de desconfiança quanto ao que se pretendia com a pesquisa, logo que essa lhes era apresentada. Em decorrência, muitas foram as recusas, gerando um atraso no cronograma de coleta dos dados. Uma vez estabelecido o *rapport*, no qual eram apresentados os objetivos da pesquisa e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁹, as mulheres se sentiam mais confiantes em se aderir ao grupo. Um aspecto sensível, que não pode ser negligenciado, é o custo de realização de uma pesquisa como esta. Quanto maior o número de recusas, maior o tempo de coleta e, conseqüentemente, maior seu custo final.

De qualquer forma, as inúmeras recusas e as dificuldades iniciais de adesão revelam o quanto o tema se constitui um tabu para as residentes da MGv, evidenciando, em parte, a influência dos valores católicos sobre a vida íntima de suas fiéis.

Não é possível sugerir técnicas que facilitem a vida do pesquisador que se interesse por este objeto de estudo. Contudo, recomenda-se que sejam empáticos, amigáveis e, sobretudo, que coloquem, em suspenso, qualquer juízo de valor a fim de apreenderem as ricas contribuições que os participantes de estudos como este possam fornecer.

Apesar dos percalços, acredita-se que o prosseguimento desta linha de pesquisa pode trazer à luz outros fatores envolvidos na problemática em torno da vivência da sexualidade e da religião entre mulheres católicas. Uma ampliação deste estudo, focado nas diferenças entre casadas e solteiras, bem como em um maior aprofundamento em assuntos específicos como,

¹⁹Neste Termo, evidencia-se a possibilidade de as mulheres não responderem questões, que podem constrangê-las, bem como podem desistir de participar da coleta, em qualquer momento e, até mesmo, destruírem o questionário.

por exemplo, a questão relacionada ao sentimento de culpa ou ao homossexualismo na visão dessas mulheres, pode contribuir para um melhor delineamento da influência da Igreja nos dias atuais.

Outra possibilidade é a inclusão de mulheres católicas, que ocupam cargos de liderança dentro da Igreja, na condição de objeto de pesquisa. Nesse sentido, é importante também identificar as RS desse público sobre a sexualidade e das práticas sexuais, e de seus conhecimentos a respeito da doutrina católica. Partindo do pressuposto de que esse conhecimento pode influenciar a atitude dessas mulheres, em relação à sua sexualidade, é relevante perguntar: “De que maneira essas mulheres definem a sexualidade?”; “Como se dá o processo de partilha do conhecimento a respeito do tema?”; “De que forma essas mulheres acolhem o modo de pensar e de agir das outras mulheres não religiosas?”; “As líderes religiosas se compactuam com as outras fiéis no respeito a melhor forma de vivenciar a sexualidade em detrimento das normas e das orientações da Igreja?”. Estas são algumas questões que merecem ser cuidadosamente respondidas.

Por fim, sugere-se um estudo aprofundado a respeito das RS das fiéis católicas sobre a sexualidade e a prática sexual, principalmente, entre aquelas que buscam viver de forma mais coerente com a doutrina católica. Nesse contexto, busca-se identificar, em um universo mais amplo, se tal fato influencia o surgimento de sentimentos de culpa, ou de disfunções sexuais, tais como a inapetência sexual e a anorgasmia.

REFERÊNCIAS

ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1980.

AMARAL, M. A.; FONSECA, R. M. G. S. da. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v. 40, n. 4, p. 469-476, 2006.

ANUÁRIO da Diocese de Governador Valadares - MG. 2009. 59 p.

AQUINO, Felipe. **Namoro**. Lorena: Cléofas, 2010.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 45-77.

ARIÈS, Philippe; EBÉJIN, André. **Sexualités Occidentales**. Paris: Seuil, 1982.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

BADIE, B.. **La fin des territories**. Paris, Fayard. (ed. portuguesa: O fim dos territórios. Lisboa: Piaget, s/d), 1995.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 607-639.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**: contendo o novo e o velho testamento. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1962.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. **Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos dos Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

_____. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da Mulher casada. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. **Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996**. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação e Saúde. **Textos Básicos de Saúde**. Brasília, DF, 2006. Série B.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em comunidades populares**. Brasília, DF, 2008. Série Manuais, 83.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil**. Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda. 1974.

CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 2000.

CATONNÉ, Jean-Philippe. **A Sexualidade, ontem e hoje**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALCANTI, Ricardo; CAVALCANTI, Mabel. **Tratamento clínico das inadequações sexuais**. São Paulo: Roca, 1992.

CAVEDON, Neuza Rolita. **Representações sociais na área de gestão em saúde: teoria e prática**. Porto Alegre: Dacasa, p. 11-19. 2005

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual. Essa nossa (des)conhecida**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horiz. antropol.** [online], 12, n.26, p. 101-121, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAMANTINO, Elisabeth Maria V. Aspectos básicos da sexualidade humana na parte clínica. Parte II. **Femina**, v. 21, n. 11, p. 1152-80, 1993b.

DIAS, Carlos Alberto. **Étude des troubles sexuels au Brésil: réflexion sur l'influence des valeurs chrétiennes**. Lile: ANTR, 2007.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares. Belo Horizonte, **Varia História**, n. 19, p. 148-163, nov. 1998.

_____, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005. v. 1; 485 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FOUCAULT, Michael (1978). Sexualidade e poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault: ética, sexualidade, política. (Ditos & Escritos)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. P. 56-76.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 243-272.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund (1905). Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 a.

_____ (1916-1917). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 b.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt. 1933.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GILL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. 1996. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano 5, n. 16, 1985.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, USP, 10, 2005, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://mazinger.sisib.uchile.cl>>. Acesso em: 18 de mar. 2011.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

HERZLICH, Claudine. A Problemática da Representação Social e sua utilidade no Campo da Doença. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (Suplemento): p. 57-70, 2005.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Senso Demográfico 2010**. Brasil: IBGE: Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

JOÃO PAULO II. Carta enc. **Mulieris Dignitatem**: sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do ano mariano. 1988. Disponível em <<http://www.vatican.va>> Acesso em: 23 jan. 2012.

JODELET, Denise (1989). Représentations sociales: um domaine em expansion. In: _____. (Org.) **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

_____. Les représentations sociales. In: **Sciences Humaines** n. 27 avril 1993.

KAPLAN, Harold; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack A. **Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

LEVADA, William. **Dignitas personae**: sobre algumas questões de bioética. 2008. Disponível em: <<http://www.vatican.va>> Acesso em : 19 jan. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, 5, 19, n. 2 (56) - maio/ago, p. 17-23, 2008.

MARDONES, José Maria. **Adónde va la religión?** Cristianismo y religión em nuestro tiempo. Santander: Editorial Sal Terrae, 1996.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Rev. Estud. Fem.** [online], 16, n.2, p. 463-488, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

MATOS, M. L.; GITAHY, R. R. C. A evolução dos direitos da mulher. **Colloquium Humanarum**, 4, n.1, p. 74-90, jun. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

MELO, Alexandra de Souza; CARVALHO, Emília Campos de; PELÁ, Nilza Teresa Rotter. A Sexualidade do Paciente Portador de Doenças onco-hematológicas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 14, n.2, p. 227-232, 2006.

MELO, Fábio de. **Quem me roubou de mim?**. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

MENDES, Maria Manuela. Representações e estereótipos dos imigrantes russos e ucranianos na sociedade portuguesa. **Tempo soc.**, 23, n.1, p. 269-304, 2011.

MINAYO, M. C. S. Quantitativo e qualitativo em indicadores de saúde: revendo conceitos. In: COSTA, M. F. L.; SOUZA, R. P. **Qualidade de vida**: compromisso histórico da epidemiologia. Belo Horizonte: Coopmed, 1994. p. 25-33.

MINISTÉRIO JOVEM. **Afetividade e Sexualidade**: projeto juventude construindo família. Governador Valadares, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **La Psychanalyse, son image et son public**. Paris: Press Universitary de France, 1961.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. 'Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no cristianismo', comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 17-19 de Abril, 2000. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho>> Acesso em: 17 jan. 2012.

PAULO VI. Carta enc. **Humanae Vitae**: sobre a regulação da natalidade. 1968. Disponível em: <<http://www.vatican.va>> Acesso em: 19 jan. 2012.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de família**. Rio de Janeiro: Tribuna Liberal: 1889.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo soc.**, 21, n.2, p. 211-233, 2009.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>> Acesso em: 17 jun. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. Murchen und Leipzig, 1897.

RATZINGER, Joseph Alois. **Donum Vitae**: instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. 1987. Disponível em: <<http://www.vatican.va>> Acesso em: 19 jan. 2012.

REDONDAR, Jeferson José Moebus. A noção de representação social nas perspectivas dos estudos da Psicologia Social e do imaginário social: aproximações e avastamentos. In: MONTENEGRO, Eduardo; et all (Org.). **Imaginário e Representações sociais**: corpo, educação física, cultura e sociedade. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 15-44.

RODRIGUES, Cátia S. Lima. Católicas e Femininas: Identidade Religiosa e Sexualidade de Mulheres Católicas Modernas. **Revista de Estudos da Religião**, n 2, p. 36-55, 2003.

SÁ, Érica Cristina de. De volta ao fogão: a (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino. **Fazendo gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 23 a 26 de agosto de 2010.

SÁ, Ricardo; SÁ, Eliana. **Quando o casal reza...**: Um guia prático de espiritualidade e vida de oração para o casal. São Paulo: Editora Canção Nova, 2009.

SACK, Robert David. **Human Territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS S. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica**. Jornal de Pediatria, 75, n 6, p. 401-406, 1999.

SANTOS, Wallace Ferreira Dos; ABREU, Jean Luiz Neves. Modernização e utopias: projetos de transformação urbana no município de Governador Valadares (1960-80). **Revista Ágora**, Vitória, n.10, p.5-15, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n 31, 1, 2009.

SATANGE KC. et al. Integrating qualitative and quantitative research methods. **Farm. Med.**; n 21, 2, p. 448-451, 1989.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade Feminina**: história, cultura, família – personalidade e psicodrama. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 1998.

SERAPIONI M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, 1, p.187-192, 2000.

SOARES, Ruth. **Memórias de uma cidade**, 1983.

SOUSA, Leonardo Gomes de; DIAS, Carlos Alberto. **Microrregião de Governador Valadares**: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br>.> Acesso em: 16 jan. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et all. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2001.

STECKLER A et al. Towards integrating qualitative and quantitative methods: an introduction. **Health Educat.** 19, 1, p. 1-8, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

ANEXO